

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL

AÍLLA KÁSSIA DE LEMOS SANTOS

UMA ESCOLHA FEMININA?
MULHERES E CONTRACEPÇÃO NA CIDADE DO RECIFE (1970-1979)

Recife

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL

AÍLLA KÁSSIA DE LEMOS SANTOS

UMA ESCOLHA FEMININA?

Mulheres e contracepção na cidade do Recife (1970-1979)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alcileide Cabral do Nascimento.

Recife

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S237e Santos, Aílla Kássia de Lemos
Uma escolha feminina? : Mulheres e contracepção na cidade do Recife (1970-1979) / Aílla Kássia de Lemos Santos.
2022.
146 f. : il.
- Orientadora: Alcileide Cabral do Nascimento.
Inclui referências.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife,
2022.
1. contracepção. 2. mulheres. 3. pílula. 4. Recife. I. Nascimento, Alcileide Cabral do, orient. II. Título

CDD 981

AÍLLA KÁSSIA DE LEMOS SANTOS

UMA ESCOLHA FEMININA?

Mulheres e contracepção na cidade do Recife (1970-1979)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: 01/11/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Alcileide Cabral do Nascimento (Orientadora) UFRPE

Prof^a. Dr^a. Janaína Guimarães da F. Silva (Examinador (a) Titular Interno)
UFRPE

Prof^a. Dr^a. Mônica Rodrigues Costa (Examinador (a) Titular Externo)
UFPE

AGRADECIMENTOS

A jornada para construção de uma dissertação nunca é fácil, contudo, não imaginei que desenvolveria uma pesquisa acadêmica durante um período de isolamento social, provocado por uma pandemia que impactou diretamente a vida de todos. Em razão disso, posso afirmar que os agradecimentos são ainda mais especiais.

Agradeço a minha orientadora, Prof^{ra}. Alcileide Cabral do Nascimento pelo suporte durante todo o mestrado. O acolhimento que senti desde o nosso primeiro encontro e que se tornou ainda mais forte após a descoberta da minha gestação e do nascimento do meu filho, foi fundamental para a minha permanência na pós-graduação. O espaço acadêmico não é dos mais fáceis para quem se torna mãe e ter uma orientadora feminista e atenta ao meu trabalho, sempre trazendo importantes contribuições teóricas e metodológicas, fez toda a diferença.

Agradeço a Universidade Federal Rural de Pernambuco, a coordenação do Programa de Pós-Graduação em História (PGH), a CAPES e a todos os professores que passaram por essa formação.

Agradeço também as professoras Mônica Costa e Janaína Guimarães, pela gentileza com que aceitaram fazer parte da banca de defesa e pelas suas contribuições no exame de qualificação, que me ajudaram a melhorar a qualidade do trabalho. Agradeço também ao NUPEGE, nosso núcleo de estudos de gênero, por ter sido fundamental para o meu aprofundamento na temática escolhida.

Gostaria de agradecer a minha família por ter suportado as minhas reclamações e inseguranças durante esse momento e por todo o apoio, principalmente, a minha mãe e ao meu pai, Anne e Jorge, a minha avó Vana, aos meus irmãos Júnior e Virgínia e ao Tio Tão.

Agradeço ao meu namorado e pai de Otto, Samuel Salgado, pelo suporte durante esse período, por sempre valorizar o meu trabalho e por nunca ter me cobrado nada, mesmo com o meu estresse durante o período de escrita da dissertação. Aceitando sempre o meu melhor e o meu pior. Sendo fundamental para a minha dedicação ao mestrado nesse último ano.

São muitos os amigos que contribuíram diretamente para a construção da minha pesquisa. Primeiramente, agradeço ao meu grande amigo José Nogueira, que não só escutou as minhas preocupações, sempre com paciência e carinho, como também leu toda a minha dissertação, colaborando com a revisão e sua análise.

Agradeço aos amigos da graduação, especialmente, Giovanni Sellaro, que foi o responsável pelo meu encontro com uma fonte importante para o meu trabalho, e Maxuel França, que me ajudou desde a criação do meu projeto, contribuindo sempre que precisei.

Agradeço também aos colegas da linha do mestrado Adriano, Caíque, Heliwelton, Karlla, Matheus, Pâmela e Ronaldo por todas as disciplinas compartilhadas e momentos importantes. Quero agradecer especialmente ao meu amigo Caíque Nascimento pelo apoio durante todo esse processo, pelas trocas e conversas que ajudaram a melhorar a pesquisa e por ser a pessoa que compartilhou os medos, dúvidas e surtos imaginários durante o mestrado. Agradeço também a minha amiga poeta Pâmela Camelo, que com seu carinho, suporte e presença, mesmo quando não foi possível, me fez sentir acolhida e nunca sozinha.

Ao amigo Diomedes de Oliveira Neto, que mesmo sendo da turma do doutorado, foi meu companheiro em momentos importantes no CCD, enquanto atuávamos como representantes. À minha amiga Bruna Ricardo, pela amizade verdadeira de tantos anos.

Um agradecimento especial às mulheres que cruzaram o meu caminho e que contribuíram, com a presença e suas histórias de vida, para que eu entendesse a importância do meu tema de pesquisa. À minha mãe, minha avó, minhas irmãs Virgínia e Neci, minha madrastra Márcia, minha sogra e avó de Otto, Dona Ione (*in memoriam*), minha orientadora, professoras e amigas.

Por fim, dedico esse trabalho ao meu grande amor: meu filho Otto. Que sendo criado por uma mãe feminista possa vir a ser um grande aliado e um homem atento as nossas lutas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Que corpo é este, que me impõe uma identidade, um lugar no mundo, que me conduz no labirinto das normas e valores sociais/morais? Que corpo é este que eu habito cuja imagem invertida reflete o olhar-espelho dos outros? Que corpo é este, afinal, que sendo apenas um, pode tornar-se dois, ocupando o mesmo lugar no espaço? Corpo feminino, corpo reprodutor, a maternidade que me desdobra vem me integrar ao mundo social, à representação da “verdadeira mulher”. Serei eu “mãe” mesmo antes de ser mulher? Serei eu um útero antes de ser humana?

Tania Navarro Swain

RESUMO

O presente estudo busca analisar a contracepção feminina na cidade do Recife, sobretudo, da pílula anticoncepcional, a partir das edições dos jornais *Diário de Pernambuco*, *Diário da Manhã* e *Jornal da Cidade*, durante a década de 1970. O trabalho se insere em um contexto histórico caracterizado por mudanças no que se refere as atribuições das mulheres. Com a construção de um ideal feminino, ainda no início do século, os comportamentos e espaços definidos para as mulheres eram restritos. Foi a partir da década de 1960, com a repercussão da chamada Revolução Sexual e dos movimentos feministas, que isso foi se modificando no Ocidente. Entre as questões que contribuíram para uma transformação nas relações de gênero, pode-se destacar a popularização dos métodos contraceptivos modernos. A possibilidade de uma vida sexual não associada a procriação modificou não só as relações heterossexuais, mas também outros aspectos da vida cotidiana. Apesar disso, essas mudanças ocorriam de forma distinta dependendo da questão racial e da desigualdade social vivenciada pelas mulheres. No Brasil, esse processo fica marcado por um momento político autoritário, iniciado com o golpe civil-militar de 1964. Este cenário interferiu na forma como a pílula chegou ao país e na atuação dos movimentos feministas brasileiros. Nessa perspectiva, a partir dos trabalhos de teóricos como Michel Foucault e Paul Preciado e da documentação selecionada, são apresentados os principais temas relacionados à discussão desse contraceptivo moderno na capital pernambucana, trazendo como resultado um panorama geral sobre os comportamentos das mulheres na cidade do Recife, as disputas relativas ao corpo feminino e a presença de entidades de planejamento familiar no estado. Por meio dos jornais é possível compreender a construção do imaginário acerca da pílula e de seus efeitos colaterais e comportamentais, além da tentativa de silenciamento promovida pela imprensa sobre a relação da pílula com a liberdade sexual feminina, sendo fortalecida a associação entre contracepção e controle populacional, autorizada por discursos masculinos.

Palavras-chave: contracepção; mulheres; pílula; Recife.

ABSTRACT

The present study seeks to analyze female contraception in the city of Recife, especially on the contraceptive pill, based on the editions of the newspapers *Diário de Pernambuco*, *Diário da Manhã* e *Jornal da Cidade*, during the 1970s. This work is inserted on a historical context characterized by changes in terms of women's attributions. With the construction of a feminine ideal at the beginning of the century, the behaviors and spaces defined for women were restricted. It was from the 1960s onwards, with the repercussion of the so-called Sexual Revolution and the feminist movements, that this began to change in the West. Among the issues that contributed to a transformation in gender relations, the popularization of modern contraceptive methods can be highlighted. The possibility of a sex life not tied to procreation changed not only heterosexual relationships, but also other aspects of everyday life. Despite this, these changes occurred differently depending on the racial issue and social inequality experienced by women. In Brazil, this process is marked by an authoritarian political moment, which began with the civil-military coup of 1964. This scenario interfered in the way the pill arrived in the country and in the performance of the Brazilian feminist movements. In this perspective, based on the works of theorists such as Michel Foucault and Paul Preciado and on the selected documentation, the main themes related to the discussion of this modern contraceptive in the capital of Pernambuco are presented, bringing as result an overview of the behavior of women in the city of Recife, disputes concerning the female body and the presence of family planning entities in the state. Through the newspapers, it is possible to understand the imaginary about the pill and its side and behavioral effects took place, along with the press promoted attempt to silence the connection between the pill and female sexual freedom, strengthening the association between contraception and population control, authorized by masculine discourses.

Keywords: contraception; pill; Recife; women.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Jornal da Cidade, Julho de 1975.....	49
FIGURA 02 – Jornal da Cidade, Julho de 1975.....	54
FIGURA 03 – Diário de Pernambuco, Agosto de 1974.....	79
FIGURA 04 – Diário de Pernambuco, Setembro de 1977.....	88
FIGURA 05 – Diário de Pernambuco, Fevereiro de 1970.....	100
FIGURA 06 – Diário de Pernambuco, Setembro de 1979.....	124

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Temas <i>Diário da Manhã</i> (1970-1979).....	39
TABELA 02 – Temas <i>Diário de Pernambuco</i> (1970-1979).....	42
TABELA 03 – Mulheres entrevistadas pelo <i>Jornal da Cidade</i>	49
TABELA 04 – O tema da BEMFAM na imprensa local (1970-1979).....	80
TABELA 05 – O tema da contracepção no <i>Diário de Pernambuco</i> (1970-1979).....	98
TABELA 06 – O tema da contracepção <i>Diário da Manhã</i> (1970-1979).....	102
TABELA 07 – A Igreja Católica e a comunidade médica sobre os anticoncepcionais (1970-1979).....	116
TABELA 08 – A contracepção no <i>Diário Feminino</i> (1970-1979).....	128

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo I – “A mulher recifense não é só o que você pensa”: os comportamentos femininos na capital pernambucana.....	25
1.1 – As mulheres brasileiras no século XX: a construção de um ideal hegemônico.....	26
1.2 – As mulheres e as cidades do Recife: pobreza, conservadorismo e modernização.....	32
1.3 – Recife: “Metrópole ou província”? As mulheres na imprensa local.....	38
Capítulo II – O corpo feminino em disputa: controle de natalidade, movimentos feministas e a BEMFAM em Pernambuco.....	58
2.1 – A sexualidade feminina e a contracepção no Brasil ao longo do século XX.....	59
2.2 – O útero como “problema global”: o controle de natalidade no Brasil.....	63
2.3 – Os movimentos feministas e a contracepção – o caso brasileiro.....	67
2.4 – “Quanto menos filhos melhor”: sobre a BEMFAM e a sua atuação no estado de Pernambuco.....	72
Capítulo III – “A pílula em julgamento”: o debate sobre o contraceptivo oral na imprensa recifense.....	92
3.1 – A pílula anticoncepcional como uma tecnologia para além da liberdade sexual.....	93
3.2 – A contracepção e a pílula durante os anos de 1970 na cidade do Recife.....	98
3.3 – “Médicos e religiosos discutem o controle da natalidade”: os discursos masculinos dentro dos jornais.....	116
3.4 – A pílula na seção do Diário Feminino: vozes femininas do <i>Diário de Pernambuco</i>	128
Considerações Finais.....	134
Referências.....	137

INTRODUÇÃO

A mulher está destinada à imoralidade porque a moral consiste para ela em encarnar uma entidade inumana: a mulher forte, a mãe admirável, a mulher de bem, etc. Desde que pense, que sonhe, que deseje, que respire sem palavra de ordem, está traindo o ideal masculino (BEAUVOIR, Simone, p. 264, vol. 2).

A escolha de um tema para pesquisa muitas vezes ocorre através de um longo processo. Não sei dizer exatamente quando entrei em contato com a temática que será abordada neste trabalho, sei que existia uma vontade de unir a luta política feminista e os estudos. Iniciei, desta maneira, algumas leituras na tentativa de encontrar algo que despertasse o meu interesse e que tivesse relevância social e acadêmica. Ao ler o livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, entendi que precisava estudar a luta pelos direitos das mulheres e, também, o porquê de tanta opressão e desigualdade. Percebi, a partir disso, que o “tornar-se mulher” (BEAUVOIR¹, Simone de, 2016, p.11) é algo complexo e que envolve muitos aspectos da nossa vida.

Entre as várias possibilidades, a questão da contracepção feminina sempre se destacou. Seja a trajetória dos métodos contraceptivos até os dias atuais, as intervenções nos corpos femininos ou os tabus que envolvem a sexualidade da mulher. Ao pesquisar trabalhos que apresentavam essa temática, descobri que existia um campo a ser explorado na historiografia pernambucana. Pensar nas mulheres recifenses como personagens centrais de suas histórias e a sua relação com a contracepção e a sexualidade foi o incentivo para iniciar essa pesquisa.

De acordo com a historiadora Joan W. Scott (1992, p. 67), a narrativa da história das mulheres é sempre política. Para ela,

[...] reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros”, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. E isso é lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais (SCOTT, Joan W., 1992, p. 77-78).

É por isso que não é possível afastar o tema apresentado por esta pesquisa da discussão política atual sobre direitos reprodutivos no Brasil. Ao observar esse debate hoje, percebe-se que avançamos pouco nessas pautas, por isso, analisar essas questões se torna imprescindível. O Brasil é um país marcado por uma sociedade machista, que ainda não aprendeu a lidar com os assuntos relativos à vida sexual da mulher e ao direito ao seu próprio corpo. Como resultado

¹ O trabalho pretende destacar as autoras analisadas para a pesquisa e, por isso, escolhemos expor o nome e sobrenome das mesmas nas citações ao longo do texto.

dessa situação, temos índices alarmantes no que se refere à violência contra a mulher², à questão do abuso sexual³ e até mesmo os altos índices de gravidez na adolescência⁴.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar a importância e a responsabilidade que trabalhos sobre a sexualidade e a contracepção possuem em um país como o nosso. Além disso, como afirma Roger Chartier (2006, p. 216), o historiador que trabalha com temáticas que fazem parte do tempo presente pode contribuir diretamente para as problemáticas debatidas e vivenciadas hoje, pois, a sua pesquisa traz categorias e referências ainda abordadas na atualidade. Portanto, nota-se que essas discussões se encontram presentes de várias formas, no debate político contemporâneo, assim, como na época selecionada para análise no trabalho.

O estudo sobre a contracepção no Brasil conta com importantes trabalhos em diversas disciplinas. Pesquisas realizadas pelas sociólogas Lucila Scavone, Maria Betânia Ávila e a antropóloga Debora Diniz, são referências para os estudos sobre os direitos reprodutivos das mulheres no Brasil. Pesquisadoras da área da saúde como Tânia Maria Dias, Francine Cavaliere, Cristiane Vanessa da Silva, entre outras, também se destacam por colocar a pílula no centro das discussões sobre as mulheres e a reprodução, mostrando que esse assunto pode ser abordado de forma interdisciplinar com pesquisadores e pesquisadoras de campos diferentes.

Na área da História, Joana Maria Pedro pode ser apontada como uma pioneira, por ter publicado diversos textos sobre gênero, contracepção e a pílula, trabalhando com fontes documentais e orais. Foi no início dos anos 2000 que os seus trabalhos sobre a pílula anticoncepcional foram ganhando destaque, preenchendo um vazio dentro da historiografia brasileira. O artigo “A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração”, resultado de pesquisas desenvolvidas por essa historiadora, é essencial para se pensar essa temática no país, entre outros também publicados pela autora. Recentemente outras pesquisas foram surgindo, utilizando revistas femininas e jornais como fontes, analisando como essas questões chegavam ao público feminino de classe média, em estados das regiões Sul e Sudeste. Por exemplo, podemos destacar o trabalho da historiadora Gisele Bischoff Gellacic, *Despindo Corpos* – uma história da liberação sexual feminina no Brasil (1961-1985).

² <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2021/12/4968165-violencia-contra-a-mulher-uma-pandemia-que-precisamos-combater.html> Acesso em: 23 Jan. 2022 às 16:29.

³ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/a-cada-10-minutos-uma-mulher-sofreu-abuso-sexual-no-primeiro-semester-de-2021/> Acesso em: 23 Jan. 2022 às 16:30.

⁴ <https://www.metropoles.com/saude/onu-alerta-para-alto-indice-de-gravidez-na-adolescencia-no-brasil> Acesso em: 23 Jan. 2022 às 16:30.

Ao fazer esse levantamento, percebi que havia um espaço para novas pesquisas sobre o tema e que são poucos os trabalhos sobre a região Nordeste. Uma importante contribuição é a dissertação da historiadora Valderiza Menezes, que traz apontamentos sobre o assunto no estado do Ceará, sendo uma referência para a região. Nesse sentido, ao realizar um estudo inédito sobre a contracepção feminina na cidade do Recife, durante a década de 1970, o trabalho busca colaborar com a construção da historiografia sobre o tema. A escolha por estudar essa década se deu por ser um momento de popularização dos métodos contraceptivos modernos, sobretudo, a pílula anticoncepcional, e de adaptação das mulheres a essas tecnologias.

A historiadora Silvia Federici, aponta em seu livro *O Calibã e a Bruxa – mulheres, corpo e acumulação primitiva*, que houve ao longo da história o interesse das mulheres pelo controle da reprodução. Ao tratar desse assunto a partir de uma análise do continente europeu, Federici (2017, p. 85) afirma que o uso de contraceptivos, assim como o aborto, se faz presente em documentos históricos desde a Idade Média, sendo essas práticas encaradas de formas distintas ao longo dos séculos. Por exemplo, na Alta Idade Média, a posição da Igreja Católica com relação as mulheres que abortavam ou que evitavam a gravidez dependia da situação em que estas se encontravam. Mulheres que engravidavam antes do casamento eram condenadas, já outras que evitavam a gestação em razão da pobreza e da grande quantidade de filhos recebiam punições menores por parte dos membros da Igreja (FEDERICI, Silvia, 2017, p. 85).

Os métodos de punição elaborados pela Igreja foram se alterando até que, segundo essa autora (2017, p. 85), “[...] o controle das mulheres sobre a reprodução começou a ser percebido como uma ameaça à estabilidade econômica e social [...]”. Em razão disso essas práticas começaram a ser perseguidas com mais frequência. Federici (2017, p. 169-170) ressalta, que os métodos de controle da procriação pelo Estado e o afastamento das mulheres desse processo se iniciaram durante o período dos séculos XVI e XVII. Em seu livro, a historiadora analisa as questões que possibilitaram essa mudança de pensamento e como isso influenciou a maneira como a sociedade ocidental passou a lidar com essa temática nos séculos posteriores, incluindo a contemporaneidade.

Dessa maneira, o século XX ficou marcado, entre outras questões, por rápidas transformações. Enquanto nas suas primeiras décadas ocorreram um fortalecimento de um modelo de feminilidade relacionado ao casamento e à questão da maternidade, a segunda metade se destacou por mudanças no que se refere às relações entre os gêneros na época. Vários fatores foram responsáveis por essa transformação, entre eles, um maior acesso das mulheres à

educação superior e ao mercado de trabalho. É válido ressaltar, no entanto, que essas mudanças afetaram mais as mulheres de classe média e alta, pois as mulheres pobres e negras tiveram outros tipos de trajetórias (SOIHET, Rachel, 2011, p. 273). Apesar disso, a ocupação de espaços, que antes pertenciam apenas aos homens, possibilitou importantes alterações. Essas mudanças tiveram início ainda na década de 1960, momento em que, para Natalia Pietra Méndez (2008, p. 120), “Um verdadeiro abismo passava a separar aquilo que estava escrito nos velhos manuais de etiqueta feminina da vida concreta das mulheres”.

O surgimento da pílula anticoncepcional também pode ser considerado outro fator importante para essa modificação no comportamento da mulher na metade do século passado. De acordo com a historiadora Michelle Perrot, a pílula possibilitou uma série de mudanças e conquistas. Para ela, “A livre contracepção é provavelmente o acontecimento mais importante, o que mais abalou as relações entre os sexos, e começou a “dissolver” a hierarquia entre eles” (PERROT, Michelle, 2006, p. 141). Todavia, é importante salientar que a história desse contraceptivo não se resume a sua utilização individual por mulheres interessadas em exercer um controle reprodutivo. As questões relativas ao uso e comercialização da pílula envolvem, conforme Bruna Klöppel (2018, p. 1), uma

[...] convergência de interesses diversos e à primeira vista contraditórios, que vão desde o controle de natalidade, a eugenia, o neo-malthusianismo, o feminismo, as ciências reprodutivas, a indústria farmacêutica, concepções de gênero e sexualidade, dentre outros.

Não é difícil, a partir disso, compreender como a produção e a utilização desse contraceptivo proporcionou fortes debates e opiniões divergentes. Conforme Lucila Scavone (2010, p. 50), a pílula, assim como DIU (Dispositivo Intrauterino), é apresentada pela comunidade médica como algo revolucionário ainda na década de 1960, principalmente, por serem métodos reversíveis e caracterizados como eficazes. Para essa autora, ocorreu durante esse processo um desinteresse frente aos estudos acerca dos contraceptivos masculinos, demonstrando que “a ciência médica contribuiu para a manutenção do determinismo biológico procriativo feminino, que constituiu o eixo principal das pesquisas em tecnologias reprodutivas”. Esse processo gerou uma menor responsabilidade do homem frente a contracepção, já que antes ele era responsável pelo uso da camisinha e dele também dependia o método do coito interrompido (SCAVONE, Lucila, 2010, p. 50-51).

O Brasil entra nesse debate como um país considerado de terceiro-mundo e com um “problema” no que se refere à questão do tamanho da sua população. Com os acontecimentos

da Revolução Cubana em 1959, a pobreza e o crescimento populacional da região da América Latina passaram a preocupar ainda mais os Estados Unidos em razão dos seus interesses na região. Esse cenário marca a entrada da pílula anticoncepcional no Brasil, sendo um momento de questionamentos acerca de uma possível “superpopulação mundial” (PEDRO, Joana Maria, 2003, p. 241) e da necessidade de controle das taxas de natalidade de países pobres. É dentro desse contexto histórico marcado por interesses diversos que a pílula anticoncepcional se estabelece como um importante contraceptivo moderno e como uma tecnologia que pode proporcionar uma liberdade para algumas mulheres que a utilizam, mas também caracteriza uma forma de controlar os corpos que geram indivíduos indesejáveis (PRECIADO, 2018, p. 203-204).

O historiador Marc Bloch (2002, p. 54), em sua obra *Apologia da História* – ou o ofício do historiador, defende que tudo que faz parte da vida das pessoas é objeto de estudo do historiador. Portanto, não só os grandes eventos ou acontecimentos políticos merecem atenção da história, como, também, os assuntos íntimos e do cotidiano. De acordo com Rachel Soihet (2011, p. 264), é a partir da história cultural que a mulher se torna um objeto e um sujeito dentro da história, processo que está relacionado diretamente com a atuação dos movimentos feministas na década de 1960 e a pressão exercida pelas intelectuais feministas dentro das universidades por estudos sobre as mulheres. Nesse sentido, essa historiadora aponta que ocorreram dois momentos de elaboração desses estudos. A princípio a criação de uma ideia de mulher única e depois, com os embates dentro dos movimentos feministas, as “múltiplas identidades” e as mulheres com as suas classes, raças, etnias e sexualidades (SOIHET, Rachel, 2011, p. 265).

Dentro da historiografia brasileira, na maior parte do século XX, se encontra um vazio no que se refere à história das mulheres. É a partir da década de 1980 que isso começa a mudar com alguns trabalhos clássicos da historiografia brasileira⁵. Conforme Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, foi em 1989 que a Revista Brasileira de História organizou um número voltado para a mulher, chamado “A mulher no espaço público” (SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria, 2007, p. 281). As autoras apontam que o uso das categorias ‘mulher’ e ‘mulheres’ já se encontrava presente nessa edição. Já a categoria ‘gênero’ recebe destaque em 1990, com a

⁵ As historiadoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro destacam os textos de “Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX” de Maria Odila Leite da Silva (1984), “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930” de Margareth Rago (1985), “A condição feminina no Rio de Janeiro, no século XIX: a antologia de textos de viajantes estrangeiros” de Miriam Moreira Leite (1984), entre outros (SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria, 2007, p. 282).

publicação da tradução do texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” da historiadora Joan W. Scott. Nesse sentido, é importante salientar que segundo Joana Maria Pedro (2011, p. 271) essas categorias foram apropriadas no Brasil por várias pesquisadoras e pesquisadores e continuaram sendo utilizadas de uma forma, que diferentemente de outros países, possibilitou o uso simultâneo das mesmas até hoje, apesar da ideia de que uma chegou para “superar” a outra ao trazer novos questionamentos e aspectos teóricos.

Entender como essas categorias foram desenvolvidas a partir da historiografia e como foram apropriadas pelas estudiosas e estudiosos brasileiros se torna importante para pensar a própria pesquisa acerca da contracepção feminina. Temática que se tornou objeto de análise após essas mudanças dentro da historiografia. Dessa forma, o trabalho faz uso em diversos momentos das categorias mulheres e gênero, com o objetivo de teorizar o objeto de estudo.

Para entender o gênero como uma categoria de análise histórica, foram realizadas leituras dos principais trabalhos da historiadora Joan W. Scott (1995, p. 86), que aponta o gênero como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...]”. Além disso, ela ressalta a relação entre gênero e poder, afirmando que “[...] o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, Joan W., 1995, p.88). Isso quer dizer, que o gênero é um aspecto fundamental no que diz respeito à concepção e construção do próprio poder (SCOTT, Joan W., 1995, p. 88). É a sua análise sobre gênero que norteia a forma como esse trabalho pensa as trajetórias das mulheres cis aqui estudadas.

A filósofa Judith Butler também é indispensável para compreender a construção do gênero feminino. Para essa autora, diferentemente do que pensam algumas teóricas feministas, não existe uma diferença entre sexo e gênero. Aceitar o sexo como algo natural e o gênero como o aspecto construído culturalmente, significa aceitar que o sexo seria algo pré-discursivo, o que para ela é algo problemático e não condiz com a sua análise de caráter pós-estruturalista. Butler (2017, p. 56) entende o gênero a partir da ideia de performance, ou seja, para ela

Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. [...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados.

Ela afirma, ao pensar o gênero como performance e repetição de atos e rituais, que

O gênero é uma construção que regularmente esconde a sua gênese. [...] Os autores dos gêneros entram em um transe de suas próprias ficções, e por meio dele os

processos de construção impulsionam a crença da sua necessidade e natureza (BUTLER, Judith, 2019, p. 217).

Outra teórica importante é Teresa de Lauretis (2019, p. 123), que estuda o gênero como “[...] representação e como autorrepresentação, [...] produtos de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana”. O que nos leva a afirmar que o modelo de mulher, apresentado por essa pesquisa, foi construído a partir do que a sociedade estabelece como feminino.

O estudo sobre a sexualidade feminina também faz parte da pesquisa e, por isso, outra referência teórica importante é Michel Foucault, especialmente, a sua análise acerca do chamado dispositivo de sexualidade e, o que o autor denomina, como “regime de poder-saber-prazer” (FOUCAULT, 2017, p. 16). Levando em consideração que a sexualidade não deve ser encarada como algo necessariamente natural e sim como um dispositivo histórico (FOUCAULT, 2017, p. 115). O trabalho de Foucault é fundamental para se entender como a conduta sexual sofre intervenções diversas, inclusive do próprio Estado, que controla os cidadãos e as suas práticas sexuais.

Os trabalhos desse filósofo sobre biopoder e biopolítica também se destacam para uma melhor compreensão dos aspectos que permeiam o controle da população e da sua capacidade reprodutiva. Conforme Foucault (1999, p. 289), a partir da segunda metade do século XVIII ocorre o aparecimento de outra tecnologia do poder, a biopolítica, que passa a atuar com a tecnologia da disciplina, e que se interessa pela “[...] multiplicidade dos homens, não na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.”.

Portanto, pensar a sexualidade e a contracepção feminina a partir dessas categorias é entender que são aspectos da vida das mulheres que vão além da sua individualidade e que dependem de uma série de fatores que interferem em como as mulheres vivenciam o sexo, a contracepção e a reprodução, entre eles, o papel do Estado e a atuação do poder que busca vigiar e disciplinar esses corpos (FOUCAULT, 2017, p. 116). É a partir de Foucault (1999, p. 300) que se percebe que “A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação”.

O filósofo espanhol Paul Preciado também foi escolhido para pensar a sexualidade, o gênero e o papel ocupado pela pílula anticoncepcional dentro das transformações econômicas

e sociais do século XX. Ao analisar o desenvolvimento do novo capitalismo, esse autor aponta o surgimento do chamado “regime farmacopornográfico” e as suas implicações para o controle dos corpos e dos papéis de gênero, sendo a reprodução uma questão chave e a pílula uma tecnologia central dentro desse debate. Conforme esse autor (2018, p. 116),

Enquanto o regime disciplinar do século XIX considerou o sexo natural, definitivo, imutável e transcendental, o gênero farmacopornográfico parece ser sintético, maleável, variável, aberto a transformação e imitável, assim como possível a ser tecnicamente produzido e reproduzido.

Ao pesquisar a partir da biopolítica as mudanças que envolveram diretamente os corpos de forma coletiva no século passado, Preciado (2018, p. 50) afirma que

[...] depois dos anos 1940, o corpo sexual molecularizado foi introduzido na maquinaria do capital e forçado a modificar suas formas de produção. As condições biopolíticas mudam drasticamente quando se torna possível obter benefícios da masturbação por meio do dispositivo pornográfico, e quando passa a ser possível o emprego de técnicas para o controle da reprodução sexual por métodos contraceptivos e de inseminação artificial.

Nesse contexto, a pílula anticoncepcional ocupa um espaço para análise que vai além do seu uso individual e do seu papel para emancipação feminina. Ela passa a ser considerada também uma tecnologia que foi fundamental para uma atuação do Estado no controle da reprodução.

Por fim, a categoria da interseccionalidade se faz presente, pois a relação entre gênero, raça e classe interfere diretamente na trajetória das mulheres com os contraceptivos. A escolha por um método, a sua utilização, o acesso a pílula e a informação, entre outras questões, são determinadas por esses marcadores. A interseccionalidade ajuda a pensar as diferentes maneiras que, a reprodução e as políticas de controle de natalidade, afetam as brasileiras e as circunstâncias de suas vidas. De acordo com Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020, p. 26), as diferenças de gênero, raça e classe estão “interconectadas no domínio estrutural do poder” e, por isso, não podemos olhar as diferentes mulheres da mesma forma e a partir dos mesmos questionamentos. Para essas autoras (2020, p. 48),

A interseccionalidade, ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social. Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder.

Apesar da complexidade de se analisar todas essas questões, é fundamental trabalhar esses marcadores de forma conectada, para que seja possível compreender as diversas opressões e diferenças que permeiam a vida do indivíduo, seja em razão do seu gênero, da sua raça ou da

sua classe. Mostrando que alguns grupos são impactados de forma distinta pelo mesmo processo, nesse caso específico, como as mulheres são afetadas de maneiras diferentes com a chegada da pílula anticoncepcional no Brasil. Um país que é marcado por desigualdades e como afirmam Collins e Bilge (2020, p. 150), por “Legados de escravidão, colonialismo e imperialismo”, que “[...] impactaram tanto as normas culturais dos Estados nacionais quanto a infraestrutura disponível para a prestação de serviços de saúde”, tornando necessário pensar esse tema a partir dessas conexões, buscando uma melhor compreensão das trajetórias das mulheres.

Dessa forma, a partir dessa base teórica, a pesquisa analisa como a discussão acerca desse contraceptivo se deu na imprensa local recifense. Por meio dos periódicos selecionados é possível identificar os principais temas relacionados à pílula anticoncepcional, às informações que circulavam entre as pernambucanas e os grupos que discutiam o assunto nas páginas dos jornais. A partir da análise das publicações do *Diário de Pernambuco* e do *Diário da manhã*, percebe-se que o assunto já fazia parte do cotidiano da cidade ainda na década de 1960. Para compor esse cenário, é apresentada também uma edição especial do independente *Jornal da Cidade* que procurou fazer um levantamento sobre a mulher recifense e os assuntos que fazem parte da sua vida, entre eles, a pílula.

Diversas são as notas e pequenas reportagens sobre a contracepção de modo geral e da situação da pílula nos Diários. Debates sobre seus efeitos colaterais, o seu papel no planejamento familiar, opiniões de membros da Igreja Católica e da comunidade médica, também compõe essa discussão, entre outras reportagens específicas sobre a temática, que serão abordadas ao longo do trabalho. Sobre o uso do periódico, é importante destacar o que afirmam Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007, p. 258) ao apontar a necessidade de transformá-lo, primeiramente, em fonte histórica para depois investigar seu conteúdo a partir de um trabalho teórico e metodológico, com o intuito de fazer uma análise crítica e não apenas mostrar como determinada situação ocorreu no passado. Conforme essas autoras (2007, p. 258), “[...] o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui”.

Também serão investigados os posicionamentos dos jornais ao abordar determinada temática e como os debates chegavam à comunidade local. De acordo com Tania Regina de Luca (2008, p. 132), “Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas

de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê”. Em vista disso, por meio dos periódicos escolhidos é possível compreender as principais abordagens, os aspectos que interferem na vida das mulheres locais e os grupos que recebiam espaço para tratar da questão da contracepção na imprensa.

Os periódicos escolhidos para análise são os jornais *Diário de Pernambuco*, *Diário da Manhã* e o *Jornal da Cidade* que circulavam na cidade do Recife durante o período abordado na pesquisa. O *Diário de Pernambuco*, considerado um dos maiores jornais do Estado e o mais antigo em circulação na América Latina, foi fundado em 7 de novembro de 1825, sendo um veículo conhecido e respeitado pelos recifenses. No que se refere à sua atuação na segunda metade do século passado, é possível afirmar, que entre 1964 e 1968 o jornal demonstrou apoio a ditadura civil-militar brasileira. Apesar disso, a partir do Ato Institucional nº5, de 1968, o periódico passou, assim como a imprensa de forma geral, a sofrer com a censura do governo⁶. Percebe-se, com isso, que o jornal possuía uma postura conservadora, o que influenciava diretamente na maneira como as temáticas eram trabalhadas em seus cadernos e seções.

Nos espaços do Suplemento Feminino – Clube de Leitoras do *Diário de Pernambuco*, seção organizada aos domingos diretamente para as recifenses com o intuito de promover um comportamento feminino esperado pela sociedade da época, se encontram assuntos considerados fundamentais para as mulheres, sobretudo, as casadas e de classe social mais abastada. Entre esses comportamentos destacam-se questões relacionadas aos cuidados domésticos, dos filhos e do esposo, além de moda e decoração. Já a coluna Diário Feminino apresenta discussões diversas sobre moda, mercado de trabalho, comportamento, sexualidade, entre outras questões que incluíam também as recifenses mais jovens. Apesar desse conteúdo específico selecionado por mulheres e para mulheres, o jornal apresenta uma postura conservadora sobre a maioria dos assuntos tratados. A questão da contracepção, por exemplo, é abordada como algo separado do debate sobre sexualidade feminina e direitos das mulheres, o que expõe a maneira como era direcionada o tema para a população local.

A pesquisa no periódico foi realizada por meio do site da Hemeroteca Digital⁷, que contém a versão digitalizada de todas as edições do Diário até o ano de 1989. Desenvolver esse trabalho só foi possível devido ao mecanismo de pesquisa por palavras-chave, disponibilizado pelo site da hemeroteca. Para uma parte da pesquisa foram analisadas algumas edições dos

⁶ Informações sobre o *Diário de Pernambuco* estão disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>. Acesso em: 15 jan. 2022.

⁷ Site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

espaços reservados para as leitoras femininas durante a década de 1970. Também foram selecionadas as palavras ‘concepção’ e ‘anticoncepcional’, o que gerou centenas de resultados, que foram catalogados e analisados para que fosse possível selecionar as matérias específicas para esse trabalho.

Outro periódico selecionado para análise é o *Diário da Manhã*, que foi criado em 1927 e era propriedade da empresa Lima Cavalcanti e Cia, pertencente a uma família de usineiros, sendo Carlos de Lima Cavalcanti, importante político pernambucano, seu primeiro diretor-geral. A pesquisa nesse periódico se deu de forma on-line, a partir do uso de palavras-chave, em razão do período selecionado, que é toda a década de 1970. Para uma análise das questões direcionadas as mulheres recifenses foram selecionadas as palavras ‘mulher’ e ‘mulheres’, para o debate sobre a concepção os termos ‘pílula’, ‘pílula anticoncepcional’ e ‘anticoncepcionais’. O trabalho foi realizado através das edições digitalizadas na plataforma da Companhia Editorial de Pernambuco (CEPE)⁸, que contém todas as edições do jornal no período estudado.

Ambos os jornais levantados possuem uma postura conservadora, especialmente, no que se refere aos assuntos relativos à sexualidade feminina, como será apresentado ao longo do trabalho. Nesse sentido, para apresentar cenários mais plurais é analisada uma edição especial, de julho de 1975, do independente *Jornal da Cidade*, que trouxe os comportamentos e opiniões de mulheres recifenses. Esse periódico foi criado por Vanildo Ayres, ex-deputado estadual, e ficava localizado na Rua do Sossego no bairro da Boa Vista, sendo propriedade do Grupo PIT – Publicações e informações telefônicas Ltda. O jornal era voltado para um público mais popular, tendo uma menor circulação que os jornais anteriores, contou com diversos colaboradores na sua história e deixou de circular em 1977⁹.

A construção da pesquisa se deu com a utilização de fontes digitalizadas presentes em arquivos on-line. Essa escolha foi necessária pelo isolamento provocado pela pandemia de COVID-19. Com a falta de acesso aos arquivos físicos e outros tipos de fontes, encontramos na internet uma forma de dar seguimento as atividades da pesquisa. O uso de fontes on-line vem se tornando cada dia mais presente, no entanto, como qualquer novidade no nosso campo, são muitas as desconfianças e os questionamentos levantados pelos historiadores.

⁸ Site do Acervo da Companhia Editorial de Pernambuco (CEPE): <http://www.acervocepe.com.br/>.

⁹ <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/esportes/noticia/2014/04/17/morre-vanildo-ayres-ex-presidente-do-santa-cruz-e-ex-deputado-estadual-125332.php>. Acesso em: 23 jan. 2022 às 16:28.

Para entender como trabalhar dessa forma, precisei entender como os trabalhos estão sendo realizados e os pesquisadores que estão se debruçando nesse campo em ascensão. Conforme André Pereira Leme Lopes (2018, p. 152),

Pesquisar história nunca foi um trabalho simples e o advento da internet não veio facilitá-lo, mas apenas oferecer novas oportunidades, novos dados, novos horizontes para a pesquisa historiográfica. Esta, no entanto, continua sendo um trabalho árduo, de busca por informações que não se encontram inicialmente disponíveis, de procura por documentos escondidos nas profundezas dos arquivos e pela comparação e análise de toda a informação que o engenho do pesquisador puder dar à luz.

O fácil acesso a fonte pode provocar no pesquisador um desejo de abordar muitas questões e de trazer o máximo de informações possível, o que pode inviabilizar a elaboração do trabalho. Sabendo disso, foi importante optar por analisar, como foi dito, algumas colunas específicas sobre as mulheres e fazer uso de palavras-chave centrais ao tema, para que fosse possível cobrir toda a década escolhida, mas sem catalogar uma quantidade de material que dificultasse a compreensão do que era central sobre o assunto. Em artigo importante, Fábio Chang de Almeida (2011, p. 24) faz esse alerta,

[...] a grande quantidade de fontes constitui um obstáculo perigoso. O impulso em buscar expandir a análise pode levar o pesquisador a um labirinto de fontes, onde seria difícil encontrar a saída no tempo disponível. [...] Dessa forma, é necessário selecionar os documentos mais relevantes para uma análise qualitativa, dentro do universo bem maior de fontes que entram na análise quantitativa.

A escolha das palavras-chave foi pensada para isso. O que não impossibilitou uma análise da estrutura dos jornais estudados, sendo indispensável uma imersão nas edições de forma completa para se entender como esses periódicos se organizavam. Ainda a partir desse autor, as fontes selecionadas nesse trabalho fazem parte da categoria de documentos digitalizadas e existem fora da internet, o que torna a análise mais próxima do trabalho tradicional do historiador com os documentos. Apesar disso, requer uma sistematização e catalogação diferenciada, fornecendo novas possibilidades e promovendo questionamentos, que estão sendo colocados na atualidade com a utilização cada vez maior desse tipo de tecnologia (ALMEIDA, 2011, p. 11).

Dessa forma, a partir das fontes reunidas e das categorias de análise selecionadas, o trabalho apresenta uma narrativa histórica sobre a contracepção feminina na cidade do Recife na década de 1970. Esse resultado será exposto em três capítulos. O primeiro trata acerca dos comportamentos femininos na capital pernambucana. Trazendo um panorama geral sobre as brasileiras no século XX, destacando o modelo de mulher presente na imprensa local estudada. Esse primeiro capítulo, assim como a maior parte da dissertação, será desenvolvido a partir da

análise das fontes documentais mencionadas anteriormente. É possível salientar que as mulheres, principalmente nos Diários, aparecem atreladas com frequência à discussão da maternidade, da instituição do casamento, padrão de beleza, entre outros temas que serão apresentados.

No segundo momento serão discutidos de forma geral o controle de natalidade e o planejamento familiar no Brasil, mostrando as particularidades desse processo no país e como os marcadores de raça e classe são centrais para a análise dessas questões, como também para entender a utilização e o acesso a pílula anticoncepcional pelas brasileiras. Para isso, serão apresentados o contexto histórico da chegada da pílula ao país, a atuação de grupo de planejamento familiar, especificamente, a BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil) e a atuação dos movimentos feministas com relação ao debate da contracepção. A atuação da BEMFAM será investigada também a partir da análise da imprensa local, ressaltando as críticas e a expansão da entidade no estado de Pernambuco.

No último capítulo recebe destaque o debate acerca da pílula anticoncepcional na cidade do Recife. Nesse momento são apresentadas as questões que permearam a temática da contracepção na década escolhida e o uso desse contraceptivo. Portanto, serão analisadas as informações gerais acerca da pílula nos periódicos (os dados que surgiam a partir de novos estudos, efeitos colaterais, aprovação ou desaprovação da utilização do método por diversos grupos da sociedade, entre outras notícias), os grupos que ocupavam o centro do debate (a comunidade médica e religiosa) e os espaços reservados para as opiniões femininas sobre o uso desse contraceptivo (as opiniões das mulheres recifenses selecionadas pela edição especial do *Jornal da Cidade* e as edições da coluna Diário Feminino).

PRIMEIRO CAPÍTULO:

“A mulher recifense não é só o que você pensa”¹⁰: Os comportamentos femininos na capital pernambucana

Um grande esforço teve que ser feito no sentido de enquadrar, por meio de normas, as condutas femininas, demarcar o “lugar da mulher” e definir claramente que tipo de mulher seria alvo do respeito social. Médicos, juristas, religiosos, professores e demais autoridades preocupadas com a ordem pública alegavam questões de moralidade e uniam-se no coro das vozes hegemônicas a esse respeito. A imprensa, como caixa de ressonância, dedicava-se a descrever os contornos desta mulher, a “mulher ideal” do novo século (PINSKY, Carla B., 2013a, p. 472).

¹⁰ “A mulher recifense não é só o que você pensa. Comprove” é o título da edição especial do *Jornal da Cidade* analisada nesse capítulo (A mulher recifense..., 1975, p. 9).

Entre tantos acontecimentos, o século XX ficou marcado pela construção de um ideal feminino. Esse processo se deu em razão de interesses diversos do sistema econômico capitalista, pelos movimentos feministas e também pela chamada Revolução Sexual, que a partir da década de 1960, possibilitou uma mudança no padrão de comportamento das mulheres ocidentais. Por meio dos estudos acerca da história das mulheres, percebe-se que a ideia, presente no início do século, da mulher como algo homogêneo sofreria críticas, principalmente a partir do fortalecimento do feminismo negro. Abrindo espaço para as diferenças em termos de raça, etnia, sexualidade, geração e a localização das mulheres no globo. Analisar essas mudanças no Brasil, sobretudo, acerca do comportamento feminino na cidade do Recife, compreendendo as suas particularidades como um país colonizado culturalmente e marcado por desigualdades sociais e de classes, é importante para se entender as diferentes trajetórias vivenciadas pelas recifenses.

1.1 - As mulheres brasileiras no século XX: a construção de um ideal hegemônico

A historiadora Susan K. Besse, em seu livro *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)*, analisa como as mudanças ocorridas a partir da metade do século XIX foram fundamentais para as transformações de costumes na vida das mulheres. Ao apresentar como o processo da modernização causou modificações nas relações entre os gêneros, a autora traz informações sobre o comportamento e acerca da vida das mulheres brasileiras na primeira metade do século XX. O seu trabalho se destaca, especialmente, em razão da pluralidade de aspectos analisados pela historiadora. Besse investiga não só a intervenção do Estado brasileiro no que seria o comportamento dos homens e das mulheres, mas também as questões relacionadas ao casamento, a família e ao mercado de trabalho. Levantando as diferenças entre as famílias de classe média e a situação das famílias proletárias, por exemplo.

Conforme essa autora, entre as transformações que marcaram a vida das brasileiras já no início do século XX, pode-se destacar o fortalecimento do “modelo da família nuclear burguesa urbana” (BESSE, Susan K., 1999, p. 19). Que vai tornando o casamento uma instituição ainda mais importante e uma possibilidade de controle social dos indivíduos (BESSE, Susan K., 1999, p. 43). Além disso, é também nesse período, que se constrói uma ideia acerca do papel ocupado pela mulher na sociedade, que vai se modificando ao longo das décadas. Para Besse (1999, p. 78), essa problemática se deu a partir de processos “conflitantes do sistema social e econômico moderno”. Ela afirma, que

As mulheres eram relegadas à difícil tarefa de mediar entre o passado e o presente, bem como entre padrões públicos racionais de comportamento, desempenho e recompensas e padrões domésticos quase religiosos de devoção e auto-sacrifício (BESSE, Susan K., 1999, p. 78).

Ao longo desse texto serão abordados alguns aspectos que mostram como a construção do que é ser mulher, a partir da concepção do gênero como performativo (BUTLER, Judith, 2017, p. 242) e das séries de contradições que permeiam o comportamento feminino, consolidou um ideal a ser atingido.

O início do século XX marca, entre outras questões, a entrada de algumas mulheres no mercado de trabalho. Essa oportunidade estava sendo introduzida, especialmente, às jovens brancas de classe média e alta, pois as mulheres pobres e negras já ocupavam os piores postos de trabalho e com péssimos salários. Sobre essa questão Beatriz Nascimento (2019, p. 266) afirma, que

A mulher negra, na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi contemplada como mão de obra na maioria das vezes não qualificada. Num país que somente nas últimas décadas do século XX, o trabalho passou a ter o significado dignificante – o que não acontecia antes, devido ao estigma da escravatura – reproduz-se na mulher negra “um destino histórico”. É ela quem desempenha, majoritariamente, os serviços domésticos, os serviços em empresas públicas e privadas recompensadas por baixíssimas remunerações. São de fato empregos cujas relações de trabalho evocam a mesma dinâmica da escravocracia.

Essas mulheres, como aponta a filósofa e antropóloga Lélia Gonzales (2019, p. 238), vivenciam o “duplo fenômeno do racismo e do sexismo” e isso acompanha as suas trajetórias até a contemporaneidade. Diferenças também podem ser levantadas ao pensar a posição ocupada por essas mulheres dentro das suas famílias. Desde o fim da escravatura é comum que a mulher negra seja o centro da família, tanto no que se refere ao aspecto econômico, como também nas decisões e criação dos filhos. Segundo Beatriz Nascimento (2019, p. 267),

Essa família, grosso modo, não obedece aos padrões patriarcais, muito menos aos padrões modernos de constituição nuclear. São da família todos aqueles (filhos, maridos, parentes) que vivem as dificuldades da extrema pobreza.

Por isso, torna-se importante fazer uso da categoria da interseccionalidade, pois ela possibilita enxergar os diversos aspectos que envolvem na vida das mulheres, nesse caso a junção gênero, raça e classe interfere diretamente nessas trajetórias e expõe as diferenças entre as problemáticas vivenciadas pelas mulheres.

Ao longo do século XX, a entrada das mulheres de classe média em funções remuneradas passou a ser uma necessidade, no entanto, havia um interesse em mantê-las dependentes de seus pais e esposos. Os seus baixos salários, se comparados aos dos homens

brancos da mesma classe, expõe essa situação sendo muitas vezes apenas um complemento da renda familiar (BESSE, Susan K., 1999, p. 147). Conforme Besse, os discursos da época incentivavam o trabalho feminino em algumas posições, mas buscavam deixar claro que o lugar da mulher era em casa, construindo a sua família. Essa ambiguidade acerca do espaço que deve ser ocupado pelas mulheres é fundamental para se pensar as amarras e violências impostas às mesmas até a atualidade.

Sobre as posições ocupadas por mulheres com um maior nível educacional, Carla B. Pinsky (2013a, p. 504) afirma que eram profissões atreladas a ideia da mulher como cuidadora, por exemplo, “assistência e serviço: professora, enfermeira, telefonista, secretária, balconista” ela afirma ainda que essas “oposições sociais diminuía quando, para a mulher, abraçar uma “profissão honesta” era uma necessidade econômica e cresciam quando os argumentos incluíam realização pessoal e independência”.

Sobre as mulheres mais pobres, é válido ressaltar também, conforme essa historiadora, que no início do século XX existia uma forte presença de mulheres dentro das fábricas, cenário que vai modificando a partir da década de 1930. Apesar disso, elas continuam ocupando espaços considerados femininos como o de “empregada doméstica, lavadeira, cozinheira” e também o comércio ambulante e a prostituição (PINSKY, Carla B., 2013a, p. 503-504). A imposição de um modelo de feminilidade marcado por comportamentos considerados essenciais para as mulheres, também existia entre as que faziam parte da classe operária e entre as mais pobres de forma geral, não ficando restrito as classes mais abastadas. Ainda de acordo com a análise de Susan K. Besse (1999, p. 96), utilizados como mecanismo para a realização desse processo eram os espaços de moradia das famílias trabalhadoras, que viviam, por exemplo, em espaços como os de vilas proletárias. Esses locais facilitavam um maior controle desses corpos, já que nesses espaços as famílias tinham que obedecer a diversas regras de comportamento e seguir costumes estabelecidos na época. A autora (1999, p. 96-97) afirma, que

[...] um conjunto novo, mas “moderno”, de normas de gênero havia surgido e o Estado trabalhava em colaboração com os setores sociais concorrentes – entre os quais os profissionais liberais, os empregadores e a Igreja – para aplicar essas normas na prática, através de escolas, leis, vigilância policial, tribunais, órgãos de assistência social, clínicas de saúde e asilos. Embora o fato de pertencer às classes média e alta geralmente exigisse conformidade à moralidade sexual e familiar burguesa, o esforço para impor essas normas às classes operárias certamente conseguiu êxito mais limitado.

Apesar das diferenças entre as classes sociais, os valores propagados na época influenciavam boa parte da sociedade, fazendo com que as mulheres que não se comportassem

da forma desejada sofressem com preconceitos e rejeição. Ao discutir as particularidades da realidade das jovens brasileiras, Carla B. Pinsky (2013a, p. 474) chama atenção para a dificuldade das mulheres mais pobres afirmando que

Para elas, era impossível cumprir todos os preceitos da nova moralidade já que, ao tentar obter algum ganho, eram obrigadas a se deslocar pela cidade, conversar nas ruas, aproximar-se dos homens, conviver com todo tipo de gente. Vira e mexe eram incomodadas pela polícia, julgadas e reprimidas pelas autoridades com base no ideal de mulher que obviamente não seguiam. Se fossem negras era pior. O racismo da época as identificava frequentemente com promiscuidade, atrevimento e ociosidade.

Fica exposto, dessa maneira, a importância de se analisar a situação das mulheres de forma plural, pois a raça e a classe social interferem diretamente na forma como estas ocupam os espaços públicos e como seus corpos são marcados pelos discursos de exclusão da sociedade. É possível afirmar, que a construção de um modelo do que seria uma “mulher honrada” nesse momento abordado fortaleceu uma série de padrões de comportamento. A mulher precisava ser pura, comportada, boa filha, posteriormente, boa esposa e mãe, sendo sempre obediente as escolhas dos homens da sua vida. Mesmo com algumas modificações que possibilitaram uma maior liberdade, como a ocupação de novas funções e espaços sociais para as classes médias e altas, esses discursos se encontravam presente (PINSKY, Carla B., 2013a, p. 478). Desses aspectos levantados, a valorização e a criação do que seria uma “boa mãe” destaca-se como sendo o menos questionado ao longo das décadas, deixando marcas ainda hoje.

É válido ressaltar, entretanto, que mesmo com essas regras e padrões de comportamentos muitas mulheres encontravam formas de fugir desse ideal de passividade, reivindicando direitos e outras posições dentro da sociedade. Constância Duarte (2019, p.35), ao discutir a trajetória dos feminismos no Brasil, investiga como no início do século existiam manifestações de mulheres que desejavam participar da política, com a luta pelo voto, além da vontade de ocupar espaços que não eram os determinados pela sociedade. Pode-se citar mulheres como Bertha Lutz, que fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Maria Lacerda de Moura e a luta pela educação feminina, entre outras que colaboraram na luta pela emancipação feminina durante esse período.

O caráter dessas manifestações durante as primeiras décadas não era homogêneo. De acordo com Constância Duarte (2019, p. 36), existia uma forma de “feminismo burguês e bem comportado”, mas existia também o movimento anarcofeminista “que propunha a emancipação da mulher nos diferentes planos da vida social, a instrução da classe operária e uma nova sociedade libertária [...]”. Dessa forma, muitas mulheres já questionavam os padrões de comportamentos estabelecidos pela sociedade patriarcal, buscando o debate a partir de diversos

caminhos. Tendo se destacado nesse período, a luta pelo voto feminino¹¹, pauta fundamental para os movimentos feministas da época.

A segunda metade do século também ficou marcada pelas mudanças na vida das mulheres, destacando-se questões que ainda não haviam sido discutidas de forma ampla pela sociedade. Com uma maior ocupação no mercado de trabalho, agora com uma maior presença de mulheres universitárias, uma nova ideia de maternidade também surge, sobretudo, em razão das novas discussões atreladas ao processo de reprodução feminina e dos movimentos feministas da década de 1960 e 1970. Além das questões específicas voltadas para as mulheres, o Brasil passou, durante esse período, por um momento político e social autoritário, em razão de uma ditadura civil-militar que teve início em 1964. Os valores defendidos pelo regime militar eram conservadores, procurando manter o *status quo* e as mulheres em uma posição semelhante ao que se desejava no início do século. Apesar disso, mudanças culturais e sociais trouxeram informações e acontecimentos que aceleraram o acesso de algumas mulheres a novas oportunidades e discussões. Esse processo deixou marcas, principalmente, nas discussões acerca do corpo feminino e na atuação dos movimentos feministas, por exemplo.

Os valores consolidados no começo do século continuavam presente, o casamento ainda era o desejo de muitas mulheres e uma imposição social. O ser mãe também era considerado como o principal objetivo da vida da mulher, que ao rejeitar esse sentimento estaria traindo uma suposta “essência feminina” (SCOTT, Ana Silvia, 2013, p. 24). Além da ampliação do espaço da mulher como profissional e a existência de contraceptivos mais seguros, pode-se citar também, conforme Ana Sílvia Scott (2013, p. 24), “a instituição do divórcio (por lei, em dezembro de 1977) e a possibilidade de estabelecer outros relacionamentos afetivos socialmente reconhecidos”. Segundo a autora, essas mudanças tornaram possível para as mulheres, principalmente de classe média, a busca por outros caminhos.

Apesar da presença de discursos conservadores e da permanente tentativa de controle das mulheres e de seus corpos, o fortalecimento do feminismo e dos novos discursos sobre a sexualidade, além da liberdade da mulher contribuíram para importantes transformações nos costumes. As trajetórias de vida eram diversas e continuavam marcadas pela classe social em que a mulher estava inserida. Nessa perspectiva, Denise Bernuzzi de Sant’Anna (2013, p. 120)

¹¹ A discussão acerca do voto feminino teve início ainda no século XIX, mas foi no início do século XX que o movimento pelo sufrágio ganhou força. Foi na década de 1930, após campanhas importantes lideradas por feministas, que o voto foi permitido para as mulheres. Em 1934 esse direito foi incorporado a Constituição.

apresenta um trabalho que demonstra as possibilidades desse momento histórico. Segundo a autora, algumas mulheres

[...] se tornaram companheiras na guerrilha contra a ditadura, outras mochileiras e parceiras de viagens alucinógenas. Muitas saíram à luta em searas do trabalho até então prioritariamente masculinas. E várias brigaram com os pais ou separaram-se dos maridos, tomaram pílula e deitaram-se no divã.

As novas profissões desempenhadas pelas mulheres permitiram uma maior independência financeira e ao mesmo tempo uma percepção por parte das brasileiras de que existia uma desigualdade entre os gêneros, sobretudo, em termos de salário. A presença das mulheres na universidade trouxe não só essa ampliação de ocupações, mas também um contato de parte delas com as ideias feministas, do movimento hippie, dos partidos de esquerda, criando novas experiências (PINKSY, Carla B., 2013b, p. 514-516). A atuação política feminina a partir da década de 1960 torna-se cada vez maior. Tanto em movimentos de esquerda, como também em eventos conservadores de direita¹². A historiadora Joana Maria Pedro (2013, p. 241), ressalta a participação das mulheres

[...] nos clubes de mães, nos movimentos por creche, nas marchas de “panela vazia” (ou “panelaços”), nas reivindicações por anistia política (aos presos perseguidos pelo regime) e no movimento Diretas Já (por eleições diretas). Nos sindicatos, reivindicaram a existência de seções femininas e exigiram a inclusão de mulheres nos cargos de diretoria; realizaram encontros de trabalhadoras e participaram ativamente da vida sindical.

Além dessas atividades, o movimento feminista brasileiro também ressurgiu na metade desse século, com características que o diferem dos movimentos norte-americanos e europeus. Conforme Cynthia Andersen Sarti (2004, p. 36), o feminismo brasileiro ficou diretamente marcado pelo autoritarismo provocado pela ditadura civil-militar. Esse processo contribuiu para uma atuação política diferenciada dos nossos movimentos feministas. Desde a década de 1960 existiam mulheres que se denominavam feministas e que levantavam pautas específicas, no entanto, foi na década de 1970 que os movimentos se fortaleceram.

A partir da década de 1960 o Brasil passa a vivenciar também uma mudança cultural, influenciada por processos que ocorreram em todo o ocidente. Na música, no cinema e na TV novos comportamentos passaram a ganhar espaço, apesar da censura instaurada pelo regime. Na década de 1970 diversas produções marcam esse processo, destacando-se já no fim da década o seriado brasileiro *Malu Mulher*. Essa série, criada em 1979, foi desenvolvida para um

¹² A atuação feminina não ficou restrita aos movimentos de esquerda. Por exemplo, é possível citar a participação das mulheres nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, atos de direita que contribuíram para a construção do golpe civil-militar de 1964.

público de classe média, interessado em discussões sobre a mulher, sua sexualidade e sua posição na sociedade.

A história traz uma protagonista que apresenta comportamentos feministas e uma postura independente. Percebe-se, dessa forma, que o seriado é uma consequência das mudanças já provocadas pelos movimentos feministas no país. De acordo com Heloisa Buarque de Almeida (2012, p. 127),

[...] *Malu mulher* faz parte de um movimento de transformação das construções simbólicas sobre a mulher na TV brasileira, uma vez que se desprende das “heroínas” melodramáticas mais tradicionais para criar uma imagem de mulher mais “moderna” e menos submissa.

Para essa autora (2012, p. 128), mesmo promovendo um conteúdo feminista a série foi bem recebida e isso ocorreu, também, em razão da sua protagonista ter sido interpretada pela atriz Regina Duarte, artista querida pelo público brasileiro e conhecida por outras mocinhas de novelas, facilitando a aceitação do público frente a personagem. A série buscou em diversos episódios discutir o tabu do prazer feminino, a temática do aborto, gerando um amplo debate e muitas polêmicas na época (ALMEIDA, Heloisa B., 2012, p. 134).

1.2 - As mulheres e as cidades do Recife: pobreza, conservadorismo e modernização

O intelectual recifense Josué de Castro expõe em seu livro *Homens e Caranguejos* a história de um Recife pobre e abandonado pelo poder público. Um Recife marcado pela fome e distante daquele conhecido por lutas históricas. Castro (1967, p. 27) apresenta as contradições e a pluralidade dessa capital, para ele,

O Recife, a cidade dos rios, das pontes e das antigas residências palacianas é também a cidade dos mocambos: das choças, dos casebres de barro batido a sopapo, cobertas de capim, de palha de coqueiro e de fôlhas de Flandres.

Para construir uma história da contracepção feminina na cidade do Recife é preciso compreender de que cidade estamos falando. Esta não é uma tarefa simples, pois são múltiplas as versões da cidade que ocupa esse território, promovendo diferentes realidades vivenciadas diariamente pelas/os recifenses, em razão das desigualdades sociais e econômicas. Nessa perspectiva, mulheres que faziam parte de famílias tradicionais mais abastadas traçaram caminhos que não são semelhantes aos das mulheres mais pobres. Para pensar essas particularidades é importante entender as mudanças enfrentadas por essa capital e a sua organização ao longo do século XX, principalmente durante a década de 1970.

Os anos de 1970 passaram, entre outras questões, pelo embate entre o Recife histórico e o processo de modernização da cidade que foi ganhando espaço. As diferenças entre a elite local, herdeira de uma tradição, e a maior parte da população, formada por recifenses pobres e miseráveis, também devem ser observadas. Conforme Antonio Paulo Rezende (1999, p. 159), Recife muitas vezes parece ser guiado pelo passado. Esse sentimento influenciou diretamente na construção de uma cidade orgulhosa de sua história, mas também conservadora. A cidade é formada, na segunda metade do século XX, por uma elite local tradicionalista, que durante a década de 1960, aceitou com facilidade o golpe civil-militar e com ele o autoritarismo (REZENDE, 1999, p. 161). Sobre esse momento, Rezende aponta que a atuação da sociedade civil foi direcionada para manter o seu poder dentro da cidade e isso foi fundamental para os rumos políticos tomados no estado (REZENDE, 2005, p. 134). Sobre esse processo ele afirma, que

A cidade do Recife teve sua vida comprometida, sendo seus territórios de liberdade suprimidos, suas lideranças populares perseguidas ou eliminadas, sua memória de lutas considerada perigosa pelas forças dominantes. Continuava o discurso da modernização, do desenvolvimento, mas agora com ênfase na segurança e no controle social. Por maior que fosse o fechamento político, a sociedade não deixava de formular seus sonhos. O Recife conviveu com esses anos de chumbo, encontrando caminhos para manter o fio com sua história, mesmo que eles tivessem traçados labirínticos (REZENDE, 2005, p. 134-135).

O impacto desse processo na história não só do Recife, mas do Brasil como um todo, é inegável. Marcando fortemente não só a vida política com a presença constante de militares e da falta de direitos políticos, mas também com perseguições e com o fortalecimento, posteriormente, da censura em jornais e na mídia em geral.

Apesar do regime autoritário em voga no momento e do conservadorismo político e social da elite local, as mudanças sofridas pela cidade ao longo do século XX não deixaram de acontecer e causaram não só transformações estruturais, com construções e destruições por toda a cidade, como também alterações comportamentais na vida da população. De acordo com Virginia Pontual (2001, p. 425),

Os lugares foram modificados: as áreas de mangues e alagados tornaram-se terra seca; os locais onde havia terras desabitadas e vazias tornaram-se terrenos ocupados e edificadas; os espaços em que se localizavam edificações dispersas passaram a abrigar concentrações. Os lugares da cidade transformaram-se, multiplicaram-se, expandiram-se, e esses eram movimentos de conflitos entre o ambiente natural e o ambiente construído [...].

Essas questões deixam marcas não só no aspecto estético da cidade, mas também em como a população local é distribuída pelos bairros, principalmente, os espaços ocupados pela população mais pobre, estabelecendo ao longo do século uma relação complicada entre as/os

recifenses e a situação habitacional. O crescimento demográfico da cidade influenciou diretamente nessa questão. Com uma forte migração do interior do estado para a capital, ocorreu um crescimento acelerado, tornando a questão da moradia uma problemática. Para Rezende (2005, p. 107), essa situação “[...] facilitava a especulação imobiliária e atormentava a vida dos mais pobres”. Essa dinâmica é fundamental para se entender como se dava a existência dessas pessoas nos espaços da cidade, entre elas, as mulheres. Até porque pensar em moradia é pensar na luta das mulheres, que eram as responsáveis pelo trabalho de reprodução social¹³, com o cuidado de sua casa e da família.

Dessa maneira, ao longo do século XX, a destruição ou realocação das moradias dos mais pobres marcou o cotidiano de homens e mulheres que estavam constantemente enfrentando a realidade de não ter onde ficar ou sofrendo por morar em locais distantes do centro urbano, já que a cidade estava sendo reformulada. Dentro desse processo, destaca-se a destruição de mocambos, habitações precárias características da cidade, desde o governo de Agamenon Magalhães (1937-1945). É importante salientar que esses espaços eram ocupados, sobretudo, pela população negra e mestiça. A historiadora Brodwyn Michelle Fischer (2020, p. 4), ao analisar a questão urbana no Recife, afirma que existe um silêncio sobre a relação entre a pobreza e a discussão racial, ela ressalta que “os afrodescendentes ocupam desproporcionalmente os espaços urbanos pobres e informais no Brasil” (FISCHER, Brodwyn Michelle, 2020, p. 4), aspecto diretamente relacionado ao histórico da escravidão e da forma como foi realizada a abolição no Brasil, sendo o Recife

um exemplo paradigmático do processo pelo qual uma cidade informal amplamente marcada por traços negros e africanos passou a ser problematizada e caracterizada como espaço racialmente neutro, definido política e legalmente em termos de seus problemas de “subdesenvolvimento” ou “exclusão social (FISCHER, Brodwyn Michelle, 2020, p. 6).

Dessa maneira, as recifenses que ocupavam as áreas mais pobres da cidade e que enfrentavam obstáculos diversos para vivenciar o seu cotidiano, na vida familiar, no trabalho e com relação a sua sexualidade e contracepção, tema em questão nesse trabalho, eram em sua maioria mulheres negras.

¹³ Ao analisar as particularidades das mulheres e sua exploração dentro do capitalismo algumas feministas buscaram estabelecer uma discussão acerca do impacto da reprodução social nesse sistema. O significado do trabalho doméstico é muitas vezes ignorado, mas é a partir dele que ocorre toda uma manutenção da família e dos trabalhadores para que esse sistema econômico se beneficie dessa mão-de-obra. Sobre o feminismo da reprodução social, Susan Ferguson (2017, p. 24) aponta que “Em seu núcleo está a concepção de trabalho como amplamente produtivo – criador não apenas de valores econômicos, mas da sociedade (e, portanto, da vida) mesma”.

Sobre a questão da moradia e do processo de migração, Antonio Paulo Rezende (2005, p. 123) afirma, que

Entre os anos de 1939 e 1945, 13.355 mocambos foram demolidos. Há de se registrar que, em 1939, 63,7% dos prédios da cidade eram considerados mocambos, segundo estatísticas oficiais. O Recife recebia um expressivo contingente populacional vindo da zona rural, sonhando em melhorar de vida. É interessante assinalar que, em 1940, a população da cidade era de 348,4 mil pessoas, aumentando para 524,7 mil habitantes em 1950, tendo o município do Recife expandido sua área territorial na década de 50, de 180 km² para 209 km². A cidade adquiriu, nesse período, a forma urbana atual.

Nessa perspectiva, com o avanço do processo de modificação, a população mais pobre foi cada vez mais excluída e encontrando menos espaço dentro da cidade. As pernambucanas/os que saíam do interior, escasso em oportunidades, encontravam na capital uma vida difícil. Josué de Castro (1967, p. 98) traz essa reflexão em seu livro, citado anteriormente, destacando que esses migrantes e os recifenses mais pobres acabavam ocupando, na busca por espaços, as áreas de mangues.

O Recife tinha grande parte da população afetada por uma situação econômica desfavorável, a falta de estrutura e a pobreza de forma geral sinalizam que muitos recifenses viviam buscando o básico e não tinham acesso a ele. Entre os problemas já citados, o analfabetismo também se faz presente. Conforme Bianca Nogueira da Silva (2010, p. 47), o Nordeste apresenta nesse período em análise, um alto índice de analfabetismo, com “pessoas com mais de 18 anos que não sabiam ler nem escrever contabilizavam 50% da população da capital e no interior a marca chegava até aos 70%”. Essa informação é fundamental para se compreender os limites das discussões promovidas pelos jornais da época.

Além da questão da moradia, o processo de modernização traz modificações também no cotidiano dessas pessoas. Segundo Luís Manuel Domingues do Nascimento (2014, p. 29), esse processo foi alterando também o consumo de parte dos recifenses do aparato cultural disponível na cidade e até mesmo o consumo de aparelhos eletrônicos. Ele aponta como a cidade durante a década de 1970 passou pela expansão de redes de supermercados modificando o acesso das pessoas a certos produtos e transformando a relação da população com as antigas feiras locais (NASCIMENTO, 2014, p. 29). Ao tratar da questão cultural ele destaca a chegada de emissoras de televisão e de rádio que são, entre outras questões, meios fundamentais para a propagação de novos comportamentos de gênero. Ele afirma ainda que

Ao lado dessa expansão, proliferaram pelo Recife bancas de revistas com os últimos periódicos nacionais, as coleções e fascículos sobre os mais variados temas do conhecimento, as revistas de informação nacional e mundial e outras dirigidas a temáticas específicas (moda, esoterismos, assuntos femininos, assuntos masculinos,

sexualidade, negócios etc.), bem como o advento de lugares para o usufruto cultural (Livro 7, Cinema Veneza, o complexo dos cinemas Astor e Rits e outros com programação especializada) e novos pontos de encontro e diversão (NASCIMENTO, 2014, p. 29-30).

É válido destacar a importância dos cinemas como algo central no lazer das/os recifenses. Durante as décadas de 1960 e 1970, vários cinemas se encontravam pela cidade e ajudavam a moldar os comportamentos da população local, sobretudo, das/os jovens. Os mais conhecidos eram o cinema Cine Moderno, Trianon, Veneza, São Luiz, entre outros.

Além das transformações estruturais e políticas, o Recife enfrentava mudanças ligadas às discussões de gênero e de sexualidade. O historiador Sandro José da Silva (2011, p. 28), ao estudar a ocupação da cidade pela população gay na década de 1970, identifica o conservadorismo presente na capital pernambucana e o que era esperado pela população no que diz respeito ao homem e a mulher nordestina, sendo esses papéis bem definidos.

Para entender como a sociedade lidava com novos comportamentos, Silva também analisa a figura do hippie, que sofria com preconceitos por causa de sua aparência e práticas. De acordo com esse historiador (2011, p. 36), a maneira como esse grupo vivia seus relacionamentos despertava preocupações, como a ideia de “amor “livre”, [...] o questionamento da santidade do matrimônio, a violação da castidade antes do casamento e as execradas práticas homossexuais”. Percebe-se, portanto, que essas questões “mal vistas” pela sociedade afetam tanto os grupos que não performam a heterossexualidade compulsória¹⁴, como também as mulheres e homens que buscavam romper com comportamentos repressivos de suas vidas sexuais.

Além do Recife miserável, caracterizado pela exploração dos mais pobres e por uma elite política e econômica, Sandro José da Silva ressalta as particularidades dos anos de 1970 no que se refere à cultura e aos possíveis novos comportamentos sociais entre as/os jovens. Ele afirma que o Recife era um

Lugar em que o desbunde era vivido por grande parte dos jovens independentemente da orientação sexual, da classe social e da posição partidária. Shows, livrarias, bares, dancings, teatros, reuniões em casa de amigos, botecos, eram os principais pólos fomentadores de uma nova época que estaria por vir. Inclusive, as vivências na cidade eram exercidas com mais liberdade porque a violência parecia ser menor. Ao mesmo tempo, a cidade respirava ares de província em que através das redes de amizade quase

¹⁴ Para a filósofa Judith Butler (2017, p. 258) a heterossexualidade compulsória seria “[...] o modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea) é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade”.

todos se conheciam e onde se podia andar a pé sem o tempo de assalto ou coisa pior (SILVA, 2011, p. 41).

Dessa forma, o autor, além de “historicizar as práticas homossexuais” (SILVA, 2011, p. 201) também busca destacar em seu trabalho a existência de dois Recife: a sua versão marcada pelo “desbunde” e a versão notada pelo provincianismo característico das suas relações e tradições. É essa dualidade que interfere diretamente na construção das relações das/os recifenses com as novas discussões sobre sexualidade, no que diz respeito a orientação sexual e as novidades referentes a vida sexual após a década de 1960.

Os problemas sociais da cidade eram vivenciados de maneira diferenciada pelas mulheres. As recifenses, assim como as brasileiras de forma geral, enfrentaram durante a década de setenta transformações relativas à dinâmica familiar, profissional e pessoal. De acordo com Noemia Maria Queiroz Pereira da Luz e Alcileide Cabral do Nascimento (2015, p. 58),

O Recife, como outras cidades brasileiras, foi palco dessas tensões, dos embates, das conquistas de parte dessas mulheres, e conviveu com a intensa exploração do trabalho feminino e do corpo de muitas meninas e moças pobres, reafirmando, nas casas, nas fábricas, nas ruas e nos bordéis, o medo e o poder dos homens no que diz respeito à violência contra as mulheres.

Além da exploração da sua força de trabalho, com remunerações menores, e do trabalho de construção e manutenção familiar que muitas mulheres desempenhavam, elas também lidavam com uma cidade que não proporcionava condições mínimas de qualidade de vida para os mais pobres. Por exemplo, a população sofria com falta de energia elétrica, transportes de péssima qualidade e, sobretudo, a fome, que traz consigo diversos problemas de saúde, incluindo, a mortalidade infantil (PONTUAL, Virgina, 2001, p. 401). Essas questões mostram como muitas recifenses conviviam com a situação de vulnerabilidade social ao longo do século.

Sobre a atuação política de algumas recifenses nesse período, Maria do Socorro de Abreu e Lima (2007, p. 107) afirma, que

[...] percebe-se que seu engajamento dava-se tendo como referência seu papel tradicional na sociedade, cuja especificidade partia de sua situação biológica e doméstica, como reprodutora da vida e das condições de existência da classe trabalhadora, constituindo suas reivindicações em torno de questões como a da maternidade, da infância, da carestia, da falta de água etc. Nos aspectos de natureza mais política, eram particularmente suas as lutas pela paz ou pela anistia aos presos políticos, nas quais as reivindicações feitas partem de sua condição de mãe, aquela que luta pela vida. Não existem questionamentos a papéis que, ao contrário, são reforçados.

Apesar disso, essas mulheres se uniam na década de 1950, por exemplo, em associações com o intuito de melhorar a vida de suas comunidades, processos que as ajudavam a se considerarem sujeitos (LIMA, Maria do Socorro de Abreu e 2007, p. 107). As questões da

precariedade em trabalhos, moradia e na alimentação dos recifenses eram abordados com frequência. De acordo com essa historiadora (2017, p. 96), as mulheres

Como donas-de-casa, eram elas responsáveis por multiplicar os poucos salários, cuidar da casa, dos filhos, dos velhos e doentes. Relacionando-se no espaço do bairro, tinham de providenciar escola e atendimento médico para os filhos, arrumar água para garantir os afazeres domésticos, etc., atividades que eram consideradas de sua responsabilidade.

Dessa forma, torna-se difícil não perceber como essa dinâmica de miséria, fome, problemas de moradia e emprego afetavam diretamente as discussões acerca do controle de natalidade e do uso de contraceptivos por essas mulheres. Em razão desse cenário, é possível considerar, a existência de um interesse feminino em controlar o número filhos, entre outras razões, para evitar a situação de miséria. A discussão sobre a pílula anticoncepcional foi se popularizando ao longo das décadas, entre as camadas mais pobres isso ocorreu, principalmente, por meio da atuação de entidades de planejamento familiar, que alcançavam muitas vezes uma parte da população que não tinham acesso aos discursos médicos e midiáticos, questão que será abordada no próximo capítulo.

1.3 - Recife: “metrópole ou província?”¹⁵ As mulheres recifenses na imprensa local

A escritora feminista Teresa de Lauretis afirma que o gênero é um produto de diferentes tecnologias sociais, seja o cinema, a internet, o rádio, a televisão ou os jornais. Ela afirma que as noções do que é ser homem e mulher na sociedade constrói, de forma geral, o que ela denomina “um sistema de gênero” (LAURETIS, Teresa de, 2019, p. 126), independente das diferenças para cada cultura. A partir da análise dessa autora é possível compreender como os meios de comunicação, nesse caso os jornais, contribuem para a criação do que é ser mulher e homem na nossa sociedade. Sendo este um processo que sofre modificações ao longo das décadas e continua influenciando a maneira como as pessoas enxergam os atos considerados masculinos e femininos. Ao analisar os jornais recifenses *Diário de Pernambuco* e *Diário da Manhã* pode-se compreender o papel que eles desempenhavam, na década escolhida, na construção do que é uma mulher. Por meio de suas páginas, sobretudo, nos cadernos e colunas fixas, era realizado um trabalho que visava estabelecer os códigos que deveriam ser seguidos pelas recifenses. Esse esforço era direcionado para toda sociedade, mas conta com recortes de classe e raça que mostram como esses espaços específicos dos jornais e suas matérias buscavam

¹⁵ Trecho retirado do texto da jornalista Tereza Halliday (1970d, p. 11) analisado nesse capítulo.

estabelecer a ideia do que seria “a verdadeira mulher”, figura fundamental para a perpetuação do domínio masculino na nossa sociedade patriarcal e burguesa.

Analisando edições desses jornais ao longo da década de 1970, percebe-se as principais temáticas direcionada para a população feminina local. Como exemplo, pode-se citar matérias sobre moda, beleza, maternidade, receitas de culinária, vida matrimonial, entre outros temas. Ao estudar em seus trabalhos algumas revistas femininas, a historiadora Gisele B. Gellacic (2018, p. 38), aponta que não é possível afirmar, a partir da sua pesquisa com essa documentação, que essas mulheres expostas seriam de fato as mulheres da época em estudo. Essa representação, contudo, seria para ela “um reflexo do cotidiano das mulheres”, portanto, os jornais selecionados não mostram a pluralidade de comportamentos e de trajetórias vivenciadas pelas brasileiras, mas são fontes que auxiliam o entendimento das expectativas que existiam para com essas mulheres e que tipo de figura desejavam formar e dar espaço em suas páginas.

A pesquisa no *Diário da Manhã* foi realizada a partir da investigação de matérias que fizessem referências diretas¹⁶ as questões relacionadas às mulheres no Brasil e em Pernambuco. Por meio desse periódico foram selecionados artigos e reportagens que tratam sobre a moda para as recifenses, sobre o momento para a emancipação feminina, a presença dessas mulheres em cargos antes ocupados apenas por homens, como exemplo a inscrição de mulheres em concurso para a polícia (22 môças..., 1970, p. 1), entre outros assuntos que de formas diversas afetavam as vidas das mulheres.

Tabela nº 1 – Temas Diário da Manhã (1970-1979)

TÍTULO	ASSUNTO	DATA	ANO/Nº
Da “Lee” as Pamplonas	Moda	4 de maio de 1970	XLII/6165
22 môças querem ser policiais	Mercado de trabalho	23 de novembro de 1970	XLIV/6193
Empregada doméstica é tema erótico da semana	Sexualização do corpo feminino	6 de julho de 1973	XLVI/7472
Ano Internacional da Mulher	Feminismo e política	25 de janeiro de 1975	XLVII/6179

¹⁶ A pesquisa no *Diário da Manhã* se deu através do site da Companhia Editora de Pernambuco - CEPE. O acervo possui as edições desse periódico durante a década estudada. A investigação foi realizada com a utilização de mecanismos de pesquisa direcionados para o uso de palavras-chave. Os termos utilizados foram “mulher” e “mulheres”. O acesso pode ser realizado no site: <https://www.cepe.com.br/> (acesso às 16:18 em 16 de dezembro de 2020).

Matérias como “Da “Lee” as Pamplonas”, assinada pela estudante de jornalismo Nilse Cintra Leal, discutem como a mulher passou a se vestir de forma mais livre na década de 1970, destacando-se o uso das minissaias, dos vários tipos de calças, entre outras peças consideradas modernas para a época. Ao falar de uma perspectiva local, ela afirma que

nós do Recife impomos nossas preferencias. E nas ruas da cidade predominam as calças compridas, em um desfile onde tudo se vê nycron ou tergal, garbalene ou fustão, malhas ou veludo, vestem magras e gordas, altas e baixas, elegantes e desajeitadas (LEAL, Nilse Cintra, 1970, p. 8).

A autora comenta também sobre os preconceitos relacionados as mulheres que buscam uma atitude mais ousada ao utilizar as modas do momento. Segundo a autora,

Nem todos aceitaram a mulher “vestida de homem” e você pode ter problemas em locais como Rua Nova e Cais de Santa Rita, à noite. Mas não se preocupe que a falatório se dilui num rosto sisudo.

E se você passar por um grupo de rapazes e um deles gritar – o fecho-éclair está aberto! – não perca a calma. É muito possível que se trate de mais uma brincadeira das “crianças” (LEAL, Nilse Cintra, 1970, p. 8).

Ao comentar sobre essa postura masculina, nota-se também o conselho de ignorar essa conduta e não deixar de lado o uso dessas tendências. É uma forma de compreender, principalmente, como a juventude se comportava frente às mudanças da moda, que refletem também, as transformações no comportamento dos gêneros, que não aconteciam sem embates entre homens e mulheres.

Com as matérias selecionadas se torna possível analisar, também, aspectos relacionados as categorias de raça e classe. Na seção denominada “Cinema, Música & Variedade”, o *Diário da Manhã* traz o texto “Empregada doméstica é tema erótico da semana”, que apresenta essa figura feminina como um corpo erótico objetificado. Além de anunciar o filme em questão, que trabalha a partir dessa narrativa, o texto fala dessa mulher afirmando que esta traz

quase sempre nas veias, sangue quente *da* mucamas que amamentaram os filhos dos senhores (e aqueceram seus leitos), continua sendo tratada, generosamente, como merece, bem à moda lusa, conseqüentemente bem à brasileira, como “gente da casa”, lavando, passando, cozinhando, arrumando a cama e... (principalmente) dormindo no emprego, para gaúdio das nossas tradições, perplexidade dos teóricos do socialismo e espanto dos outros povos, que se babam de inveja na gravata (Empregada doméstica..., 1970, p. 7).

Nesse trecho fica exposta a construção de uma imagem da mulher negra associada a servidão e a erotização de seus corpos. A partir dos trabalhos de Sueli Carneiro, pode-se afirmar que este é um mecanismo constante na mídia, que trouxe diversas problemáticas para a vida das mulheres negras. Segundo essa autora,

Se partimos do entendimento de que os meios de comunicação não apenas repassam as representações sociais sedimentadas no imaginário social, mas também se instituem como agentes que operam, constroem e reconstroem no interior da sua lógica de produção os sistemas de representação, concluiremos que eles ocupam posição central na cristalização de imagens e sentidos sobre a mulher negra. Muito tem se falado a respeito das implicações dessas imagens e dos mecanismos capazes de promover deslocamentos para a afirmação positiva desse segmento.

A presença minoritária de mulheres negras nas mídias, bem como a fixação dessa presença em categorias específicas (a mulata, a empregada doméstica) foi um dos assuntos mais explorados nesse aspecto (CARNEIRO, Sueli, 2019, p. 282).

Nesse sentido, a mulher negra é excluída desses espaços de destaque e aparece com frequência a partir dessas imagens, que se fortaleceram na nossa sociedade com ajuda dessas mídias. Sendo esse um ponto importante para a luta do feminismo negro nas décadas seguintes.

Tema nos jornais e revistas no ano de 1975, o Ano Internacional da Mulher também esteve presente nas matérias dos periódicos selecionados. No *Diário da Manhã* pode-se destacar artigos com informações acerca dos objetivos da ONU com a criação dessa data e as atividades criadas para pensar o desenvolvimento da mulher na sociedade (Ano Internacional..., 1975, p. 7). Como foi apontado em outro tópico desse capítulo, o ano de 1975 pode ser considerado um marco na atuação dos movimentos feministas e também contribuiu para a produção de diversas atividades voltadas para discussão da situação das mulheres no país, debate que refletiu na imprensa recifense.

Diferentemente do jornal já apresentado, a pesquisa no *Diário de Pernambuco* ocorreu de forma mais específica¹⁷, sendo analisadas edições do Suplemento Feminino do Clube de Leitoras do jornal, caderno específico voltado para as mulheres. Também foi escolhido o Diário Feminino, coluna diária do jornal, escrita no início da década de 1970, pela jornalista Tereza Halliday e, posteriormente, pela Zenaide Barbosa, que também se tornou editora geral do periódico a partir de 1975. Esses dois espaços do jornal voltados para o público feminino são assinados e fixos, o que possibilita uma análise diferenciada da realizada no *Diário da Manhã*. De acordo com Heloisa de Farias Cruz e Maria do Rosário da Cunha (2007, p. 262), a existência dessas colunas assinadas significa “a recorrência de uma ótica e abordagem e/ou privilegiamento de temas e de vozes autorizadas”. Desse modo, as mulheres tinham um espaço específico dentro do jornal.

¹⁷ A pesquisa no *Diário de Pernambuco* foi organizada a partir do site da Biblioteca Nacional, na seção da Hemeroteca Digital, com os arquivos acerca dos anos de 1970. Também foi elaborada através do mecanismo de busca por palavras-chave. Com a existência de colunas voltadas para mulheres, as palavras selecionadas foram “suplemento feminino” e “diário feminino”. O site da hemeroteca pode ser acessado pelo link: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> (Acesso às 16:15, 16 de dezembro de 2020).

O Suplemento Feminino – Clube de Leitoras, tinha como finalidade tratar de variedades que estivessem relacionadas com o cotidiano da mulher recifense, sobretudo, as mulheres casadas e responsáveis pelas atividades consideradas domésticas. Esse espaço do jornal foi fundado pela Elza Marzullo e contou com outras diretoras responsáveis ao longo dos anos de 1970. O clube estabelecido no espaço do Suplemento Feminino visava a construção de uma rede entre as próprias leitoras que enviavam dúvidas, sugestões, receitas, modelos de artesanato, soluções caseiras para diversos problemas, entre outras informações que pudessem ser de interesse das sócias do clube. Essas mulheres eram apresentadas com pseudônimos e podiam se registrar entrando em contato com o jornal. A partir da análise das edições desse período, é possível afirmar que as temáticas presentes são voltadas para assuntos de moda, decoração, receitas, entre outros temas que, segundo o jornal, faziam parte da vida das mulheres. Percebe-se que esse grupo de mulheres é seletivo, já que solteiras, mulheres trabalhadoras, entre outras, não são representadas nessas páginas.

Já o Diário Feminino possui um perfil diferente. As notícias são semelhantes em alguns momentos as compartilhadas pelo Suplemento Feminino, no entanto, o público alvo é o de mulheres mais jovens, estudantes e que ocupam cargos de trabalho. Encontra-se nesse espaço notícias sobre o comportamento, moda, as mulheres pelo mundo, saúde, beleza, sexualidade, relacionamento, entre outras questões. Matérias sobre o discurso feminista recebem espaço, “Por que lutam as mulheres?” (STUDART, Heloneida, 1974, p. 7), acerca da participação da mulher na sociedade, “A mulher brasileira não tem mercado de trabalho (BARBOSA, Zenaide 1974, p. 5), a “Revolução Sexual” (HALLIDAY, Tereza 1972, p. 3) pelo mundo, desigualdade entre os gêneros, “Até que ponto o homem é dono e ‘senhor’ da mulher?” (BARBOSA, Tereza, 1977a, p. B-2), e até uma matéria específica sobre “moda negra” (BARBOSA, Zenaide 1972b, p. 3). O que torna possível a seguinte pergunta: até então toda moda discutida do Diário Feminino era voltada para mulheres brancas?

Tabela nº 2 – Temas Diário de Pernambuco (1970-1979)

TÍTULO	ASSUNTO	DATA	ANO/Nº
Rapaz casou, o tratamento mudou	Comportamento feminino	28 de julho de 1970	145/176
Queres ser feliz com teu marido?	Relacionamento e Comportamento feminino	28 de fevereiro de 1971	145/48
Um ‘papo’ de brotos	Sexualidade	14 de novembro de 1971	147/264
A moda negra	Moda	1 de março de 1972	147/49
Revolução Sexual	Sexualidade	5 de abril de 1972	147/78

Igualdade de Direitos	Feminismo	7 de abril de 1972	147/80
Libertação Sexual – Origem da impotência masculina	Sexualidade	27 de julho de 1972	147/177
Por que lutam as mulheres?	Feminismo	10 de maio de 1974	149/123
Até que ponto o homem é dono e ‘senhor’ da mulher?	Relações de gênero	21 de abril de 1977	152/106
Os problemas da mãe solteira	Maternidade	10 de maio de 1977	152/124
Mulher latina amadurece cedo	Sexualidade	13 de novembro de 1977	153/308

Os tabus relacionados a sexualidade se encontravam presente nos discursos dos jornais. Em uma entrevista de 1971, a jovem recifense Eliane Cardoso apresenta a sua visão sobre assuntos como amor, droga e liberdade sexual. É interessante observar o espaço dado a uma jovem de 15 anos dentro do periódico, para afirmar as suas opiniões, sendo estas direcionadas para pessoas jovens como ela. Pode-se afirmar, que essa oportunidade surge, porque Eliane é filha de um médico conhecido pela sociedade local e ex-prefeito de Carpina, cidade do interior de Pernambuco, que se encontra a 55 km da capital. Ela representa uma juventude recifense abastada e recebe esse espaço para responder questões de forma considerada correta para uma jovem da sua idade e da sua classe social.

Quando o assunto é sexualidade, para Eliane, os adolescentes podem se apaixonar verdadeiramente, mas não estão prontos para vivenciar a liberdade sexual, já que para ela “Se uma moça se entrega a um rapaz, aqui em nosso país, mesmo amando-o, perde, para muita gente, o seu valor moral. O nosso povo encara o fato como “pecado”. (UM PAPO..., 1971, p. 5). Ela traz nesse sentido, uma opinião recorrente na época, ainda marcada pelo tabu da virgindade e por uma moral religiosa. Apesar disso, essa é uma postura conservadora para uma jovem da década de 1970, já que, conforme Gisele B. Gellacic (2018, p. 118-119), novas discussões sobre essa questão já passavam a fazer parte da nossa sociedade nesse período. Segundo essa historiadora,

Durante as décadas analisadas, 1961 a 1985, nota-se como a questão da virgindade passou de interdito a um sinal de modernidade e de liberação. Afinal, sua função primordial, a garantia de filhos herdeiros legítimos, foi severamente abalada, através dos progressos médico-científico, principalmente, através da invenção de mecanismos seguros à contracepção, como a pílula.

A jovem demonstra também uma postura conservadora acerca da temática do divórcio¹⁸, comentando que “O nosso país ainda não está suficientemente preparado para receber o divórcio. Talvez daqui a algum tempo” (Um papo..., 1971, p. 5). Os comentários dessa jovem recifense vão de acordo com o que era esperado de uma moça de sua classe social nesse momento histórico. Sua postura conservadora e discreta, fruto provavelmente de seu meio familiar, é apresentada pelo jornal que também defende esses valores e busca a sua propagação. Apesar de matérias com conteúdo acerca das descobertas sexuais e um pouco mais progressista com o passar dos anos, as opiniões que buscam interditar a sexualidade feminina aparecem constantemente nas edições do jornal. O debate da libertação sexual da mulher é até mesmo apontado como uma causa para problemas sexuais enfrentados pelos homens.

Em uma matéria de 1972, publicada no Diário Feminino, foi noticiada uma pesquisa estadunidense da área da psiquiatria, afirmando que os homens estão buscando soluções para os seus problemas sexuais, enquanto as mulheres passaram a procurar ajuda também para os seus parceiros. Observa-se no texto que não existe comprovação científica para estabelecer uma relação entre as dificuldades sexuais masculinas e o processo de libertação sexual feminina. No entanto, o título da matéria “Libertação Sexual – Origem da impotência masculina” afirma essa ligação. Além disso, o texto chega a apontar que “Mulheres sexualmente liberadas estão exigindo desempenhos melhores que alguns homens podem oferecer e o resultado parece ser um aumento dos problemas sexuais masculinos” (BARBOSA, Zenaide, 1972d, p. 3). O que torna, para o leitor do texto, uma possibilidade praticamente confirmada.

Os próprios psiquiatras responsáveis pelo estudo reconhecem a necessidade de um trabalho estatístico para mostrar e confirmar essas afirmações. Contudo, isso não impede que os mesmos cheguem à conclusão de que,

as evidências sugerem que como as mulheres têm se tornado menos passivas e menos inibidas nos últimos anos, elas também se tornaram mais ameaçadoras ao senso de masculinidade e auto-confiança sexual de alguns homens. Em casos onde a ansiedade aparentava ser a causa principal de impotência, os psiquiatras disseram que os homens comumente se queixavam de exigências sexuais que eles mesmos se faziam, preocupados à sua habilidade para satisfazer uma mulher durante o relacionamento (BARBOSA, 1972d, p. 3).

Percebe-se que a intenção dos pesquisadores é criar essa relação, o que causa uma culpabilização no exercício da sexualidade feminina, que ao atingir uma maior liberdade, se

¹⁸ O divórcio se tornou uma realidade apenas no fim dessa década, em 1977, com algumas limitações, como diversos prazos para a sua realização. Segundo Iáris Ramalho Cortês, só chegou a ser liberado sem nenhum tipo de condição em 2010, com a aprovação da Emenda Constitucional n. 66 (CORTÊS, 2013, p. 268-269).

torna uma ameaça a vida sexual do seu companheiro. A mensagem transmitida para os leitores é a de que as mulheres estão exigindo demais e isso está causando problemas, desenvolvendo um sentimento negativo com relação a mulher e a sua relação com o sexo.

Esse tipo de matéria sem fundamentação científica, mas com títulos afirmativos é recorrente. Em uma nota de 1977 de título “Mulher latina amadurece cedo”, é apresentada outra pesquisa que afirma existir diferenças entre a sexualidade da mulher europeia e da mulher latina. O estudo tem um teor racista e eugênico, que coloca a mulher latina como mais propensa ao sexo (BARBOSA, Zenaide, 1977e, p. B-2). Essa conclusão, atrelada as matérias que possuem uma análise negativa do sexo, fortalece uma visão de que as mulheres latinas possuem uma tendência a uma sexualidade exagerada. Dessa forma, qualquer tipo de comportamento sexual que não seja o desejado pela sociedade para mulher é questionado e sofre com preconceitos em algumas edições.

A vida da chamada “mãe solteira”, é um exemplo disso e não deixou de ser apresentada pelo jornal. Foi citada em uma matéria de 1977, sendo colocado em debate a criação dos seus filhos e os problemas emocionais desenvolvidos por eles em razão da sua posição na sociedade. Conforme o texto, os preconceitos podem trazer problemas para as crianças e marcar o futuro das mesmas: “São conflitos psicológicos tão importantes que a sociedade deveria se preocupar muito mais com eles do que com os preconceitos ridículos e maldosos contra as mães solteiras e seus filhos” (BARBOSA, Zenaide, 1977b, p. B-2).

A presença de matérias e notas sobre o papel da mãe e a importância da maternidade na vida da mulher é frequente dentro do jornal. Fica estabelecido, por meio dessas edições, o que seria uma mãe competente, gerando uma cobrança a qualquer mulher que desempenhasse essa função de forma diferente ou que não tivesse esse desejo. A exigência a chamada ‘mãe solteira’ é um exemplo disso. Conforme Carla B. Pinsky (2013a, p. 492),

[...] a ideologia da “boa mãe” impregnara a sociedade, influenciando o modo como as pessoas viviam, servindo de base para julgamentos morais, reivindicações sindicais (por leis protetoras ou pelo salário-família), leis e políticas de governo (incluindo as natalistas). A mulher que se desviasse do padrão era tida como “masculinizada”, “desnaturada”, anormal.

A partir da construção dessa concepção de maternidade, defendida pelo jornal, da mãe que cuida de todos os detalhes da vida dos filhos, além de ser boa esposa e dona-de-casa, fica exposto o que seria considerado uma boa mãe ou não, mostrando que os corpos femininos precisam seguir uma série de comportamentos para serem reconhecidos pela sociedade. É nesse sentido, que a historiadora Tania Navarro Swain discute o que caracteriza o modelo de uma

“verdadeira mulher”. Todas essas características citadas seriam necessárias para que a mulher fosse considerada um verdadeiro exemplo de seu gênero.

Essa autora afirma, que “esta imagem tão difundida pelas instituições sociais, na interação de um discurso construtor de corpos disciplinados vem moldando as representações do feminino e a auto-representação das mulheres em torno da figura da mãe” (SWAIN, Tania Navarro, 2007, on-line). Sendo a maternidade a “razão de ser” da mulher, o único caminho. Portanto, o jornal como um espaço que contribuiu com a produção dos gêneros se torna fundamental na manutenção desse ideal de mulher.

A discussão acerca do feminismo aparece com mais frequência durante a década de 1970 e isso surge nas edições analisadas. No Diário Feminino, muitas informações são apresentadas acerca desse movimento e as suas pautas no momento específico. Destacam-se matérias sobre a situação do feminismo nos Estados Unidos da América, a partir de grupos e publicações que ganharam espaço na época, como o livro *A Mística Feminina* de Betty Friedan. Debates são encontrados no que se refere a ocupação da mulher nesses novos espaços e o seu direito a reivindicar uma nova posição na sociedade. Discursos conservadores também se encontram presentes questionando a relação das mulheres consideradas feministas com os homens e o que esse movimento deseja.

Em uma matéria de Zenaide Barbosa (1972c, p. 3), a autora questiona a luta por igualdade das feministas fazendo questão de apontar que, para ela, “Cada direito anda de braços dados com uma responsabilidade. Será que se lembram disso?”. O discurso apresentado pela jornalista é o de que se a mulher deseja igualdade e quer o mesmo salário que os homens, ela deve estar preparada também para dividir todas as despesas com o seu marido e participar de guerras quando necessário. A partir disso, ela questiona se a mulher está pronta para esse desafio. Esse tipo de questionamento é comum com relação as mulheres feministas, contudo é um argumento que não vai ao centro da questão: que seria justamente a desigualdade entre os gêneros e a posição considerada superior do homem na sociedade patriarcal.

Ela traz essa problemática a partir de um movimento estadunidense que, segundo a autora, “começou a abrir os olhos para a realidade” (BARBOSA, Zenaide, 1972c, p. 3), quando começa a fazer esse tipo de indagação, mostrando as mulheres o que elas podem perder ao alcançar esse novo status na sociedade. Esse tipo de igualdade desejada pelas mulheres poderia, segundo esse grupo, caracterizar o fim da divisão por gênero nos banheiros, a possibilidade de mulheres pagarem pensão aos maridos divorciados e até mesmo o fim de celas separadas em

prisões. Percebe-se um tom alarmista, que visa assustar as pessoas, sendo também um discurso antifeminista. O que pode levar as mesmas a não desejarem nenhum tipo de relação com os movimentos feministas, já que esses pode ocasionar esse tipo de situação. Conforme a líder desse movimento, denominado ‘Mulheres Opostas a Igualdade’, apresentado pela Zenaide Barbosa (1972c, p. 3), mulheres “traidoras do sexo [...] desejam privar as mulheres do tratamento diferencial e preferencial de que desfrutam atualmente”.

Outro assunto citado com frequência diz respeito a organização dos relacionamentos heterossexuais. São variadas as sugestões feitas para as recifenses sobre como devem administrar os seus relacionamentos. Em uma nota intitulada “Queres ser feliz com teu marido?”, presente em edição do Suplemento Feminino, é apresentado um quadro com sugestões de comportamentos para mulheres casadas alcançarem a felicidade conjugal. O texto foi enviado por uma leitora do Suplemento e defende que a mulher deve buscar sempre apoiar o seu esposo, independente da situação em que esteja vivendo, deve evitar incomodar quando este se encontra em casa, não demonstrar nenhum tipo de superioridade perante marido, entre outras regras. O texto destaca que a mulher nunca deve esquecer que pode ser trocada por outras “mais bonitas e [que] gozam da vantagem de serem o ‘fruto proibido’” (Queres ser feliz..., 1971, p. 9).

Esse tipo de conteúdo presente nesse espaço do jornal demonstra o que era esperado de uma mulher casada. Por ser uma sugestão de uma sócia do clube de leitoras, percebe-se como a mesma encara a vida conjugal e mostra, até certo ponto, como a sociedade recifense enxerga as atribuições de gênero de forma bem estabelecida entre o casal. Ou seja, o homem deve ser respeitado acima de tudo, sua autoridade nunca deve ser questionada e cabe a mulher se certificar de que o mesmo não está infeliz dentro de casa e que a sua presença não deve ameaçar a figura masculina.

O comportamento das mulheres e homens recifenses também é discutido pela jornalista Tereza Halliday, que apresenta as reclamações de um senhor chamado José Luiz Antunes sobre o fato de não ser mais bem tratado pelas moças recifenses após ter se casado. O texto faz referência a outra matéria que tratava da mudança de comportamento das jovens mulheres após o noivado. O senhor José Luiz aponta que era muito bem tratado pelas jovens enquanto solteiro e a partir do momento em que se casou, as relações mudaram totalmente e ele deixou de ser bem recebido e atendido pela cidade.

O interessante é que Tereza Halliday (1970e, p. 11) comenta que algo desse tipo também aconteceu com ela, quando se casou. Ela conta que, entre outras situações, um amigo deu “uma tapinha” em seu ombro e acabou sendo recriminado por outro colega, que afirmou que ele não podia fazer mais isso já ela agora era uma mulher casada. Para a jornalista, isso seria algo problemático. Ela afirma a partir disso, que “A gente parece até que deixa de ser a pessoa que sempre foi e continua sendo, para ser vista unicamente por seu status: “uma senhora casada!” Puxa, que falta de desconsideração pela gente José Luiz!” (HALLIDAY, Tereza, 1970e, p. 11). Esse tipo de situação fez a jornalista indagar se Recife seria uma metrópole ou uma província (HALLIDAY, Tereza 1970e, p. 11) em razão de seus valores e do comportamento dos jovens da época.

É possível afirmar, a partir da análise dessas matérias, que esse questionamento de Halliday é pertinente. A cidade do Recife, apesar de capital de Pernambuco e de já se caracterizar, nesse período, como uma cidade em crescimento e que recebe informações sobre acontecimentos de todo mundo Ocidental, se apresenta por meio desses jornais como uma sociedade de certa forma conservadora e que busca manter uma ordem no que se refere aos comportamentos masculinos e femininos. Esse controle fica exposto pelas matérias que buscam apresentar as condutas aceitáveis para as mulheres e jovens em várias áreas das suas vidas. Influenciando diretamente o comportamento feminino local.

1.3.1 - “Da professora universitária à primeira dama do Estado; da psiquiatra a dona de casa; de estudante à operária”¹⁹: as recifenses no Jornal da Cidade

Como foi apontado, o Ano Internacional da Mulher, em 1975, possibilitou uma série de eventos sobre o assunto, além de uma maior discussão acerca das questões específicas da vida das mulheres. Como reflexo desse processo, o *Jornal da Cidade* organizou uma edição comemorativa sobre a mulher no mês de julho desse ano. Logo na capa fica exposta a proposta da edição que é apresentar a mulher recifense, a partir do material levantado pelo jornal. A capa traz a imagem de parte do corpo feminino de biquíni (do busto até as coxas), mostrando o corpo feminino de forma sexualizada.

¹⁹ Trecho retirado do texto da edição especial do *Jornal da Cidade* analisada nesse capítulo (A mulher recifense..., 1975, p. 9).

Figura n.º 1



Fonte: Jornal da Cidade, Recife, 03 de julho de 1975.

Conforme o periódico, essa edição tinha como proposta apresentar a pluralidade das mulheres e a suas opiniões sobre diversos assuntos. Fazendo referência ao marco do ano de 1975. Segundo a publicação, seriam selecionadas,

Da professora universitária à primeira dama do Estado; da psiquiatra a dona de casa; de estudante à operária, e a acadêmica até a mulher motorista de taxi, a agrônoma e jovem soçaite, cerca de 20 mulheres do Recife, foram ouvidas sobre os temas virgindade, direitos, emancipação, <<Woman's Lib>>, machismo, mercado de trabalho, pílula e moda (A mulher recifense..., 1975, p.9).

Tabela nº 3 – Mulheres entrevistadas pelo Jornal da Cidade

NOME	IDADE	PROFISSÃO	STATUS CIVIL	FILHOS	COR/RAÇA ²⁰
Ironete Barros	27	Trabalha (não especificou a profissão) /Estudante	Casada	Sim	Branca
Maria Eunice Durval	21	Garçonete	Solteira	Sim	Negra
Maria Luisa Barreto Campelo	55	Presidente da Cruzada Democrática Feminina	Solteira	Não	Branca
Maria Bernadette Neves Pedrosa	44	Advogada/Professora	Solteira	Não	Branca
Lucia Helena	22	Estudante Universitária	Solteira	Não	Branca

²⁰ Não há informações ao longo das entrevistas acerca da questão racial. Essa coluna da tabela é resultado de uma análise das imagens das mulheres publicadas pela edição em debate.

Pinheiro Lins					
Maurinita Cavalcanti Barradas	52	Dona de casa	Casada	Não	Branca
Cleonice Ventura	34	Motorista de táxi	Divorciada	Sim	-
Marla Margarida Krause Golçalves de Moura Cavalcanti	46	Primeira Dama do Estado	Casada	Não	Branca
Maria Josefa da Silva	40	Operária	Casada	Não	Branca
Janete Freire	32	Engenheira	Casada	Não	Branca
Dulce Chacon	76	Escritora/Jornalista/Membro da academia pernambucana de letras		Não	Branca
Maria José Aureliano	60	Professora	Divorciada	Não	Branca
Maria Francisca da Silva	24	Empregada Doméstica/Analfabeta	Solteira	Não	Branca
Mariangela de Castro	27	Universitária/Trabalha fora	Solteira	Não	Branca
Luiza Maria de Souza	29	Prostituta	Solteira	Sim	Negra
Zenaide Regueira	29	Psiquiatra	Casada	Sim	Branca

A edição traz frases espalhadas pela primeira página da matéria e uma série de entrevistas com mulheres de diversas classes sociais e locais de origem. A partir de alguns assuntos específicos, as páginas trazem informações relevantes sobre a postura das mulheres recifenses, seus receios, opiniões e comportamentos.

Entre os assuntos abordados, a presença feminina no mercado de trabalho ocupa um grande espaço nos comentários das mulheres entrevistadas. Elas trazem relatos sobre as dificuldades enfrentadas, apontam o machismo apresentado pelos homens e refletem sobre suas trajetórias de vida. Algumas delas reconhecem os obstáculos colocados pelos companheiros que não aprovam a presença de mulheres em certos espaços públicos. A jovem esposa recifense, Ironete Barros, de 27 anos, aponta justamente esse processo ao citar que o marido não concorda com a sua rotina de trabalho e estudo, ela é estudante de balé e trabalha. Segundo Ironete, o marido não aprova as suas atividades, pois “[...] Êle acha que mulher é propriedade privada. Mas eu nem ligo” (A mulher recifense..., 1975, p.9).

Em sua análise, semelhante à de outras mulheres entrevistadas, os homens nordestinos são autoritários e interferem com frequência nas escolhas das mulheres. Essa opinião é compartilhada também por Mariangela, jovem universitária de mesma idade, que considera que “O homem nordestino reprime muito, e a mulher nordestina está com uma sede de liberdade, de deixar esses preconceitos antigos que nos cercam” (A mulher recifense..., 1975, p. 12). Outra jovem de 24 anos, chamada Maria Francisca, também aponta essa mesma questão, afirmando que

O homem daqui é muito mandão. Ele quer sempre manter a mulher sobre controle. Me desgosta muito essa situação mas não sei dizer bem como ele poderia ser. Talvez um pouco mais compreensivo (A mulher recifense..., 1975, p. 12).

No entanto, essa postura masculina como algo negativo não é a opinião de todas as entrevistadas. Percebe-se, observando a partir da idade dessas mulheres, que uma questão de geração se encontra nessa situação, já que entrevistadas com mais idade apresentam opiniões que discordam dessa visão negativa sobre o homem nordestino. Maurinita Cavalcanti Barradas, de 52 anos, defende que o “Homem nordestino é macho mesmo. E só presta assim”, para ela, apesar disso, as mulheres acabam tomando decisões importantes dentro da relação, pois são “guiadas pelo sexto sentido” (A mulher recifense..., 1975, p. 10). A operária de 40 anos, Maria Josefa da Silva, também compartilha dessa análise, já que afirma gostar dos

[...] nordestinos porque eles são homens com H maiúsculo. Machões mesmo. Meu marido é uma boa criatura. Já foi machão, mas hoje em dia está parálítico. Mesmo assim é o dono da casa, é ele quem manda (A mulher recifense..., 1975, p. 10).

Percebe-se, a partir das gerações dessas mulheres, uma mudança no que é aceitável ou não, no que concerne o comportamento masculino.

Essa imagem do homem como uma figura autoritária e que precisa demonstrar a sua masculinidade se encontra presente na cultura nordestina. Em seu trabalho *Nordestino: A invenção do “falo”* - uma história do gênero masculino, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior busca entender a construção histórica desse homem. Conforme esse autor,

O nordestino é uma figura que vem sendo desenhada e redesenhada por uma vasta produção cultural, desde o começo deste século. Figura em que se cruzam uma identidade regional e uma identidade de gênero. O nordestino é macho. Não há lugar nesta figura para qualquer atributo feminino. Nesta região até as mulheres são macho, sim senhor! Na historiografia e sociologia regional, na literatura popular e erudita, na música, no teatro, nas declarações públicas de suas autoridades, o nordestino é produzido como uma figura de atributos masculinos. Mesmo em seus defeitos é com o universo de imagens, símbolos e códigos que definem a masculinidade em nossa sociedade, que ele se relaciona (ALBUQUERQUE, 2013, p. 20).

A construção dessa figura masculina marca a cultura local e, sobretudo, as relações entre os gêneros. Dessa maneira, é interessante apontar que a mulher recifense não só enfrenta o machismo presente na sociedade de forma geral, mas também lida com a particularidade desse homem que busca expressar a sua masculinidade e perpetuar um comportamento que é esperado para o seu gênero em terras nordestinas.

Ainda sobre o aspecto profissional, as mulheres selecionadas são de várias classes sociais e apresentam trajetórias distintas no que se refere à ocupação de cargos de trabalho. Por meio da análise das entrevistas, é possível apontar a classe social da mulher a partir do seu grau de escolaridade e da composição da sua família. O que mostra que as mulheres recifenses que tinham acesso a melhores cargos eram as mais abastadas. Em alguns momentos esse maior nível intelectual se mostra na opinião das mulheres sobre os diversos assuntos abordados e em outros não. Ou seja, o fato de ter uma maior escolaridade não faz da mulher menos conservadora, a favor da emancipação feminina ou da liberdade sexual discutida na época.

O comportamento masculino e a questão de classe influenciam diretamente em outro tema abordado nas entrevistadas: o casamento. Essa postura masculina é apontada como um ponto a ser levado em conta ao considerar uma união matrimonial. Maria Francisca, que já foi citada, ressalta que “[...] se os homens fossem mais compreensivos tudo estaria melhor. << Por isso acabei o namoro. Era o tempo todo querendo mandar em mim >>” (A mulher recifense..., 1975, p. 12). Ela expõe o tipo de controle desejado pelos homens dentro do relacionamento e coloca isso como algo que a afasta dessa instituição. Apesar disso, ela defende que mesmo a conversa sendo importante para o casal, a última palavra deve ser do homem (A mulher recifense..., 1975, p. 12), isto é, percebe-se que o controle masculino a incomoda, mas que a mesma considera o homem como o centro do relacionamento, mais preparado para tomar decisões. Outras mulheres ressaltam a importância do casamento e que por isso ele deve ser pensado com cuidado. A presidente da Cruzada Democrática Feminina, Maria Luisa Barreto Campelo, de 55 anos, afirma que o “[...] casamento é um passo muito sério. É preciso escolher muito bem. Eu recusei muitas propostas que me pareceram inconvenientes e permaneci solteira” (A mulher recifense..., 1975, p. 9).

Algumas dessas mulheres apresentadas trabalhavam desde cedo, enquanto outras tiveram a oportunidade de acessar a universidade, o que influencia diretamente nos cargos de trabalho ocupados pelas mesmas. A presença do fator marido na vida profissional dessas mulheres é relevante. De acordo com Maria Eunice Durval, 21 anos e solteira, apesar de ser

trabalhadora e atuar como garçõnete, tendo seu salário mínimo e uma certa independência, ela acredita que o local ocupado pela mulher deve ser um reflexo da sua situação econômica. Para ela,

Quando a mulher é casada, tem muitos filhos e o marido ganha bem, acho que ela deve ficar em casa. Mas quando tá tudo ruim, ela deve trabalhar. Trabalho não desonra ninguém. Minhas amigas são costureiras, lavadeiras, cozinheiras, elas deixam as crianças com as freiras e vão trabalhar (A mulher recifense..., 1975, p. 9).

Nesse sentido, em sua opinião, a mulher deve trabalhar se sua situação financeira não for favorável, como é o seu caso particular. Maria Eunice mora com os pais e cria uma filha no bairro de Casa Amarela. A partir da imagem apresentada pelo jornal é possível supor, que a mesma é uma mulher negra e que não possui grande estabilidade financeira, sofrendo também com a falta de suporte do pai de sua filha, que deixou de enviar o dinheiro da criança supostamente por “medo” da mulher atual (A mulher recifense..., 1975, p. 9).

A situação dessa recifense se assemelha a de outras trabalhadoras que lutam para sobreviver na cidade do Recife, convivendo com a desigualdade social e com os preconceitos de raça e classe. A vida dessa garçõnete é marcada pelo trabalho, assim como a trajetória de Maria Josefa da Silva, operária de 40 anos já mencionada. Em sua entrevista ela afirma trabalhar o dia todo na fábrica e que não enfrenta problemas relacionados ao seu gênero, pelo contrário (A mulher recifense..., 1975, p. 10). O que é uma afirmação interessante, já que são conhecidas as dificuldades vivenciadas pelas mulheres no meio do trabalho, além da sua jornada dupla com os cuidados da casa e dos familiares.

Trajetória também caracterizada pelo esforço do trabalho é a de Luiza Maria de Souza, 29 anos. Mulher negra e prostituta, afirma não se identificar com a vida que leva, diz que a prostituição “É uma vida horrível. Isso não é vida para ninguém. Ainda não deixei porque não encontrei uma pessoa que assumisse minha responsabilidade” (A mulher recifense..., 1975, p. 12). Luiza é mãe e trabalhou como empregada doméstica até perder a sua virgindade. Conforme o seu relato, esse acontecimento a deixou sem perspectiva a levando a trabalhar na prostituição. Ela não entra em detalhes do porquê dessa ordem de acontecimentos, mas é possível supor que a perda da virgindade não atrelada a ideia de um casamento possa ter direcionado o seu comportamento. A última página dessa edição traz uma foto grande sua como representante dessa mulher recifense levantada pelo jornal.

Figura n.º 2



Fonte: Jornal da Cidade, Recife, 03 de julho de 1975.

Ainda sobre Luiza, pode-se afirmar, que ela apresenta uma postura conservadora no que se refere à vida matrimonial e sobre o lugar da mulher na sociedade. Para ela, “Não devia ter essa guerra [entre homens e mulheres]. O certo é a mulher ser manobrada pelo homem”. Ela aponta ainda que a mulher não possui muitas opções de profissões, “Mas está bom as que tem, a mulher não precisa de mais liberdade não” (A mulher recifense..., 1975, p. 12). É interessante observar que Luiza compartilha de valores defendidos nessa edição por mulheres mais abastadas, no entanto, a sua cor e a sua classe social não lhe permitem manter na prática sua visão do que é moral e correto, sendo a mesma forçada a buscar diferentes caminhos.

Diferente situação é apresentada pelas mulheres de classe média e alta do Recife. Maria Luisa Barreto Campelo, por exemplo, personagem que ajudou a organizar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964, faz parte de uma família que, segundo a própria, se caracteriza por ser uma “tradicional família da nobreza do açúcar” (A mulher recifense..., 1975, p. 9). Chama atenção essa escolha de palavras. Como foi dito anteriormente, a elite recifense busca fortalecer essas memórias, criando narrativas de nobreza para a sua posição dentro da sociedade. Para Maria Luisa, essa é uma forma de se destacar das outras mulheres apresentadas nessa edição, mostrando a sua origem e a importância da sua posição. A atuação da mesma na frente da Cruzada Democrática Feminina marca a sua vida profissional, fazendo-a vivenciar uma trajetória diferenciada se comparada as outras mulheres.

A relação dessas mulheres com a moda da época também foi mencionada, mostrando um certo provincianismo na opinião das recifenses com relação as novas tendências. Maria Josefa, quando perguntada sobre o assunto, fez críticas à moda local, afirmando que ela “está muito escandalosa, é uma falta de respeito, as saias no meio das coxas” (A mulher recifense..., 1975, p. 11). A falta de acesso a roupas da moda também é citada pela Maria Francisca da Silva, que apesar de jovem, afirma não ter acesso ao que é considerado da moda em razão da falta de condições financeiras. Quando perguntada sobre o assunto ela afirma: “Como vê a moda? “É isso mesmo, eu só vejo. Se pudesse andava na moda e como não posso olho os outros andarem” (A mulher recifense..., 1975, p. 11). A imposição também é tratada quando Luiza Maria aponta não ter interesse por moda, mas que é obrigada a se “pintar” em razão da sua ocupação como prostituta (A mulher recifense..., 1975, p. 12).

Questionamentos sobre a opinião das mulheres acerca dos movimentos feministas da época também foram levantadas, sobretudo, a partir da ideia do *Women's Lib*, o que gerou diversas respostas. Para Ironete Barros,

As mulheres não estão colaborando com o movimento feminista porque 50% delas não entendem o objetivo. Mas eu acho muito certo mesmo. Acho que elas defendem o direito da mulher trabalhar, e é trabalhando que a gente adquire uma condição financeira que coloca a gente num plano mais digno. O homem que acha que a mulher quer trabalhar pra tirar ele do seu trono de rei, e então não aceita (A mulher recifense..., 1975, p. 9).

Já outras mulheres afirmam opiniões diferenciadas como Maria Luisa Barreto Campelo, que afirma não conhecer o movimento, “Nunca ouvi falar em *Women's Lib*. Não tenho ideia do que seja” (A mulher recifense..., 1975, p. 9). E a primeira dama, Maria Margarida Krause, que defende que o movimento não é necessário para a libertação feminina, apesar de conhecer a sua proposta (A mulher recifense..., 1975, p. 11). Essas opiniões contrárias ao movimento estão, em algumas situações, conectadas a necessidade que essas mulheres sentem de defender quais são os papéis do homem e o da mulher dentro da nossa sociedade. Isso fica exposto com o comentário da escritora, que fez parte da Academia Pernambucana de Letras, Dulce Chacon, de 76 anos, que não concorda com o movimento pois “é contra meus princípios de formação cristã. Respeito as ideias de Betty Friedan, mas acho que o binômio homem/mulher é indispensável” (A mulher recifense..., 1975, p. 11).

É comum esse discurso que preza pela permanência das características consideradas masculinas e femininas, uma visão binária do mundo, como se mudanças dentro dessa relação fossem prejudiciais a estrutura da sociedade e a permanência dessa hierarquia de gênero fosse algo positivo. Comentários sobre uma postura radical do movimento também se encontra

presente, até mesmo entre as mais jovens, como Lucia Helena Pinheiro Lins, de 22 anos. Para ela, “As mulheres do Women’s Lib se radicalizaram demais. Eu acho muito gostoso depender de quem gosto. Isso não é nenhuma inferioridade, é inteligência” (A mulher recifense..., 1975, p. 10).

Dentro dessas discussões também surgem questionamentos e reflexões sobre a posição da mulher na década de 1970. A advogada e professora, Maria Bernadette N. Pedrosa, de 44 anos, traz sua opinião sobre a presença das mulheres nos cursos superiores e o impacto da luta das mesmas para ocupar esses espaços. Ela conta que

Há vinte anos apenas via-se com maus olhos a mulher que frequentasse certos cursos superiores. Arriscava-se a reputação pelo fato de estudar medicina. A própria Faculdade de Direito era tida como <<ambiente pouco recomendável para moça direita>>. Este foi o tipo de mentalidade contra o qual teve de lutar a mulher nordestina, para fazer o seu direito de participar nas atividades extra-domésticas. O resultado desta luta, a que não faltaram autênticas pioneiras, está a vista de todos: no curto tempo de duas décadas, as mulheres instalaram-se em quase todos os setores de atividade, reservadores tradicionalmente ao elemento masculino, dando o seu recado (A mulher recifense..., 1975, p. 10).

Ela apresenta ainda outro discurso comum que é levantado ao debater essas questões, que seria: a luta feminina por melhores ocupações e situação de vida não deve custar a sua “feminilidade”. Na sua opinião,

A mulher consciente de sua nova função social não pode alimentar sentimentos dessa natureza, porque o seu objetivo é outro, muito difícil e extremamente delicado: afirmar-se como individualidade, companheira do homem na imensa tarefa comum, sem sacrifício de sua feminilidade (A mulher recifense..., 1975, p. 10).

Observa-se também algumas críticas ao movimento de mulheres, no que concerne o seu público alvo e a sua constituição. Para Maria José Aureliano, professora de 60 anos, esses movimentos seriam “ridículos” já que as mulheres sozinhas já se impõem quando necessário e que,

O feminismo é mais um problema da classe média, de mulheres que preferem gritar muito sem, no entanto, procurar uma ocupação que prove suas qualidades. Nunca uma mulher abaixo da média economicamente se envolveu com lutas feministas, porque ela já tem que lutar pela vida, ao lado do marido, e assim é mais companheira e mais participante (A mulher recifense..., 1975, p. 10).

Esse comentário proporciona uma questão de suma importância para a época e que ainda é tema de debate na contemporaneidade: o elitismo característico do movimento feminista da época, que ficou alheio as diferenças entre raça e classe presente entre as mulheres. Essa situação também fica exposta na fala da doméstica, Maria Francisca, sobre o *Women’s Lib*. Quando questionada sobre o movimento, ela afirma “Como é que é o nome? Ah. Libertação feminina, já ouvi minha patroa falar mas não sei o que é isso” (A mulher recifense..., 1975, p.

12). Esse comentário demonstra, de certa forma, o público atingido por essas ideias, além de mostrar que não se trata em alguns momentos da libertação de todas as mulheres, já que a patroa de Maria Francisca conhece o movimento, mas isso não trouxe nenhum impacto na vida de sua funcionária analfabeta, que trabalha cerca de 12 horas por dia, sem carteira assinada e mora no local do seu trabalho.

Ao longo das entrevistas ficam expostas as profissões de algumas mulheres, como as já citadas: garçoneite, prostituta, operária, empregada doméstica, motorista de táxi, entre outras. E as formadas: psiquiatras, engenheiras, professoras, membro da academia pernambucana de letras e até mesmo a primeira dama do estado de Pernambuco. Incluindo as jovens universitárias. Apresentar essas profissões colabora para mostrar o recorte específico de classe dessas mulheres participantes e em alguns casos também o marcador de raça. É válido apontar que as duas mulheres negras identificadas, ocupam atividade de baixa remuneração e que sofre preconceitos, ou seja, a garçoneite e a prostituta. De acordo com Sueli Carneiro, o mercado de trabalho demonstra a exclusão sofrida pela mulher negra ao combinar as dificuldades causadas pela junção o racismo e do sexismo. Além de chamar atenção para diferença salarial entre mulheres brancas e negras, essa autora aponta também que

As mulheres negras compõem, em grande parte, o contingente de trabalhadores em postos de trabalho considerados pelos especialistas os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos (CARNEIRO, Sueli, 2011, p. 129).

Não só a profissão e o grau de escolaridade ajudam a diferenciar essas mulheres, mas também a sua origem social e a sua geração. No entanto, é interessante observar como o fator classe é fundamental ao mostrar que até mesmo mulheres com grande diferença de idade podem ter a mesma visão de mundo marcada pelo o que é esperado da sua posição na sociedade. O que permite que em alguns momentos tenham respostas semelhantes aproximadas pela sua classe social e em outros momentos a partir da sua geração, como, por exemplo, com relação à postura masculina.

É possível compreender a partir dessas entrevistas que as trajetórias das recifenses são influenciadas diretamente pela classe e raça a que pertencem, sendo a geração um fator também importante, como foi identificado por meio da análise dessa edição do *Jornal da Cidade*. São esses marcadores que mostram as diferenças na vida das mulheres e que influenciam diretamente na maneira como as mesmas vivenciaram, entre outras questões, a sua sexualidade, o uso de contraceptivos e a discussão sobre planejamento familiar, assuntos que serão abordados nos próximos capítulos.

SEGUNDO CAPÍTULO:

O corpo feminino em disputa: controle de natalidade, movimentos feministas e a BEMFAM em Pernambuco

As missões norte-americanas esterilizam as mulheres e semeiam pílulas, diafragmas, DIUs, preservativos e calendários marcados, mas colhem crianças. Teimosamente, as crianças latino-americanas continuam nascendo, reivindicando seu direito natural de ter um lugar ao sol nessas terras esplêndidas, que poderiam dar a todos o que a quase todos negam (GALEANO, 2010, p. 21).

Durante as décadas de 1960 e 1970, o debate sobre superpopulação no mundo ganhou espaço. Os Estados Unidos da América, sob o temor de uma nova revolução na América Latina, já que a Revolução Cubana tinha ocorrido em 1959, temiam que as supostas semelhanças entre o território brasileiro, sobretudo o Nordeste, com Cuba, ajudasse de alguma forma a causa comunista (PEDRO, Joana Maria, 2003, p. 242). Nesse contexto, mesmo com o governo brasileiro não defendendo oficialmente políticas antinatalistas, a pressão estadunidense tornou possível a proliferação de entidades de “planejamento familiar” no Brasil²¹.

Em *Testo Junkie – Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*, o filósofo espanhol Paul Preciado, questiona de que maneira “[...] classe e raça modificam a distribuição e acesso às tecnologias de produção de gênero” (PRECIADO, 2018, p. 136-137). Ao historicizar a chegada da pílula anticoncepcional ao Brasil e os primeiros debates acerca do planejamento familiar, sobretudo, a atuação da BEMFAM (Sociedade de Bem-estar Familiar no Brasil), percebe-se que a categoria “mulheres” não é suficiente para compreender as problemáticas que envolvem o uso desse contraceptivo. Ou seja, pensar a partir de categorias como “raça” e “classe” é fundamental para um melhor entendimento de como eram vivenciadas a sexualidade e a reprodução das brasileiras.

É nessa perspectiva, que o capítulo busca discutir a popularização da pílula no Brasil, o debate sobre planejamento familiar, as particularidades dos movimentos feministas com relação ao tema e a atuação da BEMFAM no estado de Pernambuco, analisando as implicações dessas questões na contracepção feminina.

2.1 - A sexualidade feminina e a contracepção no Brasil ao longo do século XX

Partindo do aspecto teórico de que a nossa sexualidade também é uma construção social e histórica (FOUCAULT, 2017, p. 115), torna-se importante apontar como esta foi encarada pela sociedade brasileira ao longo do século XX, especialmente, com a chamada Revolução Sexual a partir da década de 1960. É nesse sentido, a partir do dispositivo da sexualidade que essa questão é abordada. Conforme Foucault (2017, p. 115), não se deve entender a sexualidade

[...] como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso a

²¹ É válido ressaltar que a legislação brasileira na época tornava proibido a divulgação de métodos contraceptivos até o ano de 1970. O que vai de encontro com o comportamento tolerante do governo brasileiro frente a atuação de entidades de planejamento familiar.

formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grades estratégias de saber e de poder.

Com a construção de um modelo de feminilidade a ser seguido, a sexualidade da mulher também passa por um controle e um processo de silenciamento. Não só os aspectos atrelados ao ato sexual e ao prazer, mas questões voltadas ao corpo, sobretudo, a reprodução, também eram tratadas como tabus. Com o processo de liberação sexual na década de 1960 alguns assuntos passam a ser discutidos em jornais e revistas femininas, mas ainda com a sensação de constrangimento causada por se ler essas questões tidas como “proibidas”. Sobre essa questão, Foucault aponta que “O que é próprio das sociedades modernas não é terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como *o segredo*.” (FOUCAULT, 2017, p. 39). Sendo assim, a sexualidade carrega essa ideia de silêncio, quando na verdade se encontra presente e é utilizada de diversas formas.

Ao falar sobre esse processo, ainda na primeira metade do século, Carla B. Pinsky (2013, p. 474) destaca que o apropriado para as meninas era “nada de saber demais! Temas como menstruação, relações sexuais ou gravidez, por exemplo, não são assuntos adequados para se falar abertamente com garotas, nem dentro, nem fora das escolas”. Qualquer mulher que buscasse discutir essas questões ou tivesse um comportamento fora do permitido sobre a sexualidade feminina poderia ficar “falada” em sua cidade ou na comunidade. Dessa forma, o medo acompanhava qualquer sentimento que permeasse a sexualidade do namoro ou qualquer relacionamento antes do casamento.

Apesar da consolidação da instituição do casamento, existiam outras formas de relacionamentos e famílias já no início do século, sobretudo, entre a população mais pobre. Sobre as particularidades das relações dessa parte da população, Pinsky afirma, que

O fato é que o relacionamento dos casais nas classes baixas era determinado em grande parte pelas condições concretas de existência e seguiam regras próprias, mais flexíveis e igualitárias que as definidas nos matrimônios das elites. Entre a população pobre, as pessoas se uniam em concubinato e, com frequência, davam origem a crianças bastardas. Dadas às dificuldades com moradia, compartilhavam com outras famílias habitações em cortiços e favelas num ambiente de grande intimidade entre os que viviam sob o mesmo teto. As mulheres em geral exerciam ocupações remuneradas, o que lhes dava uma certa independência. Os casais se desfaziam com alguma facilidade por conta da ausência de propriedade, das necessidades econômicas que levavam à procura por trabalho em outras paragens ou simplesmente devido a maior liberdade das mulheres no sentido de poder descartar companheiros que não mais as agradavam. Como essa conduta diferia da propagandeada pelos valores dominantes, tais mulheres eram retratadas como sendo “vadias”, “cheias de vício”, pessoas com baixos padrões morais (PINSKY, Carla B., 2013, p. 479).

Dessa maneira, existia uma grande diferença, como citado anteriormente, entre as mulheres mais abastadas e as mais pobres.

Até a década de 1950 pouco se falava sobre a sexualidade de forma aberta, existindo uma separação entre o que se esperava da conduta sexual masculina e a feminina. Enquanto o homem era estimulado a desenvolver ao máximo os seus prazeres, as mulheres eram incentivadas a se manterem puras e honradas independente de sua classe social. A partir da segunda metade do século, novos comportamentos passam a ganhar força no Ocidente, ajudando na superação de alguns obstáculos encarados pelas mulheres ou, ao menos, dando coragem para que estas enfrentassem de forma mais contundente. Os novos discursos propagados pelo cinema, revistas e, também, pelos movimentos feministas ajudaram a criar um novo modelo de mulher a ser alcançado. Conforme o historiador Eric Hobsbawm, a revolução cultural, o novo comportamento dos jovens e a ideia de liberdade sexual foram essenciais para a mudança de comportamento na sociedade ocidental. Para ele,

A crise da família estava relacionada com mudanças bastante dramáticas nos padrões públicos que governam a conduta sexual, a parceria e a procriação. Eram tanto oficiais quanto não oficiais, e a grande mudança em ambas está datada, coincidindo com as décadas de 1960 e 1970. Oficialmente, essa foi uma era de extraordinária liberalização para os heterossexuais (isto é, sobretudo, para as mulheres, que gozavam de muito menos liberdade que os homens) quanto para os homossexuais, além de outras formas de dissidência cultural-sexual (HOBSBAWM, 1995, p. 316).

Nesse sentido, a luta feminina por direitos políticos e sexuais contribuiu profundamente para a abertura de possibilidades na vida das mulheres. O impacto da Segunda Guerra Mundial nas mudanças de comportamento das gerações seguintes, década de 1950 e 1960, também não pode ser ignorado. Assim como o cinema hollywoodiano e a exposição de uma nova sexualidade e comportamento feminino (GELLACIC, Gisele B., 2018, p. 15).

Nesse contexto ganha espaço na década de 1960 a chamada Revolução Sexual que possibilitou uma subversão dos valores acerca da sexualidade e do prazer masculino e feminino. A respeito desse momento, a historiadora Gisele B. Gellacic (2018, p. 17) aponta, que

É claro que os corpos, e principalmente os órgãos sexuais receberam ao longo da história conotações sexuais e eróticas, porém, durante a década de 1960 devido a todas as transformações que a sociedade estava passando, o corpo seria gradativamente o agente dessa liberação, de uma sexualidade que se libertava dos antigos interditos. Tais modificações seriam chamadas de liberação sexual, ou até de revolução sexual.

A autora afirma que, no início da década de 1960, a *Revista Claudia*²² deixa uma marca no começo desse processo de liberação sexual no país, ao tratar das questões relacionadas a

²² A revista *Claudia* teve sua primeira edição publicada em 1961 pela Editora Abril. Tinha o caráter mensal e buscava abordar temáticas de interesse do público feminino. De acordo com Soraia Carolina de Mello (2016, p. 25-26), essa revista foi inovadora ao abordar questões do cotidiano das mulheres brasileiras, gerando uma identificação com as suas leitoras. O seu espaço também era utilizado para divulgação de produtos diversos, também voltados para o seu público alvo, as mulheres da “emergente classe média” da década de 1960.

sexualidade de forma diferente da até então discutida pela sociedade brasileira (GELLACIC, Gisele B., 2018, p. 62). Conforme a autora, que houve no Ocidente uma ruptura com antigos padrões de comportamentos e a abertura de novas possibilidades. No entanto, essa subversão teve um menor impacto no Brasil, principalmente, em razão do contexto social vivenciado pelo país e pela própria atuação dos movimentos feministas, que estava direcionado para a luta pela democracia e contra o contexto autoritário da época. Apesar disso, por meio das mídias, novas informações chegavam para as mulheres brasileiras e passavam a fazer parte da nossa sociedade. Dessa forma, segundo Gellacic (2018, p. 87),

De todas as alterações provocadas nas décadas estudadas, o abalo que o sistema patriarcal sofria, a partir dos anos 1960, não tinha precedente. O controle de natalidade, a sexualidade pré-marital, o direito ao prazer e a progressiva separação entre a moral e a virgindade, foram exemplos de como antigos interditos sobre a sexualidade feminina foram, aos poucos, sendo questionados. Tais discussões levariam, sem dúvida, a um abalo do sistema patriarcal.

É nesse cenário de modificações de comportamentos e de valores que a pílula anticoncepcional chega ao Brasil. Assim como os movimentos feministas, a chegada da pílula também se deu de forma particular, se comparada a outros países. Percebe-se, por meio da historiografia sobre o assunto, que ela entra no país com o objetivo de controlar o tamanho da população brasileira, considerada de “terceiro mundo”, e não para a liberação sexual das mulheres. Em razão disso, não ocorreram grandes impedimentos para a disponibilização desse contraceptivo, assim como o DIU – Dispositivo Intrauterino, em território nacional já no início da década de 1960. Segundo a historiadora Joana Maria Pedro (2003, p. 241), essa situação difere da vivenciada por outros países, como a França que só liberou o uso da pílula em 1967, após a luta do movimento feminista francês.

Conforme Francine E. de S. Cavalieri, em seu trabalho sobre a relação dos médicos ginecologistas com a prescrição da pílula anticoncepcional nos anos 1960, a regulamentação desse contraceptivo se deu em 1957, pelo órgão de controle norte americano a FDA²³. Primeiramente, ele foi autorizado para a “prevenção de doenças e alterações ginecológicas” (CAVALIERI, Francine E. de S., 2017, p. 20). Sobre o surgimento da pílula anticoncepcional, Cavalieri (2017, p. 20-21) afirma que

[...] se por um lado a pílula trouxe benefícios para as mulheres, por outro passou a interferir em suas vidas através do controle médico científico atrelado aos interesses econômicos, o que pode configurar como uma ingerência sobre a autonomia e controle das mulheres sobre seus próprios corpos.

²³ A FDA (Food and Drug Administration) é uma agência federal norte-americana do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos.

Foi em 1960 que o uso da pílula foi liberado nos Estados Unidos da América como um método contraceptivo recebendo o nome de Enovid (CAVALIERI, Francine E. de S., 2017, p. 23). Diversos trabalhos apontam o papel revolucionário da pílula anticoncepcional na vida das mulheres. Tendo esse contraceptivo contribuído para sua emancipação, ocupação no mercado de trabalho, separação entre o prazer sexual e a maternidade compulsória, entre outras questões. Entretanto, para além disso, a pílula trouxe impactos diretos na discussão sobre o controle de natalidade em países considerados ‘desenvolvidos’ e ‘periféricos’. Destacando-se o debate acerca do controle da reprodução feminina e até mesmo o interesse do imperialismo norte-americano na América Latina. A entrada desse anticoncepcional em território brasileiro fica, dessa forma, marcada também por interesses externos.

A partir disso, a pesquisadora Debora Diniz (2013, p. 316) afirma, que a pílula foi utilizada nos seus primeiros anos “[...] mais como um instrumento de controle de natalidade (diminuir o tamanho da população) do que a promoção de direitos reprodutivos (permitir que as mulheres fizessem escolhas sobre quando ter filhos e quantos)”. Dessa forma, foi incentivado o uso da pílula por mulheres mais pobres, com o objetivo de controle da população, entretanto, a utilização dessa droga se destaca, já na década de 1960, pelas mulheres de classe média e alta. O que permitiu mudanças concretas na vida dessas mulheres, que passaram a ter escolhas que antes não eram possíveis.

É válido ressaltar que outros setores da sociedade, como a Igreja Católica e os profissionais da medicina, também entraram em conflito sobre essa questão. Além do embate principal entre anticoncepcionalistas e antinatalistas de setores da sociedade. O que contribuiu, entre outros fatores, para o atraso do governo em se posicionar sobre o assunto.

2.2 – O útero como “problema global”²⁴: o controle de natalidade no Brasil

A chegada da pílula anticoncepcional ao Brasil não foi vivenciada apenas de forma particular pelas mulheres que tiveram acesso a esse método, mas como uma questão coletiva, já que envolveu fatores econômicos, sociais e culturais. O uso desse contraceptivo se popularizou em um momento de questionamentos quanto ao crescimento populacional global (GONÇALVES, Letícia, 2018, p. 187), colocando a reprodução feminina mais uma vez no centro de debates políticos e econômicos. Sendo a pílula uma tecnologia que possibilitaria um controle direto da reprodução e, conseqüentemente, dos corpos femininos.

²⁴ GONÇALVES, Letícia, 2018, p. 192.

A postura do Estado brasileiro no século XX sobre essa questão é marcada por ser pró-natalista²⁵. Contudo, Délcio Fonseca Sobrinho (1993, p. 24) afirma que essa posição seria de um “pró-natalismo difuso”, que passa a se modificar com os debates sobre superpopulação e controle de natalidade a partir da década de 1960. Com a popularização desses temas, foram surgindo opiniões conflitantes e divergências entre os protagonistas da política brasileira. Recebendo destaque a divisão desses setores da sociedade entre os grupos denominados de “anticontrolistas” e de “antinatalistas”. É a partir desse conflito que se pode entender alguns aspectos importantes que envolveram o controle de natalidade e o planejamento familiar no país.

Os diversos setores da sociedade que compunham esses dois grupos possuíam preocupações específicas sobre o crescimento da população. Segundo Fonseca Sobrinho (1993, p. 24), os “anticontrolistas” contavam com a presença de “[...] militares nacionalistas da “linha dura” e de membros da hierarquia católica até militantes da esquerda revolucionária”. Os membros da esquerda anticontrolistas, por exemplo, apontavam a existência de interesses estrangeiros no tamanho da população brasileira e no debate acerca do planejamento familiar de forma geral. Os “antinatalistas” também eram compostos por atores sociais diversos, que defendiam uma redução no número de nascimentos e os interesses estadunidense no território brasileiro. Também contavam com alguns médicos que destacavam o controle de natalidade como uma forma de se impedir a realização de abortos no país (FONSECA SOBRINHO, 1993, p. 26-27).

De acordo com Leila Barsted (1998, p. 166),

Historicamente, no Brasil, nas últimas três décadas, os “controlistas” têm atuado via apoio a instituições que prestam serviços chamados de “planejamento familiar”, através da distribuição de pílulas anticoncepcionais e da realização, a baixo custo ou mesmo gratuitamente de esterilizações, sem nenhum compromisso com a saúde de sua clientela. Os “controlistas” internacionais e nacionais contam com o apoio de setores parlamentares conservadores, não comprometidos com os conservadores da Igreja Católica.

Dentro desse conflito, a influência dos EUA, assume um protagonismo nas decisões tomadas pelo Estado brasileiro e, também, na ausência de políticas públicas sobre o tema. O “medo” de um crescimento desenfreado da população é utilizado pelo imperialismo norte-americano como justificativa para uma intervenção direta nas escolhas reprodutivas das

²⁵ Conforme Leila de Andrade Linhares Barsted (1998, p. 148), a legislação trabalhista brasileira estabeleceu a partir da década de 1930 algumas medidas que traziam proteção e benefícios para os trabalhadores e suas famílias, o que permite apontar que o Estado buscou incentivar uma postura pró-natalista dentro da biopolítica e gestão da população.

mulheres, pressionando o governo brasileiro a tomar decisões a favor do controle de natalidade. Para que essas instituições fossem instaladas em território nacional e que o governo não desenvolvesse políticas que incentivassem o crescimento populacional, o governo norte-americano utilizou de mecanismos diversos, principalmente econômicos, como o estabelecimento de condições para que o Brasil recebesse empréstimos financeiros (COELHO, Edméia de A. C; LUCENA, Maria de Fátima G. de; SILVA, Ana Tereza de M., 2000, p. 40). Essa situação expõe o porquê do receio dos grupos de esquerda nacional com relação à ideia de “planejamento familiar”, já que existiam interesses específicos por trás desse movimento.

De acordo com Thaís Corral (1996, p. 103), a United States Agency for International Development (USAID) foi “[...] a fonte principal dos fundos canalizados para o programa de controle da natalidade no Brasil”. Foi por meio da USAID que entidades como a International Planned Parenthood Federation – Western Hemisphere Region (IPPF-WRH), Population Council (Pathfinder) e a Association for Voluntary Surgical Contraception (AVSC) recebiam o dinheiro que enviavam para outras instituições. O Brasil se encontra entre os países que receberam fundos destinados a esse tipo direto de controle da reprodução. A confirmação dessa intervenção e outras informações, podem ser encontradas em documentos oficiais do Conselho de Segurança de Estado dos Estados Unidos, sob liderança na época de Henry Kissinger, como aponta Thaís Corral. Segundo essa autora,

O Memorandum NSSM-200 data de 1974 e propõe o controle populacional como forma de reduzir as necessidades dos países do Sul, exportadores de matérias-primas, sobretudo de minerais. O documento explicitamente recomenda o uso de contraceptivos injetáveis de longa duração e a esterilização, como medidas a serem adotadas para a implementação da política. O Brasil figura entre os 13 países apontados como prioritários para o controle populacional (CORRAL, Thaís, 1996, p. 103).

Nesse sentido, de acordo com Délcio Fonseca Sobrinho (1993, p. 95-96), “Ao todo, são mais de 50 as entidades não-governamentais prestadoras de assistência e repassadoras de recursos para controle populacional. Quase todas têm sede nos Estados Unidos”. Entre elas, por exemplo, a International Planning Parenthood Federation – IPPF, chegou a financiar a BEMFAM (Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil) no país. Entidade criada em 1965 (MENANDRO, Leila Marchezi T., 2018, p. 9) e que contou com esse financiamento para divulgar informações sobre planejamento familiar no Brasil e para distribuir gratuitamente contraceptivos (a pílula e o DIU) para as mulheres. A atuação da BEMFAM teve início antes mesmo do governo brasileiro desenvolver uma política oficial sobre esse assunto, o que veio

ocorrer somente em 1983 com a criação do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher)²⁶.

Foi a partir da atuação dessa e de outras instituições, mesmo sem políticas oficiais que atuassem diretamente no que se refere ao tamanho da população, que o Brasil sofreu com uma queda na sua taxa de natalidade (FONSECA SOBRINHO, 1993, p. 23-24). Segundo Fonseca Sobrinho (1993),

Foi assim sem qualquer tipo de política demográfica que se alterou o comportamento reprodutivo da população, que passou a fazer uso, em seu cotidiano, em intensidade insuspeitada, de métodos irreversíveis, como a ligadura de trompas – executada clandestinamente, sobretudo em hospitais do governo – e a pílula anticoncepcional, na quase totalidade dos casos comprada diretamente em farmácias.

A distribuição de contraceptivos realizada por entidades de planejamento familiar, como a BEMFAM, torna possível compreender como uma parcela das mulheres brasileiras tinham acesso a pílula anticoncepcional e outros procedimentos. O público alvo para essa distribuição gratuita era o de mulheres mais pobres, já que as mais abastadas tinham acesso a médicos particulares, além de outros motivos para decidir ou não pelo controle da natalidade, como até mesmo a busca por uma liberdade sexual, questão que ganhou espaço na época. Por meio da atuação da BEMFAM e do contexto em que foram popularizados os novos contraceptivos modernos no país, percebe-se que ocorreu uma intervenção direta em corpos específicos, nesse caso, o corpo de mulheres brasileiras pobres e negras.

Em razão disso, de acordo com as autoras Lucila Scavone, Hélène Bretin e Annie Thébaud-Mony (1994, p. 358), os métodos contraceptivos mostram as desigualdades que existem dentro de um país e, também, “entre os países do norte e países do sul”. Ainda conforme essas pesquisadoras (1994, p. 369-370), são os

[...] fatores políticos e demográficos que determinam as “urgências contraceptivas” para os setores mais pobres da sociedade. Essas “urgências” são definidas segundo a ideologia de prevenção da reprodução da pobreza pela diminuição da curva de nascimento. O fim (o controle de natalidade) justifica os meios (utilização da pílula sem acompanhamento médico, uso de injetáveis nas mulheres sem recursos), negligenciando a saúde das mulheres.

Essa foi a realidade vivenciada por algumas brasileiras, situação que recebeu destaque de alguns setores da sociedade, entre eles os movimentos feministas, que apontaram as problemáticas que envolveram a distribuição da pílula anticoncepcional no país.

²⁶ Esse órgão só foi criado quando as taxas de natalidade já estavam em queda, processo que teve início a partir da década de 1960 (FONSECA SOBRINHO, 1993, p. 80).

2.3 – Os movimentos feministas e a contracepção – o caso brasileiro

A relação entre as mulheres brasileiras e o uso da pílula anticoncepcional foi marcada por uma série de particularidades. Para Constância Lima Duarte (2019, p. 42), “a tecnologia anticoncepcional” pode ser apontada como um “aliado do feminismo, ao permitir à mulher igualar-se ao homem no que toca à desvinculação entre sexo e maternidade, sexo e amor, sexo e compromisso”. Apesar disso, a utilização e o acesso aos contraceptivos modernos envolvem questões diversas e que protagonizaram debates importantes dentro da construção do feminismo no país.

Cynthia Andersen Sarti em seu artigo “O feminismo brasileiro desde os anos 1970 – revisitando uma trajetória” apresenta as principais características dos movimentos no país. Ela destaca a importante atuação do início do século, porém analisa com mais profundidade a década de 1970, afirmando que esse momento foi influenciado diretamente pelo autoritarismo presente no Estado. Para ela,

[...] embora influenciado pelas experiências europeias e norte-americana, o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964. Uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada a organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometida com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias. (SARTI, Cynthia Andersen, 2004, p. 36).

Conforme essa autora, algumas situações foram importantes para que o feminismo ganhasse força no Brasil nesse período. Entre elas, a escolha da ONU pelo Ano Internacional da Mulher em 1975, que possibilitou novos espaços e oportunidades para as feministas (SARTI, Cynthia Andersen, 2004, p. 39). Esse ano é apontado por várias pesquisas como um acontecimento fundamental para o ressurgimento do feminismo. No entanto, a partir da historiadora Joana Maria Pedro, é possível observar esse marco como uma entre as várias narrativas que definem a ‘origem’ desses movimentos. Aspecto que a autora busca entender em seu artigo “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”, no qual ela analisa “a invenção dessas origens e suas disputas pelo poder” (PEDRO, Joana Maria, 2006, p. 250).

No que concerne ao processo de ressurgimento dos movimentos no país, Joana Maria Pedro (2006, p. 251) afirma ainda que

Vivendo, desde 1964, em plena ditadura militar, durante a qual qualquer reunião, especialmente de grupos constantemente vigiados, constituía um risco muito grande, a Década da Mulher e o Ano da Mulher proporcionaram o lançamento de vários eventos acerca de questões relativas à mulher. Convém destacar, antes de mais nada,

que a iniciativa da ONU apenas repercutiu o que estava acontecendo desde os anos 60 e, principalmente, no início dos anos 70, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, onde as manifestações feministas enchiam as ruas das cidades reivindicando direitos – entre estes, o de livre disposição do corpo. No Brasil, o evento patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, em julho de 1975, no Rio de Janeiro, realizado na ABI, teve o tímido título de “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”.

Apesar de ser considerada uma narrativa de origem, algumas feministas defendem que já na década de 1960, existiam vozes que tratavam da perspectiva feminista de segunda onda, mesmo sendo algo ampliado a partir da metade da década de 1970. Ainda nesse artigo, a autora traz informações sobre a organização de eventos anteriores ao da ABI – Associação Brasileira de Imprensa -, no Rio de Janeiro, a atuação de grupos de reflexão²⁷, além de momentos de divergência entre as mulheres que participavam dessas atividades.

Esses conflitos existiam também entre outros setores da sociedade que disputavam os feminismos e também os rejeitavam fortemente. Segundo Cynthia Sarti Andersen (2004, p. 40),

O feminismo foi se expandindo dentro desse quadro geral de mobilizações diferenciadas. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. [...] Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina. [...] A autodenominação feminista implicava, já nos anos 1970, a convicção de que os problemas específicos da mulher não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio.

Esse debate político acerca da relação entre o movimento feminista e os debates presentes na esquerda é central para compreender a atuação das mulheres e as pautas defendidas nesses anos. Para Daniela Manini (1995, p. 51), o debate nesse período era formado, sobretudo, pelas

[...] dimensões sócio-econômicas do período e não como um debate em torno de questões específicas sobre a condição da mulher, como a sexualidade, a maternidade, a contracepção e questões outras que ficam subsumidas em meio aos problemas gerais da sociedade e à luta das mulheres trabalhadoras.

Manini (1995, p. 51) analisa que muitas feministas eram marxistas que tinham participado de partidos políticos, pela luta contra a ditadura civil-militar e que “[...] encontravam no movimento feminista, além de um lugar para discutir a condição feminina, um espaço para criar a situação política, econômica e social do país”. No entanto, o movimento não estava diretamente atrelado aos partidos de esquerda, pelo fato desses considerarem

²⁷ Conforme Joana Maria Pedro (2006, p. 258), eram grupos de mulheres que se reuniam em suas casas já no início da década de 1970. “Esses grupos eram formados por mulheres que já se conheciam há mais tempo, eram amigas ou possuíam alguma afinidade”. Eram grupos característicos do movimento feminista dos Estados Unidos e buscavam por uma “transformação pessoal e cultural”.

as propostas feministas ‘pequeno-burguesas’, incapazes de atender aos interesses das mulheres trabalhadoras e desnecessárias em um momento onde o essencial, segundo eles, era luta contra o autoritarismo e debater os problemas sociais do país (MANINI, Danielle, 1995, p. 51).

É importante frisar que a maioria dos trabalhos analisados destacam a relação do feminismo com as regiões do sul e sudeste. Fazem uso de uma abordagem geral na maioria dos textos, mas ficam restritos a regiões específicas. Sabe-se que grupos feministas da região Nordeste também lutaram contra a ditadura e pela democracia ainda na década de 1970. De acordo com Mary Ferreira (2012, on-line), os movimentos feministas ganham espaço primeiramente nos estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Paraíba. Ela afirma que

No Norte e Nordeste esse movimento teve ressonância através de vários grupos entre os quais o Ação Mulher que surge em Recife em 1978 [...], o Centro da Mulher de João Pessoa, que foi criado em 1979 e posteriormente, passou a ser denominado “Grupo feminista Maria Mulher” ao assumir uma identidade feminista [...]. No ano seguinte (1980) em São Luís nasce o Grupo de Mulheres da Ilha [...] (FERREIRA, Mary, 2012, on-line).

A autora ressalta, principalmente, a presença desse movimento na década de 1980. Apesar disso, é preciso salientar que nos anos 1970 já existiam grupos sendo formados, como o Ação Mulher, em Pernambuco. Segundo Maria Betânia Ávila (2018, p. 486), “Todas as mulheres da minha geração que estavam envolvidas com o feminismo em Recife vieram do Ação Mulher”. Sobre esse grupo Mary Ferreira (2012, on-line) comenta, que

Em Pernambuco os feminismos segundo Arrazola (2000) têm seus registros históricos em 1978. Quando se forma o primeiro grupo feminista: “Ação Mulher” cuja militantes a exemplo do Estado da Bahia, do Rio de Janeiro, e do Estado de São Paulo são remanescentes dos movimentos de esquerda que combatiam a ditadura, muitas ainda no exílio, outras em Recife.

Desse modo, os movimentos feministas no país durante a década de 1970 enfrentaram questões que não se resumem as problemáticas femininas e por isso tiveram que escolher em alguns momentos as questões que eram mais urgentes para a vida das brasileiras. Em razão disso, alianças e os aspectos políticos desses grupos interferiram diretamente nas pautas discutidas, entre elas, a sexualidade e a contracepção, que se tornaram assuntos que deveriam ser pensados mais a frente ou a partir dos aspectos coletivos e não individuais.

2.3.1 - Feminismos e contracepção: “nosso ventre nos pertence”?

A chamada segunda onda feminista, durante as décadas de 1960 e 1970, trouxe novos debates voltados para a situação da mulher na sociedade, sua relação com o corpo e as mudanças que possibilitaram uma nova visão pública do que antes era considerado privado. De acordo com Lucila Scavone (2010, p. 48), o feminismo desse período desenvolveu uma teoria e uma

política de “críticas aos mecanismos de controle do corpo e da sexualidade feminina”, além de “subverter as relações de gênero”.

Para Scavone (2010, p. 51), países europeus, por exemplo a França, defenderam o uso dessas tecnologias e desses avanços numa tentativa de focar na ideia de autonomia feminina. Isto é, o que esses contraceptivos e essas tecnologias podiam fazer pelas mulheres, no que se refere ao controle de seus corpos e da sua vida. Segundo essa autora,

As feministas de então, ao clamarem pela (re)apropriação do ventre materno – “nosso ventre nos pertence”, que significava, sobretudo, escolher a maternidade e o seu momento, “um filho se eu quiser, quando eu quiser” – tratavam de assegurar o poder que lhes cabia na escolha da maternidade, na vivência da sexualidade, e no domínio de seus corpos. Afirmavam-se como sujeitos de sexualidade, de desejos, de diferenças, de direitos, de liberdade, já que o poder da maternidade lhes foi conferido biológica e historicamente. Portanto, pretendiam romper com qualquer discurso impositivo sobre seus corpos, em busca da autonomia reprodutiva, ao reivindicarem a contracepção livre e gratuita, na França; ou, ao questionarem a imposição da forma que a contracepção lhes foi imposta pelas políticas demográficas, no Brasil (SCAVONE, Lucila, 2010, p. 51).

Como foi apresentado anteriormente a pílula não só esteve associada à ideia de liberdade sexual para a mulher, mas também de controle da população mais pobre, que entrou em contato muitas vezes com contraceptivos que não eram adequados. Pílulas com altas doses de hormônio, utilizadas ainda em fase de descobertas, mas que mesmo assim foram direcionadas para os corpos de mulheres marginalizadas. Mulheres pobres e latinas, sem deixar de lado que parte da população brasileira é formada por mulheres negras, também vítimas desse processo.

Apesar de mulheres de outras classes também entrarem em contato com esse método, sabe-se que esse não foi o público alvo, como já foi explanado. Nesse sentido, chama atenção o fato de brasileiras serem expostas as primeiras versões comercializadas do contraceptivo oral (PEDRO, Joana Maria, 2003, p. 249). Essa situação afetou a postura das feministas brasileiras com relação ao uso desse contraceptivo. Pode-se apontar esta como uma grande problemática que foi fundamental para os rumos tomados pelos feminismos no país.

Os movimentos feministas no Brasil não se comportaram como os europeus e os estadunidenses, pois tiveram que atuar, entre outras questões, também na proteção do corpo feminino. A autora Joana Maria Pedro (2003, p. 241) afirma por exemplo que, na França, a pílula só foi liberada em 1967, enquanto no Brasil isso ocorreu já no início dessa década. As críticas ao acesso das latino-americanas as primeiras versões da pílula e a atuação de organizações de “planejamento familiar” com essa intenção gerou uma reação de parte dos movimentos feministas do país.

De acordo com Janine Petersen (2002, p. 137), essa discussão se encontrou presente na década de 1970 e marcou diferentes opiniões entre os grupos feministas. É possível destacar as críticas à atuação da BEMFAM, pelas feministas e outros setores da sociedade, que enxergavam o trabalho da entidade como algo atrelado ao controle de natalidade e não à proposta de planejamento familiar (PETERSEN, Janine, 2002, p. 138). A autora afirma ainda, que

Para as feministas, ao efetuar seus planos, a entidade não levava em conta o direito das mulheres em optar por qual método queriam utilizar, se quisessem e também o direito de conhecerem seus efeitos. As mulheres, segundo as feministas, tinham seus corpos violados e eram tratadas muitas vezes como "máquinas que pode ou não fazer filhos conforme a produção estipulada pelo computador central do Estado (PETERSEN, Janine, 2002, p. 138).

Como exemplo das diferenças de alguns países ao lidar com esse processo, Petersen (2002, p. 138) aponta que a BEMFAM era patrocinada pela IPPF (International Planning Parenthood Federation), organização que chegou a financiar grupos na França e, diferentemente do Brasil, recebeu apoio da maioria das feministas.

Além da problemática causada pela atuação questionável das entidades de planejamento familiar, que gerou conflitos com alguns discursos feministas, é possível afirmar que o próprio debate quanto a contracepção e da sexualidade no período selecionado sofria ainda com outros obstáculos. Conforme Maria Betânia Ávila (2019, p. 165),

[...] os temas da reprodução e da sexualidade não inauguraram a primeira pauta do feminismo contemporâneo brasileiro. A conjuntura política do regime militar, a aliança com a Igreja e com os partidos de esquerda eram fundamentais na luta contra o arbítrio e, em função disso, as questões referentes à sexualidade e à reprodução tiveram que ficar estrategicamente fora do emergente discurso feminista. A inclusão desse ternário no final dos anos 1970 tem vários significados: superação do tabu, ampliação dos espaços democráticos dentro da oposição ao regime e, ao mesmo tempo, “descompressão” política por parte do regime autoritário. O debate sobre aborto, sexualidade, que coloca o corpo como tema da política, se instala nos anos 1980.

O autoritarismo presente no governo da época não tornou o ambiente propício para discussões consideradas tabus. Além disso, pensando estrategicamente na luta contra a ditadura militar, diversos setores do movimento feministas atuaram em uma relação de aliança com setores da Igreja Católica. Por isso, conforme afirma Joana Maria Pedro (2006, p. 254), a partir de Maria Lygia Quartim de Moraes, existia uma tentativa de “não assustar a Igreja” com esse tipo de discussão. Nesse sentido, de acordo com Sarti (2004, p. 39),

O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário. Desacordos sabidos eram evitados, pelo menos publicamente. O aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos “grupos de reflexão”, sem ressonância pública.

Com relação a discussão desse tema dentro dos grupos, pode-se afirmar que era uma situação também formada por conflitos e rachas. A historiadora Joana Maria Pedro (2006, p. 265) analisa as divergências dentro do CMB (Centro da Mulher Brasileira)²⁸ com relação à essas temáticas. Dentro do grupo existia um embate entre projetos feministas diferentes. Ela conta como em alguns momentos certos grupos decidiram trazer à tona o tema da reprodução e sofreram com a rejeição de feministas que viam o assunto como um tabu. Essas mulheres eram taxadas de “divisionistas” pelo grupo de “esquerda ortodoxa” do CMB, as quais censuravam as mulheres feministas que buscavam essa discussão, as chamando de burguesas e divisionistas (PEDRO, Joana Maria, 2006, p. 266).

Nesse sentido, grupos de reflexão também eram espaços para esse tipo de discussão e também sofriam com acusações de outros grupos feministas dentro dessa lógica (PEDRO, Joana Maria, 2006, p. 264). Dessa forma, ficam expostas as estratégias que setores do movimento feministas utilizaram para evitar entrar nessas temáticas, já que existia um interesse ‘maior’, qual seja, o combate à ditadura civil-militar.

2.4 – “Quanto menos filhos melhor”²⁹: sobre a BEMFAM e sua atuação no estado de Pernambuco

Reverendo as atividades da BEMFAM até os dias de hoje, pode-se com segurança dizer que, mais que distribuição de pílulas ou DIUs, seu grande produto foi este: a construção de um discurso de convencimento, de uma ideologia justificativa do planejamento familiar (FONSECA SOBRINHO, 1993, p. 106).

A Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM) foi criada em 26 de novembro de 1965, tendo como sede o estado do Rio de Janeiro (FONSECA SOBRINHO, 1993, p. 105), em plena ditadura civil-militar. A história dessa entidade é marcada pela sua atuação em defesa do planejamento familiar no Brasil e por críticas de diversos setores da sociedade brasileira.

É possível afirmar que o debate acerca do controle de natalidade, durante a década de 1970, era tema frequente nas principais mídias do país e a BEMFAM, enquanto instituição de destaque, se encontrava presente nos jornais e revistas da época. Respeitada por alguns grupos,

²⁸ O CMB – Centro da Mulher Brasileira, surgiu em 1975, e a partir das narrativas apontadas pela historiadora Joana Maria Pedro, teria sido criado após o evento no Rio de Janeiro orquestrado pela ABI de título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”. Esse evento foi uma iniciativa da ONU, com a elaboração do Ano da Mulher – 1975. (PEDRO, Joana Maria, 2006, p. 251). Seria um grupo com característica marxista (PEDRO, Joana Maria, 2006, p. 261).

²⁹ Título retirado da matéria do jornal *Diário de Pernambuco* (REGO, Luzanira, 1977, p. D-8) analisado nesse capítulo.

que viam o seu trabalho como uma forma de ajudar na organização das famílias brasileiras e no combate ao aborto ilegal, e criticadas por outros, que enxergavam a sua atividade como “[...] responsável pela esterilização de mulheres sem seu consentimento prévio e pela distribuição de pílulas sem falar às pacientes sobre seus efeitos colaterais” (MENEZES, Valderiza Almeida, 2012, p. 16), a BEMFAM é parte fundamental no processo de distribuição e de popularização da pílula anticoncepcional no Brasil.

Conhecida por indicar e entregar pílulas, sobretudo, para as mulheres mais pobres, a BEMFAM estabeleceu ainda em 1967 uma relação com o IPPF (International Planned Parenthood Federation), como foi apontado anteriormente, que passou a destinar recursos para realização das suas atividades (BEMFAM 40 ANOS..., 2005, p. 24). De acordo com Délcio Fonseca Sobrinho (1993, p. 106), já em seu início, com a organização de eventos como simpósios e palestras para divulgação dos seus trabalhos, a entidade passou a sofrer questionamentos, despertando a desconfiança de setores da sociedade (associações médicas, comunidade religiosa, políticos, movimentos feministas, entre outros) com relação ao seu modo de operação no país. Apesar disso, em 1967, apenas dois anos após sua criação, a BEMFAM contava com clínicas espalhadas por cinco estados brasileiros: “Bahia, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul”, além do Rio de Janeiro (FONSECA SOBRINHO, 141). Ainda conforme esse autor, foi também nesse ano que

[...] a BEMFAM conseguiu assinar seu convênio nº. 001, com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Esta seria a primeira experiência de maior monta conduzida pela entidade. Em agosto de 1968 foi a vez de a Prefeitura Municipal de Paulista, em Pernambuco, assinar convênio com a BEMFAM. Em 1969, apenas um convênio registrado: com a Universidade Federal da Paraíba. [...] (FONSECA SOBRINHO, 1993, p. 142).

Para Thaís Corral (1996, p. 105), a assinatura de convênios com estados e prefeituras locais era uma das principais estratégias utilizadas pela entidade para a ampliação de seus postos, fazendo uso da rede pública. Segundo essa autora, “Essa estratégia foi utilizada principalmente na região Nordeste, a mais pobre do país. Não é, portanto, mera coincidência que as taxas de esterilização dos estados do Nordeste são as mais altas do Brasil” (CORRAL, Thaís, 1996, p. 105).

A historiadora Valderiza Almeida Menezes (2012, p. 163) analisa em sua dissertação “*Fiquei Homem*”: Maternidade, conhecimento e contracepção entre mulheres pobres de Fortaleza (1960-1980), alguns boletins publicados pela BEMFAM³⁰, textos fundamentais para

³⁰ Conforme Délcio Fonseca Sobrinho, esses boletins começaram a circular a partir de 1967 (1993, p. 141).

compreender os objetivos e as principais características da entidade. Esses documentos apresentam informações diversas sobre a pílula e o público alvo, que seriam as mulheres mais pobres. Sobre essa questão, a autora afirma (2012, p. 164),

No boletim da BEMFAM de outubro, novembro e dezembro de 1973 fica clara essa diferenciação entre pobres e ricos, bem como o direcionamento dos serviços da entidade. Segundo aquela publicação, os padrões familiares da época estavam sendo condicionados pelo “progresso urbano”. As classes de “maior nível cultural”, como aponta o documento, teriam maior facilidade para se adaptar a essa nova situação (de residir em apartamentos, ter maior mobilidade de vida e momentos de lazer, habituando-se aos novos padrões morais), pois contariam com uma “concepção racional a respeito da reprodução humana”, o que faria com que elas definissem, com base em sua vontade, o número de filhos que teriam e o espaçamento entre eles.

Observa-se que a entidade apresenta em seu texto, e em sua atuação, uma visão preconceituosa com parte da população, ao afirmar que os mais ricos teriam conhecimento e já agiam de maneira racional com relação ao planejamento familiar, diferentemente dos mais humildes, sendo, portanto, a missão da BEMFAM disponibilizar informações e formas de contracepção para essa parte da sociedade, conforme afirma a autora.

Para Valderiza, a partir das suas atividades, seminários e boletins, a BEMFAM também colaborou com a criação de um ideal de mulher, que deveria ser moderna, utilizar contraceptivos com o objetivo de melhor planejar a sua família e cuidar de seus filhos de forma responsável. Ou seja, mesmo com as mudanças proporcionadas pelos novos métodos anticoncepcionais, ser mãe permanece, para a BEMFAM, como a principal função e objetivo feminino (2012, p. 164). Dessa forma, de acordo com essa historiadora (2012, p. 167),

As pílulas eram direcionadas para o planejamento da família, dos casais. Sua utilização não tinha como objetivo ameaçar os “bons costumes”. No próprio nome da entidade é possível identificar seu direcionamento: Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil; a mulher idealizada não poderia ser “mãe solteira”; isto só ocorreria por uma “imprudência cometida”.

Apesar de trazer novas discussões a partir do uso de métodos contraceptivos modernos, a entidade demonstra defender comportamentos conservadores, argumentando a favor do uso da pílula, sobretudo, para que famílias tenham a possibilidade de elaborar um planejamento familiar, virando esse o seu principal discurso, com o intuito de “combater o aborto criminoso” (FONSECA SOBRINHO, 1993, p. 106). Sendo essa justificativa utilizada desde sua criação. Os números acerca do aborto no Brasil eram constantemente debatidos e utilizados para justificar suas atividades e a distribuição de contraceptivos (MENEZES, Valderiza Almeida, 2012, p. 54).

Esse argumento era apresentado nos eventos promovidos pela BEMFAM e em entrevistas concedidas por coordenadores e profissionais associados de todo o país. Em Pernambuco, essa discussão é encontrada em edições do jornal *Diário de Pernambuco*³¹. Em matéria intitulada “Brasil diante da opção: abôrto legal ou família planejada”, publicada em 16 de outubro de 1970, o jornal aborda o Seminário de Planificação Familiar, organizado pela BEMFAM, que ocorreu no Rio Grande do Sul, com a presença de professores universitários, médicos, teólogos, demógrafos e sociólogos.

De acordo com o texto, esses profissionais “reconhecem que o país está diante de uma opção urgente: ou adota na sua política de população o planejamento da família ou legaliza a prática do abôrto” (Brasil diante da opção..., 1970, p. 2). A matéria traz ainda informações acerca da interrupção da gravidez em outros países, como o Japão, e as opiniões de médicos contrários a realização do aborto e a favor do planejamento familiar. Para o médico Walter Rodrigues, da Universidade do Rio de Janeiro e vinculado a BEMFAM,

O país terá de definir-se. Êle espera que seja contra o abôrto, mas pela adoção da planificação familiar, garantindo-se a todos os brasileiros o direito de informar-se sôbre os métodos de controle dos nascimentos através dos anti-concepcionais modernos. Através de métodos que resguardem a tradição brasileira, humana e cristã. O abôrto repugna a essa tradição (Brasil diante da opção..., 1970, p. 2).

O professor e médico Martiniano Fernandes, da Universidade Federal de Pernambuco, também compartilha desse pensamento, faz críticas ao aborto e defende a instalação e atuação de clínicas da BEMFAM no estado como uma forma de se evitar o que seria “um verdadeiro crime” (Brasil diante da opção..., 1970, p. 2).

Matérias sobre a relação entre o aborto e o dinheiro público também surgem ao longo da década. Em texto de 1972, o médico Rinaldo Fernandes, supervisor da BEMFAM em Pernambuco e na Paraíba, comenta sobre o aborto no Brasil e os gastos para os hospitais públicos. Ele apresenta uma pesquisa de Rodrigues Lima, afirmando que essa também é uma questão econômica e que os anticoncepcionais podem contribuir para diminuir o número de abortos (BEMFAM denuncia abôrto provocado..., 1972, p. 16). Essa temática também aparece

³¹ No *Diário de Pernambuco* foi pesquisada a palavra-chave: Bemfam. Foram encontradas 112 menções no total. 48 matérias foram catalogadas e 17 delas selecionadas para análise nesse capítulo. Link de acesso Hemeroteca Digital: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> (Acesso em 23 de jul. de 2022, às 21:31). Já no *Diário da Manhã* foi pesquisada a palavra-chave: Bemfam. Foram encontradas 31 menções no total. 9 matérias foram catalogadas e 2 delas selecionadas para análise nesse capítulo. Link de acesso para o Acervo CEPE: <http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-do-jornal-diario-da-manha--1927-1985--1> (Acesso em 23 de jul. de 2022, às 21:33).

em outubro de 1974, no texto “Aborto ilegal causa grande mortalidade”, sendo mencionados alguns dados sobre o aborto no país, afirmando que

O aborto clandestino no Brasil é responsável por 50% da mortalidade materna global, e 25% dos recursos dos hospitais que atendem complicações dos abortos são desviados do atendimento normal para esses casos, segundo informação do professor Walter Rodrigues, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e secretário-executivo da Bemfam [...], que ressaltou ser uma das principais metas da organização que dirige o combate ao aborto provocado, através da informação e educação para o Planejamento Familiar (Aborto ilegal causa..., 1974, p. 3).

Percebe-se, dessa forma, que o aborto é apresentado como um crime, como algo que precisa ser evitado por motivos morais e também econômicos, já que mulheres que realizam abortos ilegais acabam, em alguns casos, precisando dos hospitais públicos para finalizar o procedimento. Dessa maneira, os anticoncepcionais surgem como uma solução, já que são fundamentais para se evitar uma gestação não desejada, e a BEMFAM como a promotora dessa solução, por distribuir contraceptivos para a população, ocupando um papel central no combate ao aborto.

Além dessa questão, outro assunto polêmico que acompanhou a trajetória da entidade durante a década de 1970, foi a sua relação com o controle de natalidade e os interesses no tamanho da população. Segundo Fonseca Sobrinho (1993, p. 104), a BEMFAM afirmava não ter como objetivo atingir o tamanho da população. No entanto, para esse autor, essa questão estava presente desde a sua fundação. Nesse sentido, é possível afirmar, que essa ideia de controle populacional e o financiamento estrangeiro recebido para realização de suas atividades, se tornaram fatores importantes para sua rejeição por parte da sociedade. Tornando-se a BEMFAM e suas políticas, conforme Valderiza Menezes (2012, p. 80), obstáculos “para a aceitação de políticas de planejamento familiar”.

A relação entre a BEMFAM e a temática da explosão populacional também surge na imprensa pernambucana. Em texto de outubro de 1970, o *Diário de Pernambuco* apresenta informações sobre um seminário acerca do controle de natalidade, que mostram que a questão da explosão demográfica se encontra presente nas discussões organizadas pela instituição. O professor Otávio Rodrigues de Lima, que foi presidente da BEMFAM, aponta na matéria que o planejamento familiar

[...] se torna necessário, não por receio de uma explosão demográfica no território brasileiro, mas porque uma prole numerosa traz consigo outra doença: o câncer social que afeta tanto as grandes cidades como as favelas, vilas e lugarejos [...] (Seminário defende controle..., 1970, p. 2).

Apesar da fala do professor, ao receber financiamento estrangeiro para suas atividades, incluindo a distribuição de anticoncepcionais, a BEMFAM colabora para que interesses diversos sejam contemplados com a sua atuação, incluindo o não crescimento da população brasileira, que era um “receio” do governo norte americano, como apontado anteriormente.

Em edição de 5 de agosto de 1974, o *Diário de Pernambuco* tratou acerca de aspectos relacionados à população, o espaço reservado no primeiro caderno do jornal foi a página completa para a discussão da explosão demográfica e da anticoncepção. Os temas foram separados por quadros que abordavam questões específicas. Na parte superior da página, abrindo o debate, são apresentadas informações sobre a primeira Conferência Mundial Demográfica em Bucareste, que seria realizada no dia 19 desse mesmo mês. É discutido quais seriam os “perigos da superpopulação” e, segundo o texto,

Este problema atinge, principalmente, as regiões subdesenvolvidas, cuja tecnologia atrasada tem baixa produtividade e os índices de fertilidade são altíssimos, devido a um processo paradoxal seguido pela natureza: aqueles menos nutridos, são os que mais proliferam (É racional conter a explosão demográfica?, 1974, p. 8).

Ele termina apontado os dados da migração da população rural do Brasil para a cidade e finaliza com a frase “Chegou a hora de começar a fazer o planejamento familiar? (É racional conter a explosão demográfica?, 1974, p. 8). Abaixo desse quadro, é apresentado o questionamento “É racional conter a explosão demográfica?”, apresentando alguns dados ao leitor. Do lado direito da página, o conflito entre a comunidade religiosa e a médica ganha destaque, sendo ressaltada a falta de entendimento entre o padre e o médico, selecionados para entrevista. O primeiro é o padre Benno Lermen, coordenador do Centro de Teologia da Universidade Católica de Pernambuco que comenta: “Como teólogo, não acredita que o controle sistemático da natalidade “seja uma resposta para os problemas sócio-econômicos”. Para ele, representa “até um subterfúgio para nos exirmos de nossas responsabilidades sociais” (É racional conter a explosão demográfica?, 1974, p. 8). Apesar disso, aponta que o planejamento familiar é “aceito pelo pensamento da Igreja”, no que se refere à regulação do tamanho da família.

O segundo é o professor emérito da UFPE, Martiniano Fernandes, primeiro vice-presidente da BEMFAM, que afirma

este medo de que o país fique com espaços vazios não existe, é apenas propagado por pessoas que se utilizam de ingenuidade e preconceitos do povo para captar simpatias. As classes mais abastadas fazem o planejamento há muito tempo, usando os mais variados anti-conceptivos. Hoje em dia, são os pobres, os miseráveis, os sem-educação, que continuam a procriar grandes famílias, agravando os problemas sócio-econômicos existentes (É racional conter a explosão demográfica?, 1974, p. 8).

A partir de sua primeira colocação percebe-se que o Fernandes responsabiliza os mais pobres como culpados por problemas sociais diversos. Sendo ele vinculado a BEMFAM, é possível afirmar que ele vê na instituição uma possibilidade de solucionar essa problemática, já que visa distribuir contraceptivos para as mulheres mais humildes. Fernandes continua seu posicionamento deixando exposto o seu preconceito de classe e até mesmo uma postura eugenista, afirmando:

Se continuarmos a permitir que estes <<sem camisa>> continuem a gerar filhos teremos dentro de 26 anos mais de 76 milhões de miseráveis, dois terços dos 230 milhões de brasileiros que povoarão o país no ano 2000.

Defendo o planejamento seletivo – acrescenta. Os que possuem maiores recursos devem ser incentivados a aumentar o número de sua prole, pois estes têm condições de alimentá-las e educa-las convenientemente. Devem ter quatro a cinco filhos. Enquanto isso, a grande maioria menos favorecida, deveria ser instruída para a limitação da família, tendo dois a três filhos, no máximo. Poderíamos então, dentro de dez anos, preencher nossos espaços vazios com apenas uns 15 milhões de brasileiros, distribuídos nas áreas menos populosas com homens saudáveis com condições de retirar da terra o que ela tem (É racional conter a explosão demográfica?, 1974, p. 8).

Dessa forma, não há dúvidas de que o posicionamento de Fernandes é a defesa de um controle de natalidade para os mais pobres, uma escolha clara e direta de quem deve ou não procriar e por quê. Por fim, ele continua demonstrando preconceitos ao atacar também os nordestinos de forma específica, afirmando, “De que adianta levarmos nordestinos depauperados para a Amazonia? – pergunto. Não acredito que tenhamos a intenção de torna-la a maior bacia hidrográfica contaminada pela xistossomose” (É racional conter a explosão demográfica?, 1974, p. 8). Existe ao longo da história da BEMFAM, na década de 1970, uma tentativa de mostrar que o objetivo da entidade era, sobretudo, o combate ao aborto e a defesa do planejamento familiar. Entretanto, ela era acusada constantemente, como foi apontado, de defender um controle da reprodução e no limite da interdição das mulheres mais pobres. Os comentários desse representante da BEMFAM corroboram com essas acusações.

Por fim, alguns dados sobre a BEMFAM são mencionados. Segundo a matéria, a entidade até o momento contava com oito clínicas no estado e já havia atendido, desde 1966, cerca de 42.683 mulheres, entre exames e outros procedimentos. Destaca-se a clínica localizada na Maternidade Oscar Coutinho, nos Coelhos, por “pesquisas no campo de anticoncepcionais. Recebe uma média de 10 novas pacientes por dia, apresentando 1.842 matriculadas” (É racional conter a explosão demográfica?, 1974, p. 8). Apesar do número de clínicas e suas atividades, para a assistente social vinculada a entidade, Lígia Cavalcanti, “Para a extensão do problema, o que fazemos é muito pouco” (É racional conter a explosão demográfica?, 1974, p. 8). Ela

aponta que por não existir política governamental, o trabalho é limitado, se restringindo as clínicas, cursos e a presença em locais para divulgação. Abaixo charge apresentada na página do jornal, que mostra mulheres em situações diversas buscando pela pílula.

Figura n.º 3



Fonte: Diário de Pernambuco, Recife, 05 de agosto de 1974.

Textos de opinião elogiando o propósito da BEMFAM e a sua criação também são apresentados pelos jornais. Em texto assinado por Veloso Costa (1979, p. A-11), em um artigo de opinião “Por que planejamento?”, o autor aborda a criação da BEMFAM, sua presença em Pernambuco e a necessidade do planejamento familiar mesmo para um país com áreas desocupadas como o Brasil. A necessidade do planejamento se dá, conforme o autor do texto a partir do economista Rubens Costa, por influenciar o desenvolvimento econômico do país (COSTA, 1979, p. A-11).

Além disso, ao falar sobre os territórios não ocupados da nação, Costa aponta que é preciso observar e “disciplinar nosso crescimento demográfico”, pois para ele não existe vantagem em preencher esses espaços vazios com “desnutridos, com pessoas mal alfabetizadas, adianta pouco no sentido estratégico, muito menos nos aspectos sociais e políticos” (COSTA, 1979, A-11). É por isso, que ele elogia a escolha do governador do estado Moura Cavalcanti ao firmar convênio com a BEMFAM, mesmo com opiniões contrárias, pois para ele essa entidade ajudar a combater os males citados, gestações sucessivas, mortalidade infantil e o aborto.

A partir da bibliografia e das fontes selecionadas, pode-se afirmar que o Nordeste recebeu maior atenção da BEMFAM e dos debates acerca de planejamento familiar no geral. De acordo com Ivonete Batista Xavier (1984, p. 71-72) essa região foi escolhida em razão das

“[...] altas taxas de mortalidade infantil e de fecundidade associadas à pobreza econômica e à fome”, sendo essas justificativas suficientes para a “[...] implantação de serviços de planejamento familiar e a extensão deles às áreas rurais” no estado. Sendo o Nordeste uma preocupação também do governo dos EUA, devido as secas e o tamanho da sua população (MENEZES, Valderiza, 2012, p. 38-39).

Tabela nº 4 – O tema da BEMFAM na imprensa local (1970-1979)

TÍTULO	JORNAL	DATA	ANO/Nº
Planejamento Familiar	Diário de Pernambuco	19/05/1970	145/113
Seminário defende controle da natalidade	Diário de Pernambuco	13/10/1970	145/240
Brasil diante da opção: aborto legal ou família planejada	Diário de Pernambuco	16/10/1970	145/243
Em torno de um Simpósio Científico	Diário de Pernambuco	13/11/1970	146/267
Planejou família e teve gêmeas	Diário de Pernambuco	31/03/1971	146/74
Planejamento Familiar	Diário de Pernambuco	11/05/1971	146/106
Planejamento familiar: agora de utilidade pública	Diário de Pernambuco	12/05/1971	146/107
Sociedade médica condena ação da BEMFAM	Diário de Pernambuco	21/09/1971	146/243
Bispos criticam a BEMFAM	Diário de Pernambuco	11/01/1972	147/08
BEMFAM denuncia aborto provocado	Diário de Pernambuco	16/01/1972	147/13
Deputado denuncia a BEMFAM	Diário de Pernambuco	13/05/1972	147/109
É racional conter a explosão demográfica?	Diário de Pernambuco	05/08/1974	149/207
Aborto ilegal causa grande mortalidade	Diário de Pernambuco	21/10/1974	149/283
Denúncia do programa familiar da BEMFAM – Perigo de câncer no planejamento	Diário da Manhã	31/05/1977	XLIX/9078
Catarinense estranha que	Diário da Manhã	04/06/1977	XLIX/9082

liderança nordestina não denuncie Bemfam			
Planejamento familiar é combatido por Ferreira	Diário de Pernambuco	08/06/1977	152/153
Quanto menos filhos melhor	Diário de Pernambuco	11/09/1977	152/245
Por que planejamento	Diário de Pernambuco	12/06/1979	153/157
Bemfam orienta a maternidade responsável	Diário de Pernambuco	30/09/1979	154/265

Até mesmo membros do governo se posicionavam apontando a necessidade do planejamento familiar no Nordeste. Após o decreto do então presidente, que considerou a BEMFAM como uma entidade de utilidade pública (Planejamento familiar, 1971, p. 4), o Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, afirmou segundo texto de Gilberto Osório de Andrade (1971, p. 4), que “[...] embora talvez não fôsse reclamado no país inteiro como um todo, o planejamento familiar parecia-lhe justificar-se no Nordeste”.

Por meio das páginas dos jornais é possível localizar algumas clínicas e postos de atendimento da BEMFAM na cidade do Recife ao longo da década. A partir das matérias é possível encontrar a inauguração de algum desses locais e a atualização dos dados a cada ano. De acordo com Graça Gouveia (1979, p. A-13), em uma reportagem de 1979, no estado de Pernambuco existiam até o final da década 316 postos, com mais de 200 médicos e 335 distribuidoras. De acordo com a edição de agosto de 1974, existiam clínicas da BEMFAM na região metropolitana do Recife, no bairro de Casa Amarela, Caixa D’Água, Afogados, Torre, Coelho. Em Olinda, na Ilha de Itamaracá, Ribeirão e também em Paulista (É racional conter a explosão..., 1974, p. 8).

A partir das edições analisadas do *Diário de Pernambuco* e do *Diário da Manhã*, é possível afirmar que são diversas as atividades da BEMFAM que recebem destaque, possibilitando compreender como a mesma atuava no estado e as suas principais estratégias de divulgação de seus ideais. A realização de seminários, como exemplo a matéria sobre o VI Seminário Brasileiro de Planificação Familiar (Seminário defende contrôle..., 1970, p. 2), Simpósios Científicos (MORAIS, 1970, p. 40), informações sobre o outro lado da BEMFAM com o trabalho relacionado ao aumento da população por meio de suas clínicas, apresentada por Tereza Halliday (1971b, p. 3) no *Diário Feminino*, entre outras questões recebem destaque

ao longo da década estudada, levando aos recifenses informações diversas sobre a instituição. Recebem destaque também textos que apresentam a inauguração de locais de atendimento e eventos na cidade.

Em 19 de maio de 1970 do Diário Feminino, a jornalista Tereza Halliday (1970d, p. 3) informa sobre a criação de um novo serviço da entidade no bairro da Torre. Um centro organizado em parceria com a Associação Cristã Feminina. Segundo a informação apresentada, os serviços oferecidos na clínica seriam gratuitos e ofertados por uma médica e uma assistente social. Percebe-se, a partir das matérias organizadas por essa jornalista, que essa confia e recomenda os serviços da BEMFAM, ao afirmar que a entidade vai além da distribuição de contraceptivos, pois atua na saúde da mulher – com a realização de tratamentos e exames, além do planejamento familiar com o intuito de ajudar quem também quer ter filhos. Sobre o trabalho da entidade, Halliday (1970d, p. 3) afirma que

O contrôle da venda de pílulas anticoncepcionais só veio ratificar o que a BEMFAM já vem fazendo há muito tempo. Só prescreve o medicamento após rigoroso exame das condições da paciente, que fica sob observação periódica por todo o tempo em que estiver tomando “a pílula”.

Délcio Fonseca Sobrinho comenta em seu livro *Estado e População: uma história do planejamento familiar no Brasil*, sobre uma viagem do norte-americano Leslie Scofield para Pernambuco. Scofield veio ao Brasil com o intuito de prestar serviços de saúde para a população do Vale do Rio São Francisco em Minas Gerais. Posteriormente, ao avançar em seus estudos, ele passou a trabalhar com a questão do planejamento familiar e desenvolveu, junto com Joseph Beasley, um Programa Internacional de Family Health Foundation no Brasil em 1970 (FONSECA SOBRINHO, 1993, p. 122). A sua proposta era “chegar ao planejamento familiar por via indireta, através de programas “amplos” de atenção materno-infantil, para que assim fosse conseguida sua aceitabilidade” (FONSECA SOBRINHO, 1993, p. 122). Ele chegou a criar outro instituto de pesquisa no Brasil, mas logo foi interrompido (FONSECA SOBRINHO, 1993, p. 123).

É importante mencionar esse pesquisador, pois, conforme Fonseca Sobrinho (1993, p. 138), em 1973, ele conheceu a Secretaria de Saúde de Pernambuco e desenvolveu um relatório sobre a sua passagem no estado. Dessa forma, ele aponta que

Um promissor programa de planejamento familiar iniciado em 1964 pelo atual Secretário de Saúde, Dr. Fernando Figueira, foi posteriormente absorvido pelo programa da BEMFAM com resultados insatisfatórios. Muitas mulheres procuraram os serviços mas não continuaram devido à incerteza de serem atendidas depois que voltassem à clínica. A cobertura por atendimento médico era esporádica, e não havia equipe de apoio treinada para assegurar aos pacientes manutenção e seguimento. [...]

Esta experiência indica, portanto, que as mulheres procurarão e utilizarão serviços de planejamento familiar quando houver um sistema de serviços satisfatório, funcionando, e acessível a elas (SCOFIELD, 1973 *apud* FONSECA SOBRINHO, 1993, p. 138).

Para Fonseca Sobrinho (1993, p. 138),

A posição de Scofield era, portanto, de crítica às atividades da BEMFAM, que, por oferecer serviços de planejamento familiar “puro e simples”, desvinculados de um esquema mais abrangente de atendimento médico, acabava por não atingir seus objetivos. [...].

A BEMFAM, por meio de seus boletins e suas atividades, procurou mostrar que existia um protocolo de atendimento³² para as mulheres que frequentavam suas clínicas. No entanto, algumas críticas ressaltavam a falta de acompanhamento para as mulheres que acessavam os contraceptivos a partir de seus postos. O que torna o processo de utilização da pílula anticoncepcional arriscado, já que algumas sofriam efeitos colaterais diversos. Ou seja, a BEMFAM distribuía a pílula independentemente dos prejuízos que podiam ocasionar a saúde de algumas mulheres, o que demonstra que o seu objetivo principal era um planejamento familiar a todo custo e não a qualidade da saúde das brasileiras.

Sobre como se deu esse processo, por exemplo, Maria Betânia Ávila, em seu texto biográfico para o livro “Explosão Feminista”, afirma que na cidade do Recife

Nós descobrimos, nos bairros, um controle de natalidade que era absolutamente destruidor para o corpo dessas mulheres. Naquela época, distribuíam-se pílulas anticoncepcionais numas cartelas cinzas que não tinham nem a composição das pílulas. As mulheres só falavam de enxaquecas, dores, varizes, era um terror (ÁVILA, 2018, p. 487).

Matérias e reportagens publicadas pelos periódicos analisados trazem informações sobre a atuação e a expansão da entidade no estado. Em 1979, o *Diário de Pernambuco* publica uma edição com texto escrito por Graça Gouveia e intitulado “Bemfam orienta a maternidade responsável”. Ao tratar de alguns números que envolvem a entidade, Gouveia (1979, p. A-13) aponta que “Mais de 200 mil mulheres pernambucanas estão fazendo controle de natalidade através do “Programa de Integração Comunitária em Planejamento Familiar”, da Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar do Brasil, Bemfam”. Para essa autora, ressaltar esse número é lembrar que a maioria dessas mulheres estavam fazendo uso da pílula anticoncepcional como

³² Conforme Valderiza Menezes (2012, p. 179), a atuação da BEMFAM em seus postos “obedeciam a um “padrão nacional”. Constavam de salas para o atendimento médico, para entrevista social, para aulas de orientação ao casal, além de secretaria e arquivo. Aos médicos cabiam os exames ginecológicos que deveriam ser repetidos anualmente em paciente assintomáticas que estivessem utilizando as pílulas semestralmente naquelas que usassem o DIU. Antes ou durante o tratamento poderiam ser realizada algumas intervenções, como biopsias ou eletrocauterizações [...]”. Essa informação foi obtida a partir do artigo “Planejamento Familiar no Paraná”, publicado pelo *Jornal Brasileiro de Ginecologia* (MENEZES, Valderiza Almeida, 2012, p. 179).

método contraceptivo e que a BEMFAM centralizava suas atividades em bairros mais pobres, o que justifica, na opinião de Gouveia, a desconfiança que existia sobre o trabalho da instituição (GOUVEIA, Graça, 1979, p. A-13).

Ao longo do texto, ela menciona o processo de criação da BEMFAM e aponta também que a entidade recebia financiamento da IPPF, informação que não aparece com frequência nas matérias catalogadas, que é apresentada apenas como um “órgão consultor da Organização Mundial de Saúde”, sem mais informações. A autora ressalta, segundo informações dadas pelo supervisor médico da entidade – José Marcos Ionas Pereira Barbosa -, que no início a estrutura apresentada pela BEMFAM não era viável economicamente e que a falta de profissionais dificultava a sua expansão na tentativa de atender a demanda que existia. Em razão disso,

[...] decidiu-se, a partir de 1975, mudar a estratégia adotada pela Bemfam Pernambuco. E, para estruturar um programa de Planejamento Familiar deveriam ser preenchidas as condições básicas para o funcionamento de Programa de Saúde Pública em países subdesenvolvidos (GOUVEIA, Graça, 1979, p. A-13).

A matéria é rica em detalhes sobre a atuação da entidade, já que Graça Gouveia expõe também o conteúdo do material informativo oferecido aos médicos, educadoras e outros membros da BEMFAM. Nesses documentos, são apresentados argumentos que pontuam a existência da explosão populacional e porque deve ser combatida, trazendo a opinião de ecologistas e economistas, ressaltando que um “melhor nível de vida” está atrelado ao planejamento do número da população nacional. Justificativas com relação as consequências de gestações sucessivas e do aborto também são ressaltadas.

Sobre o aborto, a autora apresenta alguns dados e os principais motivos que levam as mulheres a procurar por ele e suas possíveis consequências, como os problemas que geram gastos a saúde pública (GOUVEIA, GRAÇA, 1979, p. A-13). Recebem destaque ainda os riscos que correm as mulheres que tiveram muitos filhos e com pouco espaço de tempo entre as gestações. Segundo o texto da BEMFAM:

Como este intervalo não corresponde ao intervalo biológico, compete aos homens, como seres racionais, corrigir a situação decorrente dessa defasagem, recorrendo aos anticoncepcionais para salvaguardar a saúde da mulher e do feto, ou, quando for necessário, aguardar uma melhor situação econômica para ter um novo filho (GOUVEIA, Graça, 1979, p. A-13).

A falta de informações sobre o planejamento familiar também é salientada, existindo, conforme a entidade, pouco conhecimento da população com relação a esse tema mesmo entre os que se dizem contra ou a favor. Além disso, a ideia de que a implementação do planejamento

familiar vai alterar a estrutura da sociedade é negada pela BEMFAM (GOUVEIA, GRAÇA, 1979, p. A-13).

Apesar desse posicionamento, é possível afirmar que a atuação da BEMFAM interferiu diretamente nos dados demográficos da população brasileira, já que a partir da década de 1960 a taxa de fecundidade passou a declinar³³. Segundo Thaís Corral (1996, p. 101), “A taxa total de fertilidade, estimada em 6,3 crianças por mulher durante a década de 1940, passou a ser 5,8 no fim dos anos 60 e caiu para 2,5 nos anos 90”. Sendo a utilização de contraceptivos um fator central nesse processo.

A matéria ainda traz uma informação importante ao concluir que a BEMFAM tem como principal característica a distribuição de pílulas anticoncepcionais, não tendo as mulheres que procuram os seus serviços a possibilidade de escolher entre contraceptivos diversos. De acordo com Gouveia (1979, p. A-13),

Embora afirme que a Bemfam, por princípio, apresenta todas as modalidades existentes de anticoncepcionais (excluindo atualmente o Diu que não pode ser importado) para que a cliente faça sua livre escolha, Marcos Barbosa admite que eles estão preparados mesmo é para a distribuição de pílulas. “Não temos disponibilidade dos outros métodos para distribuir com as mulheres, tais como preservativos masculinos, diafragma, geleias e outros produtos espermaticidas”. Assim, como nos postos somente a pílula anticoncepcional é distribuída gratuitamente, a escolha das mulheres cai quase sempre sobre ela.

Percebe-se, a partir dessa questão, a importância de se conhecer a atuação da BEMFAM, suas atividades, modo de operação e as diferenças entre os discursos e a sua prática, pois a entidade, no período em análise, não pode ser dissociada da expansão no uso da pílula anticoncepcional no Brasil.

Por fim, ainda sobre essa matéria, mas abordando outro aspecto da discussão, a autora destaca que apesar das atividades promovidas pela entidade, ela não possui uma solução para os problemas das mulheres mais pobres (GOUVEIA, Graça, 1979, p. A-13). Como exemplo, a

³³ A discussão sobre a taxa de natalidade brasileira a partir da década de 1960 revela que ocorreu um declínio no número de nascimentos do país, tendo a pílula papel importante nesse processo. No entanto, é importante apontar que as trajetórias de vida das brasileiras são impactadas pelas suas particularidades. É possível afirmar que esse dado em questão envolve, principalmente, as mulheres brancas e negras. No entanto, de acordo com Carlos E. A. Coimbra Jr. e Luiza Garnel (2004, on-line), o tema da saúde reprodutiva da população indígena no Brasil não recebe destaque, causando um vazio acerca desse assunto. O artigo “Questões de saúde da mulher indígena no Brasil”, desses autores, traz uma grande contribuição ao debater informações sobre esse aspecto da saúde das mulheres. Eles afirmam que apesar das taxas de fecundidade declinarem nesse período estudado, “No caso dos povos indígenas não há evidências que apontem para um padrão de alteração da fecundidade de modo tão expressivo como o observado entre os não indígenas”. Esses dados não correspondem a totalidade dos povos indígenas, já que não há informações sobre outras regiões além da região amazônica. Por exemplo, eles citam ainda que não se sabe o impacto da questão da esterilização nas mulheres indígenas mesmo em áreas onde as não-indígenas sofreram com essa intervenção.

autora traz o caso de Iraci Cassimiro de Souza, mulher de 36 anos, mãe de onze filhos que abandonada pelo esposo. Conforme a matéria,

Quando estava para dar a luz do oitavo filho, um médico se ofereceu para fazer-lhe a ligação de trompas, mas o marido não permitiu. Atualmente, nas últimas gestações, ao fazer o pré-natal, tem insistido junto aos médicos dos postos do INAMPS para que façam a tal ligação. Alegando que ela é cardíaca e tem pressão alta, todos se recusam. Como não tem dinheiro para fazer a operação na rede particular, Iraci, como tantas outras mulheres, continua correndo risco de vida a cada parto que lhe onera com mais uma boca para alimentar e sobreviver às suas custas (GOUVEIA, Graça, 1979, p. A-13).

Por meio da história de Iraci nota-se as dificuldades enfrentadas pelas mulheres mais pobres, sobretudo, quando a contracepção por meio da pílula não é algo viável. Dessa forma,

À luta pela realização da necessidade e desejo de ter menos filhos, numa situação extremamente desfavorável (de pobreza, de desinformação e de vigência simultânea e conflitante de padrões tradicionais e modernos de gênero), alia-se o reduzido acesso a serviços de saúde, de baixa qualidade. As condições de vida dessas mulheres e a natureza precária da assistência à saúde – verticalizada, sem serviços de informação, sem orientação específica para anticoncepção etc. – faz da trajetória anticonceptiva um longo caminho de ineficiência de métodos e de prejuízos à saúde, a qual, ao final, não atinge o objetivo proposto. Elas continuam a engravidar, a ter filhos, com o agravante de, em muitos momentos de suas vidas, sofrerem consequências nefastas da concepção hormonal. A esterilização, neste caso, atende a dois propósitos: concretiza o desejo de não se ter mais filhos e encerra o ciclo de prejuízos à saúde. Situar a esterilização no curso da vida das mulheres faz com que as problematizações criadas em torno dela centrem-se mais no processo pelo qual a esterilização é obtida e realizada do que na esterilização em si. Para essas mulheres, aparentemente, é mais grave e problemático não ter acesso à intervenção do que as possíveis e irremediáveis consequências da “opção” por um método definitivo (HITA. Maria Gabriela; SILVA, Maria das Graças, 1998, p. 299-300).

A procura pela esterilização, portanto, acaba se tornando um caminho esperado, resolvendo de uma só forma diversos problemas. Apesar disso, conforme Maria Gabriela Hita e Maria das Graças Silva (1998, p. 293), até a década de 1980 a prática da esterilização era de difícil acesso para as mais pobres. Foi nos anos 1970, que se iniciou a popularização da laqueadura tubária e de seu uso enquanto “método contraceptivo”, ainda que com certas restrições para as mulheres de camada popular, em razão dos altos custos hospitalares e dos honorários médicos. Foi a partir do início da década de 80 que um conjunto de ações possibilitou a essas mulheres os meios para acesso à esterilização.

De acordo com Valderiza Almeida Menezes (2012, p. 46), a década de 1960 trouxe visibilidade para a discussão sobre planejamento familiar, fazendo com que o tema passasse a ocupar a política local e, conseqüentemente, as páginas dos jornais com questionamentos diversos. A BEMFAM, enquanto entidade de maior destaque, desde sua fundação, centralizou as críticas de diversos setores da sociedade que duvidavam da finalidade da sua atuação. Conforme Menezes (2012, p. 46), as

Críticas feitas à BEMFAM nos jornais, entretanto, afirmavam que aquela sociedade não teria garantido a liberdade individual dos casais, fazendo esterilizações sem consentimento das mulheres ou distribuindo cartelas de pílulas sem maiores esclarecimentos às usuárias. Mesmo assim, as mulheres continuavam assíduas das clínicas, fato decorrente da falta de uma política oficial de planejamento familiar e da vontade das mulheres em evitar filhos.

A acusação de que a BEMFAM realizou esterilizações em massa, deixou marcas na imagem da instituição. Tornando-se uma polêmica, que possibilitou o surgimento de uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar as informações sobre a esterilização de mulheres na região da Amazônia, que não foi finalizada (MENEZES, Valderiza Almeida, 2012, p. 55). Esses aspectos negativos também apareceram na imprensa pernambucana sempre que a BEMFAM era mencionada nos jornais. Questionamentos sobre a sua atuação no estado, os acordos estabelecidos, as opiniões de médicos, religiosos e parlamentares contrários a entidade, também recebem atenção.

Em 11 de setembro de 1977, o *Diário de Pernambuco* traz a matéria “Quanto menos filho melhor (ou de como dar lucro às indústrias farmacêuticas e usar mulheres como cobaia)”, assinada por Luzanira Rego, denunciando a atuação da BEMFAM no país, destacando o estado de Pernambuco. O texto chama atenção por ser uma crítica dura a entidade, apresentando informações que colocam em dúvida o seu propósito e o que a mesma promove com o seu “planejamento familiar” (REGO, Luzanira, 1977, p. D-8). Rego apresenta a BEMFAM como uma entidade considerada um exemplo ao promover uma defesa do planejamento familiar para os brasileiros, mas que recebe críticas por supostamente defender o interesse norte-americano no Brasil.

Ela destaca a atuação da entidade no Rio Grande do Norte, salientando que em 1973 ocorreu uma ordem de fechamento do programa nesse estado pela Polícia Federal, em razão da distribuição “indiscriminada de anovulatórios”, posteriormente o programa passou a ser “supervisionado” pela Secretaria de Saúde do Estado (REGO, Luzanira, 1977, p. D-8). Ela continua o texto relatando uma pesquisa da BEMFAM com um novo anticoncepcional, que não era comercializado em outros países, mas estava sendo testado nas mulheres brasileiras sem o seu conhecimento. Conforme a autora,

Iniciadas em fevereiro do ano passado e ainda sendo efetuadas nas clínicas da Bemfam em Ceará-Mirim (município a 30 minutos de Natal, no Rio Grande do Norte) e na Maternidade-Escola Januário Cicco, da UFRN, as pesquisas com WL-39, um composto anticoncepcional nunca comercializado no mundo, já utilizaram aproximadamente 250 cobaias humanas, mulheres escolhidas entre as recém-ingressadas no programa de planejamento familiar e que, em nenhum momento, chegam a tomar conhecimento do tipo de estudos em que estão sendo envolvidas (REGO, Luzanira, 1977, p. D-8).

Esse anticoncepcional foi testado em outros estados, sem que a BEMFAM divulgasse mais informações (REGO, Luzanira, 1977, p. D-8).

Figura n.º 4



Fonte: Diário de Pernambuco, Recife, 11 de setembro de 1977.

No estado de Pernambuco, as atividades da entidade foram iniciadas em 1967, mas em 1975 ocorreu mudanças estratégicas possibilitadas pela assinatura de um convênio com o governo do estado para o uso dos postos de saúde públicos para a distribuição de pílulas (REGO, Luzanira, 1977, p. D-8). Segundo Rego (1977, p. D-8),

Dessa época para cá, foram atendidas cerca de 90 mil mulheres e distribuída uma média de 100 mil ciclos de anticoncepcionais nos mais de 200 postos que a Bemfam mantém nos 164 municípios do Estado.

Além disso, Pernambuco se destacou como estado com o maior número de atendimento do país, recebendo atenção o posto de saúde de Casa Amarela, que atendia “aproximadamente 500 mulheres [...] a maioria das mulheres residentes nos morros periféricos à cidade que pertencem, em sua quase totalidade, à classe de renda inferior ao salário mínimo e com média de filhos superior a cinco” (REGO, Luzanira, 1977, p. D-8). Dessa forma, Luzanira Rego coloca Pernambuco como um estado de destaque no que se refere à organização e atuação da BEMFAM, salientando que a entidade apresenta atividades suspeitas colocando em risco a saúde das brasileiras.

Durante a década de 1970, parte da comunidade médica também se posicionou de forma contrária a BEMFAM. Isso fica exposto em matérias como a de outubro de 1971, do *Diário de Pernambuco*, “Sociedade Médica condena ação da Bemfam”, com críticas à realização de

convênios entre o poder público e a entidade (Sociedade Médica condena..., 1971, p. 13). Publicação do *Diário da Manhã* de 1977, denunciando a BEMFAM do Rio de Janeiro, que estaria distribuindo caixas de pílulas de um anticoncepcional não comercializado nos EUA (Denúncia do Programa Familiar..., 1977, p. 1). Eram frequentes também textos com a opinião de membros da Igreja Católica sobre as atividades da BEMFAM, sendo publicadas diversas críticas. Em 1972, o *Diário de Pernambuco*, trouxe informações sobre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da Associação Médica da Guanabara, que se posicionaram contra a instituição, tendo sido afirmado na Conferência que a BEMFAM “sob o eufemismo de campanha de planificação familiar, implica instrumentos abortivos e distribui drogas que também provocam a esterilização das mulheres em nosso vasto, riquíssimo e desabitado Brasil.” (Bispos criticam BEMFAM, 1972, p. 1).

Parlamentares também se destacavam ao criticar a BEMFAM, sendo publicados seus posicionamentos e denúncias. No *Diário de Pernambuco*, em 13 de maio de 1972, o Deputado Manoel Gilberto, do MDB, acusou a BEMFAM de estar “esterilizando mulheres pobres dos bairros do Recife” (Deputado denuncia BEMFAM, 1972, p. 5). Ele indaga sobre o financiamento da entidade e o seu crescimento, apontando que, para ele, não deveria existir controle de natalidade no Brasil, em razão do tamanho do seu território (Deputado denuncia BEMFAM, 1972, p. 5). Outros políticos também surgem afirmando que a BEMFAM atuava diretamente contra os mais pobres. O deputado João Ferreira Lima defendia essa visão, afirmando que os trabalhos da entidade estavam causando um “genocídio contra as camadas do povo brasileiro que não têm responsabilidade direta pelos modestos padrões de vida que hoje mantém” (Planejamento familiar é combatido..., 1977, p. A-4). Ele chega a comparar essa atuação ao nazismo, ressaltando que os prejuízos causados a saúde das mulheres são ignorados dentro desse processo (Planejamento familiar é combatido..., 1977, p. A-4).

No *Diário da Manhã* de 1977, o deputado Jaison Barreto (MDB-SC) critica a atuação da BEMFAM, sobretudo no Nordeste, e questiona porquê os políticos da região, assim como os do Norte do país, não procuram intervir nos trabalhos da entidade que ocorrem em suas regiões (Catarinense estranha que..., 1977, p. 1). Segundo o deputado,

Se o Ministro Almeida Machado” – acrescentou – “já se colocou publicamente contra a atuação da Bemfam alegando não ter meios legais de combate-la resta como alternativa que outras autoridades assumam a situação e determinem medidas proibindo que a entidade engane as mulheres dizendo-lhes que farão exames de prevenção do câncer quando na verdade serão esterilizadas sem consentimento prévio.” No seu entender só com a cobertura de altos setores político-econômicos do Governo a Bemfam poderia agir indiscriminadamente distribuindo pílulas à

população nordestina que carece de assistência e orientação médica quanto à concepção e gestação de crianças sadias “mas que são agredidas no seu direito de decidir se querem ou não ter filhos (Catarinense estranha que..., 1977, p. 1).

Desse modo, as críticas e acusações contra a BEMFAM vinham de diversos grupos sociais. Apesar disso, as mulheres não deixaram de buscar os seus serviços, mostrando que não era só um interesse externo pelo controle de natalidade das brasileiras, mas também delas próprias. É importante considerar até que ponto essas informações e questionamentos, com relação as atividades da entidade, chegavam as mulheres mais pobres, já que essas nem sempre tinham acesso a informações e aos jornais citados. Elas contavam muitas vezes com a divulgação da própria BEMFAM e de mulheres que já faziam uso de seus serviços. Nesse sentido, é importante salientar, assim como também aponta Valderiza Menezes (2012, p. 72) afirma, que

[...] a contracepção não pode ser encarada apenas como uma imposição de países desenvolvidos para que as pessoas procriem menos. Como os dados apontados anteriormente indicam, o desejo de evitar uma gravidez também constituía um desejo das mulheres.

As diferenças que permeiam a utilização da pílula como contraceptivo pelas mulheres também são fundamentais para se observar que algumas delas sofreram intervenções diretas em seus corpos, sobretudo, as pobres e negras, que buscavam o serviço e recebiam pouco acompanhamento. A pílula se destaca como um método que possibilita, entre outras coisas, o acesso da mulher de forma discreta, ou seja, existia a possibilidade do uso do anticoncepcional sem o conhecimento de outra pessoa já que era apenas um comprimido diário. No entanto, até isso é mais difícil para as mulheres mais pobres que precisavam buscar suas caixas em postos de atendimento da BEMFAM. De acordo com Menezes (2012, p. 206), até o direito a discrição era negado para essas brasileiras já que

[...] a “casa” da BEMFAM ainda contava com uma “placa bem grande” com o nome da entidade. Dessa forma, a “discrição” elogiada nos anúncios de pílulas não era uma possibilidade para mulheres pobres [...].

Por fim, é possível afirmar que o uso da pílula anticoncepcional, e de outros métodos, está marcada por interesses políticos diversos, que trazem a classe e a raça como principais marcadores. Como foi apresentado, mulheres pobres e negras eram o alvo do discurso de controle de natalidade e da atuação das entidades de planejamento familiar, colocando em seus corpos contraceptivos ainda em fase de modificações e vivenciando processos característicos de países periféricos, já que as discussões em países europeus, por exemplo, eram diferentes (MENANDRO, Leila Marchezi T., 2018, p. 6). Isso fica exposto também no processo de criação

da pílula e por meio dos discursos divulgados pela imprensa local recifense, como será abordado no próximo capítulo.

TERCEIRO CAPÍTULO:

“A pílula em julgamento”: o debate sobre o contraceptivo oral na imprensa recifense

A produção de uma pílula anticoncepcional portátil e ingerível abriu as portas para a entrada dos hormônios sintéticos (e, portanto, para as técnicas de controle da natalidade governamentais e endocrinológicas) no espaço doméstico, o que cria um nó consumo/produção dentro da rede farmacológica. Isso é parte de um processo biopolítico mais amplo de medicalização e regulação farmacológica da vida privada que já estava acontecendo no início do século XX (PRECIADO, 2018, p. 186).

O surgimento da pílula anticoncepcional marca um período de novas possibilidades para as mulheres. O sexo não mais atrelado a procriação se torna uma realidade e modifica profundamente as relações heterossexuais. Esse processo preocupou conservadores e religiosos, provocou o interesse de Estados para com as populações pelo mundo e permitiu uma tentativa de controle sobre quem deveria nascer ou não a partir do uso dessa tecnologia nos corpos femininos. Tratar sobre esse assunto é pensar a individualidade das mulheres dentro de um cenário de ambições diversas. No Brasil a pílula se tornou popular ainda na década de 1960. Mobilizou setores da sociedade a favor ou contra o seu uso e trouxe mudanças para a vida das jovens brasileiras de todas as classes sociais, independente da maneira como se deu o acesso a esse contraceptivo. O embate entre as consequências e efeitos colaterais desse medicamento para as mulheres e a sua utilização como uma arma moderna para a independência feminina se encontra presente ao pensar essa temática durante os anos aqui em análise.

A pílula era muitas vezes um contraceptivo discreto, usado de forma silenciosa pelas mulheres solteiras e casadas, contudo também podia chamar atenção, pois era um objeto que estava se popularizando. A ativista Gabriela Leite, ao contar a sua história como uma jovem que decidiu abandonar a universidade e entrar na prostituição durante a década de 1970, conta em sua biografia sobre o orgulho em falar que usava esse “comprimido milagroso” quando nem mesmo havia iniciado sua vida sexual (LEITE, Gabriela, 2010, p. 30). Era para se mostrar moderna entre os amigos que a mesma e as suas colegas afirmavam conhecer e utilizar a pílula. Em outros casos, esse contraceptivo poderia significar emancipação, liberdade sexual e, também, uma necessidade, uma forma de evitar a fome e a pobreza para suas famílias. É em razão dessa pluralidade de cenários que a pílula se torna um objeto de interesse desse trabalho. Dessa forma, esse capítulo pretende analisar as principais questões abordadas sobre esse assunto na cidade do Recife, a partir da imprensa local, destacando as principais discussões da época, quem abordava o tema com regularidade e o que as recifenses debatiam e pensavam sobre esse método anticoncepcional.

3.1 - A pílula anticoncepcional como uma tecnologia para além da liberdade sexual

As primeiras décadas do século XX marcam um processo de busca por contraceptivos voltados para o corpo feminino, especialmente, a partir das descobertas relacionadas aos hormônios sexuais. Foi com o desenvolvimento da endocrinologia que se tornou possível o surgimento de novas pesquisas para a criação de um método direcionado a mulher (NUCCI, Marina, 2012, p. 131) e, conforme a historiadora Joana Maria Pedro (2010, p. 114), as primeiras

informações sobre os contraceptivos orais passaram a circular ainda no início da década de 1950.

A pesquisa que alcançou sucesso para a criação desse contraceptivo foi desenvolvida pelo biólogo Gregory Pincus e pelo ginecologista John Rock, que tinham o objetivo de criar um anticoncepcional hormonal em formato de pílula (SANTANA, Joelma Ramos; WAISSE, Silvia, 2016, p. 145). Seus estudos tiveram início graças ao financiamento de Margareth Sanger, enfermeira e feminista estadunidense, e da bióloga e milionária Katherine McCormick. A princípio o remédio foi aprovado pela FDA (Food and Drug Administration) com o intuito de combater problemas relacionados à menstruação e, só depois, em 1960, que a sua função como anticoncepcional foi liberada (PRECIADO, 2018, p. 30).

São muitos os trabalhos que ressaltam a importância da pílula anticoncepcional como fundamental para a revolução sexual que se deu na segunda metade do século XX. No entanto, para o filósofo espanhol Paul B. Preciado, em sua obra *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*, a chegada e popularização desse medicamento vai além dos debates acerca da liberdade feminina. Esse autor apresenta categorias fundamentais para uma compreensão mais profunda dessa tecnologia contraceptiva, entre eles, a que ele denomina de “era farmacopornográfica”. Essa categoria coloca a pílula como um acontecimento central para importantes mudanças no século XX, além de chamar atenção para como esses processos estão diretamente conectados as questões de gênero (PRECIADO, 2018, p. 30). Para esse autor, as descobertas dos hormônios no início do século passado tornaram possíveis modificações nas identidades sexuais. Ele afirma, que

A invenção da pílula anticoncepcional, primeira técnica bioquímica capaz de separar a prática heterossexual da reprodução, foi resultado direto do crescimento da experimentação endocrinológica e provocou o desenvolvimento do que poderia ser chamado, brincando com o termo de Eisenhower, de “complexo industrial sexo-gênero” (PRECIADO, 2018, p. 30)

É dentro desse cenário que Preciado aponta o surgimento de um novo capitalismo, marcado por transformações econômicas, midiáticas e corporais. Essas modificações são fundamentais para a formação do que o autor chama de “regime farmacopornográfico”. Para ele, esse “[...] termo se refere aos processos de governo biomolecular (fármaco-) e semiótico-técnico (-pornô) da subjetividade sexual, dos quais a Pílula e a playboy são dois resultados paradigmáticos” (PRECIADO, 2018, p. 36).

Ao tratar do papel da pílula na separação entre a heterossexualidade e a procriação, o autor chama atenção para o uso desse contraceptivo oral no que diz respeito ao controle da

reprodução de forma mais ampla (PRECIADO, 2018, p. 53). Aspecto que envolve a atuação do Estado, políticas públicas, controle dos corpos e também o desenvolvimento das relações de gênero. A partir dessa questão, torna-se relevante trazer os comentários do filósofo Michel Foucault sobre os interesses que passaram, a partir do século XVIII, a permear a sexualidade dos indivíduos e o crescimento populacional.

Em seu livro *História da Sexualidade I – a vontade de saber*, Foucault aponta a origem do conceito de população e como este se tornou um assunto político e econômico de extrema importância para o que ele chama de “a tecnologia do poder”. Ligado a isso, se encontra, como é esperado, o debate sobre natalidade, fecundidade, contracepção, entre outras questões (FOUCAULT, 2017, p. 28). Dessa forma, ele discute a importância do sexo, no que se refere ao futuro de uma sociedade, e as intervenções realizadas na vida sexual da população. Para Foucault,

[...] um discurso em que a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção; passa-se das teses maciçamente populacionistas da época mercantilista às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilarão, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalista. Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo (FOUCAULT, 2017, p. 29).

Nesse sentido, se observa que a segunda metade do século XX ficou caracterizada por iniciativas que visavam controlar o tamanho populacional de determinadas nações, em razão de interesses políticos. No entanto, essas políticas não alteravam apenas as taxas de crescimento de um país, mas a vida dos indivíduos e a maneira como esses vivenciavam a sua sexualidade. Percebe-se, dessa maneira, que abordar a temática da contracepção, nesse caso a partir do uso da pílula anticoncepcional, é pensar também em aspectos da nossa sociedade que vão além do uso particular do contraceptivo. Por isso, é de suma importância compreender como essa temática envolve debates diversos, mostrando a sua relevância e o porquê da necessidade de se estudar esses processos dentro da área da história.

Preciado (2018, p. 81) também traz apontamentos importantes acerca da maneira como o sexo e o gênero são interpretados ao longo dos séculos, passando por fases que buscavam similaridades e por fases que focavam na diferença entre os corpos. Sendo a capacidade reprodutiva um fator que influencia diretamente nessas construções, além do seu uso para o estabelecimento de atribuições sociais específicas de cada gênero. Ele aponta, a partir de Michel Foucault, como o chamado regime de disciplina instituído no século XIX modifica essas relações, fazendo com que questões anteriormente não controladas passassem a sofrer com interferências diversas. Por exemplo, ele cita como ficam “[...] o aborto e o infanticídio pós-

parto sujeitos à vigilância e à punição da lei” (PRECIADO, 2018, p. 82). Transformando o “[...] corpo e seus produtos [em] propriedade do masculino/marido/pai e, por extensão, do Estado e de Deus (PRECIADO, 2018, p. 82). Nessa perspectiva, observa-se como os discursos sobre a contracepção e a reprodução são construídos historicamente.

Ainda sobre o desenvolvimento da pílula anticoncepcional é possível afirmar que esse acontecimento está diretamente ligado a uma ideia de controle de corpos não desejados pela sociedade, ou seja, os “sujeitos não brancos e desviantes” (PRECIADO, 2018, p. 189). Essa situação fica exposta tanto nos corpos utilizados para a realização de testes da pílula, como também com relação ao trabalho para que países pobres recebessem o contraceptivo de maneira rápida e muitas vezes gratuita, sendo o Brasil um deles.

Os testes iniciais realizados por John Rock e Gregory Pincus ocorreram em hospitais psiquiátricos e em prisões durante a década de 1950 (PRECIADO, 2018, p. 188). Contudo, os pesquisadores perceberam que precisavam de um campo de pesquisa maior do que esses. Dessa forma, conforme Preciado (2018, p. 190),

[...] fortes leis restringiam o controle de natalidade em Massachusetts e em muitos outros estados norte-americanos, o que impossibilitou a Searle de conduzir o grande estudo em seres humanos exigido pela FDA. Ele então voltou a atenção para Porto Rico, que já tinha uma longa história de programas governamentais de controle da natalidade. A ilha pseudocolonial tornou-se assim o espaço clínico mais importante para testar a Pílula fora das instituições disciplinares, dos asilos e das prisões, funcionando como uma fábrica paralela e um laboratório farmacológico biopolítico em tamanho natural entre o fim dos anos 1950 e início dos 1960.

Portanto, para esse autor é possível afirmar que

Uma análise transversal dos espaços geopolíticos e institucionais, bem como das implicações raciais, sexuais e de gênero, dos usos das primeiras moléculas de estrogênio e progesterona estende a nossa definição da Pílula para além de um método simples de controle de natalidade. Mais importante que isso, a Pílula era uma nova técnica farmacodoméstica para (re)produzir raça, uma forma de eugenia biotecnológica neocolonial para controlar a reprodução das espécies (PRECIADO, 2018, p.203-204).

Para além do controle da reprodução de corpos indesejados, é possível afirmar que a pílula anticoncepcional se tornou uma forma de controlar os corpos femininos a partir da atuação das próprias mulheres (PRECIADO, 2018, p. 220-221). O uso por elas foi estimulado através dos discursos acerca da sexualidade e de uma liberdade que poderia ser atingida com o uso desse contraceptivo. A importância da pílula e as suas implicações individuais e políticas não devem ser ignoradas, no entanto, a forma como esse método foi desenvolvido e o esforço por trás da sua distribuição precisam ser apontados, para que se entenda os diversos interesses que permeiam esse processo. Ademais, a maneira como cada classe social e grupo étnico entra

em contato com essa tecnologia também demonstra que nem todas mulheres são iguais ou fizeram uso do contraceptivo pelos mesmos motivos. Como exemplo, a utilização da pílula pelas mulheres brancas de classe média e alta, ocorre de forma diferente das mulheres negras e latinas. O que confirma um interesse de grupos que estavam no poder em interferir diretamente em quem tem direito a ter filhos e quem não tem.

Dessa forma, ocorreu com a criação e distribuição da pílula uma tentativa de controle dos corpos femininos e, apesar dos discursos conservadores que permaneceram durante a segunda metade do século XX, esse método contraceptivo e o incentivo ao seu uso foi utilizado pelo sistema capitalista como uma forma de controle da população, tanto com objetivos eugenistas (PRECIADO, 2018, p. 203), como também por interesses imperialistas em países considerados subdesenvolvidos, como foi abordado anteriormente. Esse processo também atingiu diretamente as mulheres, sobretudo mulheres brancas, que achavam que a utilização da pílula estava relacionada apenas a liberdade sexual, sendo ignorada a realidade das mulheres mais pobres e racializadas.

É válido ressaltar que a escolha por um remédio em formato de pílula não foi por acaso. Segundo Marina Nucci, isso foi necessário para que ocorresse uma maior aceitação do método entre as mulheres, já que a pílula tinha uma aparência bem menos agressiva do que uma injeção, por exemplo. Seguindo essa lógica, até mesmo a pausa para a menstruação foi algo determinado para passar uma ideia de naturalidade durante todo o processo (NUCCI, Marina, 2012, p. 132). Preciado (2018, p. 210) também destaca que a criação de uma embalagem que evitasse o esquecimento das mulheres, não só contribuía para a eficácia do mesmo, mas também mostra como essa tecnologia se tornou algo particular e que alterou o cotidiano dessas mulheres. Para o autor, a pílula

[...] não é apenas um produto químico (a molécula isolada e comercializada como cápsula ingerível), mas também um farmacomecanismo individual portátil, capaz de disciplinar a ingestão de comprimidos. A Pílula da década de 1960, como uma prática social doméstica e prótese hormonal individual, não pode existir sem sua embalagem distribuidora. Se separado da embalagem, um comprimido de um anticoncepcional oral poderia ser reconhecido apenas por um farmacêutico. Mas a embalagem diferenciada da Pílula possibilitou a prescrição de uma droga mais facilmente reconhecível no mercado tradicional entre conteúdo e recipiente, a embalagem é a Pílula (PRECIADO, 2018, p. 210).

Cada aspecto desse processo foi pensado para que a pílula fosse apresentada como um método moderno e seguro, inclusive, destacando a sua eficácia, superior a 90% (DIAS, Tânia Maria et. al, 2018, p. 2). Isso mostra que além do discurso criado em cima desse anticoncepcional, não se pode deixar de pontuar a praticidade de seu uso, que contribuiu para a

sua popularização, diferentemente dos outros métodos disponíveis na época. Portanto, entender as dinâmicas que envolvem o uso da pílula anticoncepcional é de suma importância para fazer uma melhor análise das informações e dos debates veiculados pela imprensa recifense.

3.2 - A contracepção e a pílula durante os anos de 1970 na cidade do Recife

Ao analisar a temática da contracepção feminina no *Diário da Manhã*³⁴ e no *Diário de Pernambuco*³⁵ é possível compreender as principais discussões levantadas, assim como o público alvo de determinada matéria, os argumentos defendidos pelos autores e autoras, os grupos que monopolizaram a questão durante a década estudada, entre outros aspectos. Nesse sentido, estudar a popularização da pílula anticoncepcional por meio dos jornais é uma maneira de entender como esse processo se deu na cidade do Recife.

Por meio do *Diário de Pernambuco* é possível afirmar que houve um maior debate sobre a pílula anticoncepcional nos anos de 1970, se comparado com a década anterior³⁶. Sendo que os principais comentários acerca desse método contraceptivo estavam relacionados à posição da Igreja Católica e da comunidade médica sobre o assunto, o que não difere de outras regiões do Brasil. Como traz o artigo “*Estará nas pílulas a solução? Debate na mídia entre 1960-1970*” de Tânia Maria Dias et. al. É discutida também a atuação da BEMFAM no estado, a opinião das ‘autoridades’ locais sobre o tema, o debate internacional, o surgimento de possíveis novos métodos e, ainda, comentários sobre uma possível pílula masculina e o interesse em sua criação. A postura do periódico é conservadora e busca discutir esse assunto na maioria das matérias a partir da visão tradicional de religiosos e médicos homens.

Tabela nº 5 – O tema da contracepção no Diário de Pernambuco (1970-1979)

TÍTULO	ASSUNTO	DATA	ANO/Nº
A pílula e a gravidez	Informações sobre a pílula	1 de fevereiro de 1970	145/28
A pílula e a gravidez II	Informações sobre a pílula	15 de fevereiro de 1970	145/38

³⁴ No *Diário da Manhã* foram pesquisadas as palavras-chave: pílula (46), pílula anticoncepcional (7), anticoncepcional (19), anticoncepcionais (40). Foram encontradas 112 menções no total. 54 matérias foram catalogadas e 8 delas selecionadas para análise detalhada nesse capítulo. Link de acesso para o Acervo CEPE: <http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-do-jornal-diario-da-manha--1927-1985--1> (Acesso em 20 de nov. de 2021, às 22:28).

³⁵ No *Diário de Pernambuco* foram pesquisadas as palavras-chave: anticoncepcional (293) e anticoncepcionais (530). Foram encontradas 823 menções no total. 313 matérias foram catalogadas e 29 matérias foram selecionadas para análise detalhada nesse capítulo. Link de acesso Hemeroteca Digital: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> (Acesso em 20 de nov. de 2021, às 23:20)

³⁶ Na década de 1960 foram feitas 294 menções (anticoncepcional/anticoncepcionais) dentro do *Diário de Pernambuco*, já nos anos de 1970 essas palavras-chave foram citadas 823 vezes.

Ibope apura: recifenses apóiam uso da pílula	Pesquisa de opinião sobre a pílula	3 de maio de 1970	145/102
Sífilis vem aumentando de forma assustadora no Brasil	Pílula e doenças sexualmente transmissíveis	16 de dezembro de 1971	147/289
Médico chileno acha que DIU é eficiente	DIU	14 de abril de 1973	148/99
Médico diz: liberdade sexual aumenta doenças venéreas	Pílula e doenças sexualmente transmissíveis	8 de outubro de 1974	149/270
Entidades contribuem para planejamento familiar, embora a Igreja não concorde	Igreja Católica e Anticoncepcionais	7 de junho de 1976	151/182
Mulheres estão preferindo o DIU como anticoncepcional	DIU e Pílula	23 de julho de 1978	153/198
Bemfam apresenta obstáculos ao planejamento familiar	Planejamento Familiar	2 de novembro de 1978	153/299
Pílula do homem muito procurada	Pílula masculina	15 de agosto de 1979	154/220

As matérias com informações técnicas que permeiam o uso do contraceptivo oral ou de outros métodos se encontram em menor número. Por isso, destacam-se duas reportagens do jornalista Samir Abou Hana, que em “A pílula e a gravidez” e “A pílula e a gravidez II” traz informações sobre a compra dos anticoncepcionais, seus efeitos colaterais, composição dos remédios, a possível relação com o câncer, entre outros pontos. Abou Hana aponta que a pílula na sua chegada em Pernambuco sofreu uma resistência da população mais pobre. Segundo ele, no interior do Estado, esse contraceptivo era considerado como uma “obra do satanás” (HANA, 1970a, p. 2). O que revela a falta de informação da população sobre esse método e o caráter religioso do seu julgamento para com essa novidade. Como foi dito anteriormente, Joana Maria Pedro (2002, p. 246) aponta que o processo de chegada da pílula no Brasil, se deu sem muitos esclarecimentos e as mulheres

[...] só puderam contar com informações desencontradas e ambíguas. Proibidas de qualquer manifestação, debate ou reunião, encontravam na Igreja Católica abrigo e direcionamento iminente contrário a qualquer forma de contracepção “artificial”.

Na segunda matéria sobre o tema, ele comenta sobre a Igreja e sobre a diferença no uso da pílula por mulheres de diferentes classes sociais. Sendo a sua utilização pela classe alta, maior que a classe média e baixa, respectivamente (HANA, 1970b, p. 2). É possível afirmar que essas duas matérias receberam atenção entre as leitoras do *Diário de Pernambuco*, pois o jornalista em questão era uma figura pública conhecida pelos recifenses e, segundo a

antropóloga Fátima Quintas (1986, p. 106), Abou Hana era querido entre as mulheres que acompanhavam o seu trabalho e que compartilhavam uma admiração pela figura pessoal do jornalista e locutor. Essa matéria ocupa uma página inteira dessa edição do jornal e mostra uma imagem com embalagens de contraceptivos utilizados na época.

Figura n.º 5



Fonte: Diário de Pernambuco, Recife, 1 de fevereiro de 1970.

As informações levantadas por Hana são confirmadas, posteriormente, por uma pesquisa encomendada ao IBOPE, pelo próprio periódico, em abril de 1970. O resultado apresentado, na edição de 3 de maio, traz a informação de que 60% dos recifenses entrevistados eram a favor do uso desse contraceptivo. O que mostra que o assunto fazia parte do cotidiano da sociedade recifense. É discutida ainda a importância da religião nesse processo e que os defensores da pílula, em sua maioria, faziam parte da classe média e alta, sendo a menor parte da classe trabalhadora (IBOPE..., 1970, p. 11), o que é expressivo, já que a pílula, como foi apontado, teria sido destinada a princípio para a população mais pobre (PEDRO, Joana Maria, 2002, p. 248).

Pode-se afirmar que o jornal sempre procurou relacionar o debate da contracepção diretamente com o tema do planejamento familiar. Sendo este um aspecto bastante comentado. É notório o interesse do periódico em tratar dessas questões como uma forma de pautar o uso de contraceptivos e a construção de uma família através do matrimônio. Essa discussão também acontece porque as décadas de 1960 e 1970 ficaram marcadas pelo receio de uma explosão

populacional, tema que ganhou espaço e que levou a interferência de entidades internacionais nos territórios de países da América Latina, como foi analisado.

Matérias, como “Entidades contribuem para planejamento familiar, embora a Igreja não concorde” e “BENFAM apresenta obstáculos ao planejamento familiar”, trazem dados sobre o planejamento familiar no Estado e a sua relação com a atuação da BEMFAM. Os textos tratam das dificuldades enfrentadas pelas entidades e algumas informações sobre os seus programas em Pernambuco. Na primeira matéria, é discutido o convênio realizado pelo governo do Estado com a BEMFAM, decisão não apoiada pela Igreja, e como esse grupo distribuía anticoncepcional também para mulheres solteiras e menores, com a autorização dos pais (ENTIDADES..., 1976, p. 6).

Apesar da pílula anticoncepcional ganhar mais destaque, o DIU também faz parte da discussão. Os debates sobre esse método giram em torno da sua eficiência e das diferentes opiniões da comunidade médica sobre seu uso. Algumas matérias como “Médico chileno acha que DIU é eficiente” e “Mulheres estão preferindo o DIU como anticoncepcional” apresentam bem essa questão. As duas trazem a opinião de médicos favoráveis ao uso do método e a segunda mostra o crescimento de seu uso entre as mulheres, a partir da desmistificação da ideia do DIU como abortivo (BARBOSA, Zenaide, 1978, p. 2).

Nesse sentido, é interessante observar como a contracepção feminina se encontra, nessas discussões, basicamente relacionada à construção da família, ao debate religioso e ao corpo assexuado da mulher quando se refere aos efeitos colaterais da pílula. São raros os textos que trazem a temática para a discussão da importância da pílula, ou de outros métodos, no processo de emancipação da mulher e o seu desligamento da reprodução como algo obrigatório. Quando se trata da sexualidade, por exemplo, o periódico acaba associando a liberdade sexual, resultado do uso de contraceptivos, ao aumento no número de doenças sexualmente transmitidas. Vários textos buscam relacionar essas duas questões, colocando a liberdade sexual da mulher como algo perigoso e diretamente ligado ao surto de doenças e perigos para a sociedade. Alguns desses comentários são feitos por figuras de autoridade local, como políticos e religiosos.

Essa questão se encontra presente com as matérias “Sífilis vem aumentando de forma assustadora no Brasil”, que apresenta essa posição e busca validar um discurso de libertinagem por parte da mulher que usa a pílula, e “Médico diz: liberdade sexual aumenta doenças venéreas”, que aponta diretamente essa ligação afirmando que

A liberdade sexual da mulher na sociedade – com o uso da pílula anticoncepcional – ao lado da promiscuidade e precárias condições sócio-econômicas da maior parte da população, concorre para aumentar o índice de doenças venéreas no Brasil principalmente Pernambuco (onde se registra a maior incidência do país), Paraíba e Alagoas (MÉDICO..., 1974, p. 3).

Além disso, comentários que alegam, por exemplo, que as mulheres passaram a não temer a gravidez e por isso estavam fazendo sexo deliberadamente e levando uma vida libidínica estão presentes. É importante salientar que essas duas matérias citadas estavam na primeira parte do jornal, um espaço para discussões amplas e voltadas para toda a sociedade. A partir disso, é possível afirmar que as questões apresentadas até esse momento são recorrentes nas publicações e se caracterizam como as principais pautas atreladas a utilização da pílula anticoncepcional pelas mulheres abordadas pelo jornal. Destaca-se, também, que a maioria dos textos assinados são escritos por homens ou trazem um entrevistado do sexo masculino, normalmente, um médico, um religioso ou um político.

Ao tratar do assunto em suas páginas, o *Diário de Pernambuco* expõe os seus interesses e as informações que gostariam que chegassem à população local, apesar disso, o jornal confirma a importância do tema para a sociedade da época por abordar constantemente a questão e as preocupações que rondavam o debate no momento. É possível afirmar, portanto, que o tema da contraceção e os tópicos relativos especificamente a pílula estavam presentes e eram de interesse dos recifenses que liam esse jornal, pois era uma questão tratada com frequência. Por isso, a relevância de se apresentar como esse assunto era exposto.

Com relação ao *Diário da Manhã*, as discussões sobre a pílula versavam sobre questões ligadas a posição da Igreja Católica, que será melhor abordada mais a frente, a relação desse método com as mudanças sociais em andamento na época (MOURA, 1979, p. 4) efeitos colaterais da pílula (Câncer ginecológico, 1975, p. 7), entre outros temas. Todas as menções relacionadas à pílula anticoncepcional nessa década foram levantadas, contudo, para melhor analisar as temáticas, foram selecionadas algumas matérias mais pertinentes.

Tabela nº 6 – O tema da contraceção Diário da Manhã (1970-1979)

TÍTULO	ASSUNTO	DATA	ANO/Nº
Médico quer homem consumindo pílula	Pílula masculina	01 de junho de 1970	XLIII/6169
Desquitado: Nelson Carneiro quer anular seu casamento	Mudanças sociais	9 de junho de 1971	XLIV/6894
A super-fêmea no roteiro erótico da semana	Pílula e Cinema	20 de abril de 1974	XLVII/5845

Perula faz aumentar as doenças venéreas	Pílula e doenças sexualmente transmissíveis	27 de julho de 1974	XLVII/5878
Câncer Ginecológico	Efeitos Colaterais	14 de fevereiro de 1975	XLVII/6194
Transformação da Estrutura da Família	Mudanças sociais	15 e 16 de julho de 1979	LII/10528

Entre os temas que surgem, a pílula masculina também aparece no *Diário da Manhã*. Em uma matéria de 1970, o jornal traz comentários do professor Mário Vitor de Assis Pacheco, divulgando que por meio da manipulação de hormônios já seria possível criar esse contraceptivo. Segundo o professor, essa pílula seria mais barata que a feminina e possibilitaria criar uma divisão entre o casal, alternando o uso do método. Esse comentário chama atenção, pois ele afirma que ao apresentar essa discussão

A tese não foi contestada. Mas muita gente riu, na assistência, quando falei que a mulher poderia usar a pílula no 1º e 3º trimestre e o homem no 2º e no 4º. Eram médicos, os que riam. Mas as jovens médicas não riram (Médico quer homem..., 1970, p. 1).

É interessante observar, a partir desse trecho, como cada gênero reage a essa proposta, ficando exposta a falta de interesse dos homens em compartilhar dessa responsabilidade com as suas companheiras, mostrando como as relações de gênero influenciam esse processo e também na criação de contraceptivos. De acordo com Paul Preciado (2018, p. 232),

Durante o século XX, nenhum método novo de contracepção foi desenvolvido para homens cis. O preservativo de borrachas e a esterilização são até hoje as únicas formas de baixa tecnologia para controlar diretamente a circulação social das células reprodutivas masculinas.

Desde a década de 1960, conforme Josilene da Silva (2004, p. 158) foram desenvolvidos estudos para a criação da pílula masculina, contudo, apesar de testes e de uma discussão constante sobre o tema, esses contraceptivos não foram comercializados. Essa autora aponta a influência de um modelo de masculinidade que interfere diretamente em como os homens enxergam a contracepção e como levam em consideração acima de tudo a sua virilidade (SILVA, Josilene, 2004, p. 159).

A discussão acerca dos efeitos colaterais para os homens, ao utilizar a pílula, recebe bastante destaque nessa época. Existia uma preocupação com o aumento de peso, diminuição da libido, entre outras consequências que aparentemente impediam o avanço da comercialização desse contraceptivo masculino e de sua aceitação. Processo que foi bem diferente para as mulheres que não encontravam muitas informações sobre a pílula e tiveram que lidar com todas essas problemáticas, não gerando esses fatores impedimentos para a

comercialização em massa da pílula feminina. Ainda segundo Josilene da Silva (2004, p. 161), “Em nenhum momento se perguntou a opinião das mulheres sobre a contracepção centrada em seus corpos, não respeitando seu direito de escolha. Os corpos das mulheres se tornaram um campo de prova para os contraceptivos hormonais”.

Apesar disso, conforme a edição de 15 de agosto de 1979 do *Diário de Pernambuco*, é possível afirmar que existia um interesse da população pelo contraceptivo masculino. De acordo com a matéria, já era observada a procura por esse método nas farmácias recifenses. Segundo o texto, os vendedores compartilhavam que essa pílula estava em desenvolvimento que chegaria ao mercado local em breve, outras matérias também apontam essa expectativa que acabou não se concretizando (Pílula do homem muito procurada, 1979, p. A-6).

O tema da pílula fazia parte do cotidiano de homens e mulheres que encontravam essas informações em conversas diárias nos jornais e também no cinema. Através da seção “Cinema, Música & Variedades”, do *Diário da Manhã*, são apresentados os filmes que estavam em cartaz nos cinemas locais. Em 22 de abril de 1974, recebe destaque nessa coluna o filme “A Super-fêmea”, protagonizado pela atriz Vera Fischer (A super-fêmea no roteiro..., 1974, p. 10). O filme trata sobre a possibilidade da comercialização de uma pílula anticoncepcional masculina. Em razão da grande aversão masculina ao uso de um possível contraceptivo hormonal, por medo dos efeitos colaterais, sobretudo, a perda da virilidade, uma jovem modelo é contratada para fazer propaganda da pílula criada.

O filme foi lançado em de 1973 e faz parte do movimento que ficou conhecido como pornochanchada³⁷, gênero que tratava de temas presentes na vida das pessoas, como a questão da sexualidade, e tornou-se popular durante o período da década de 1970 no país. De acordo com Marcel de Almeida Freitas (2004, p. 5),

[...] a pornochanchada também refletiu o estouro sexual que a década de 1970 presenciou, sofrendo o impacto, entre outras coisas, da pílula anticoncepcional e do movimento feminista. Grande parte dos espectadores era constituída por homens, das mais diferentes idades, raças e origens. No que concerne à classe, predominavam as classes D e C, mas não eram raros médicos, advogados ou, no outro extremo, até mendigos, irem às salas das regiões centrais das grandes capitais brasileiras [...].

Conforme esse autor, os filmes eram baratos e lucrativos, o que demonstra uma grande aceitação desse gênero e das temáticas abordadas pelo público alvo (FREITAS, 2004, p. 8).

³⁷ Sobre a Pornochanchada na cidade do Recife recomendo os trabalhos da historiadora Katharine Nataly Trajano Santos, sobretudo, sua dissertação de mestrado “*Afinal, uma semana sem king-fu, mas com muito palavrão e mulher pelada*”; pornochanchadas e recepção no Recife (1975-1980).

O filme “A super-fêmea” começa com uma discussão sobre a responsabilidade do controle de natalidade para o homem, com uma cena retratando uma suposta tentativa de supremacia feminina que seria implementada a partir do uso da pílula masculina. Logo em seguida surge uma jornalista entrevistando homens e mulheres sobre o assunto, ficando exposto a falta de interesse do público alvo em utilizar esse contraceptivo, sobretudo, em razão do impacto dessa decisão na sua masculinidade. A trama segue com a história de uma empresa que busca comercializar a pílula e que pretende encontrar a mulher ideal para ser a garota propaganda do seu produto, numa tentativa de associar a pílula masculina a erotização desse corpo feminino e uma possibilidade de alta libido para o homem que a utiliza. O que seria uma mudança frente ao medo masculino de encontrar no contraceptivo o fim da sua virilidade.

Nesse sentido, é importante apontar que esse filme, assim como outras obras da pornochanchada, recebeu espaço nos cinemas recifenses atingindo principalmente as classes menos abastadas, público alvo desse gênero, o que pode ter contribuído para formar um discurso sobre esse contraceptivo entre essas classes e a movimentar a temática da pílula contraceptiva masculina. A mensagem do filme segue a lógica da comédia e da utilização da sexualidade, com nenhuma intenção de informar a população sobre esse contraceptivo ou sobre o debate, além disso, no final do filme ainda ocorre uma grande comemoração pela gestação da “super-fêmea” que gerou uma centena de crianças, gerando uma grande comemoração com relação aos índices de natalidade do brasileiro. Sendo essa situação, de acordo com o filme, algo que deve ser comemorado.

A partir disso é possível analisar que o uso da pílula também ficou marcado pelas relações de gênero e pelo interesse de uma sociedade patriarcal em controlar apenas os corpos femininos, ou seja, as mulheres podiam perder a sua libido e viver vidas sexuais insatisfatórias, enquanto os homens não podiam enfrentar esse mesmo processo. Essa situação corrobora com o que se esperava da mulher ainda nessa época, como apontado no primeiro capítulo, uma mulher submissa e sem interesses próprios, que não encontra na sexualidade um espaço para si, mas apenas para satisfazer os homens.

Assim como vários textos do *Diário de Pernambuco*, o *Diário da Manhã* estabelece uma ligação entre o uso desse contraceptivo e o aumento no número de doenças sexualmente transmissíveis (Perula faz aumentar..., 1974, p. 7), além de mostrar uma relação entre a chegada da pílula anticoncepcional e mudanças na sociedade brasileira. Nesse sentido, o debate sobre o divórcio no Congresso Nacional também era constante, apontando as possibilidades para novos

casamentos entre pessoas desquitadas e o próprio tabu da condição de divorciada. Em junho de 1971, uma matéria do jornal apresenta a proposta do Senador Nelson Carneiro para um projeto de lei, que permitiria o casamento de casais desquitados há mais de cinco anos. Para isso, o político analisa a situação da mulher no início dessa década, ao pensar nas mudanças sociais que aconteceram até então, ele reflete sobre a mulher desquitada e mostra a influência da pílula em mudanças vistas recentemente na sociedade. Segundo o Senador,

A mulher após obter a anulação no casamento não terá maiores dificuldades para casar outra vez, pois evidentemente, o futuro marido já estará conscientizado de sua situação. E mesmo admitindo-se a hipóteses de entraves preconceituosos, êle terá em mãos um documento que prova a sua verdadeira situação. Além disso, um homem que goste verdadeiramente de uma mulher e queira casar com ela não se deixará influenciar por nenhum tabu. Nem a virgindade é mais um tabu. A pílula eliminou o problema pelo menos nas grandes cidades. O caso da menina que “caiu no pecado” e foi expulsa de casa já não ocorre com muita frequência hoje, em dia (BARBOSA, Valdete, 1971, p. 5).

Esse trecho demonstra que para uma parcela da população brasileira a pílula anticoncepcional já era uma realidade, modificando comportamentos e a trajetória de mulheres que a partir dessas transformações podiam ter novas oportunidades e combater com mais força o discurso conservador. Sabemos, como foi discutido anteriormente, que esse processo não se deu de forma rápida e que permanece deixando marcas até a atualidade. No entanto, é importante compreender que o discurso de uma figura de destaque da sociedade, um Senador, foi apresentado à população recifense mostrando que em sua análise alguns tabus já haviam sido superados e que isso ajudaria a pensar no espaço destinado as mulheres recifenses e as possibilidades para os seus futuros.

A partir disso, é possível afirmar que os jornais analisados tinham a intenção de promover determinados posicionamentos para a população local. Em alguns momentos fica evidente que uma visão progressista, sobretudo do *Diário de Pernambuco*, era apresentada para a sociedade recifense. Entretanto, a postura é constantemente ambígua, pois textos destacando a relação entre a pílula e o “fim dos bons costumes” entre as mulheres e o mal causado a saúde das mesmas demonstra que a utilização desse método contraceptivo se encontrava nesse momento dentro de uma teia de interesses diversos, ora como positivo para a sociedade, principalmente quando se pensa a partir do controle de natalidade, ora negativo quando entrega a mulher a possibilidade de não viver sua sexualidade refém de gestações desejadas ou não. Dessa forma, como afirma Foucault, “Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram.” (FOUCAUT, 2017, p. 30). Percebe-se, com as matérias analisadas, que o sexo das

mulheres recifenses é “objeto de disputa”, assim como o controle da sua reprodução que é apresentada com discursos específicos dependendo do objetivo que os jornais desejam atingir com determinada matéria.

Não é difícil supor, também, que as mulheres abriam esses jornais diários e ficavam atentas a esses tipos de matérias que trazem informações sobre a pílula, seus efeitos colaterais e as novas possibilidades que podiam estar cada dia mais próximas. Também deviam ficar assustadas com matérias sensacionalistas que traziam o uso da pílula associado a esterilidade, possibilidade de má formação fetal, entre outras questões. É possível afirmar que esse tipo de associação pode ter a intenção de ir além do compartilhamento de informação, deixando as mulheres recifenses confusas sobre as consequências do uso da pílula e com receio de fazer uso do contraceptivo. Por intermédio dessas matérias percebe-se a quantidade de textos que fornecem informações divergentes, dificultando entender se o jornal, no caso o *Diário de Pernambuco*, por exemplo, visava assustar as mulheres ao relatar possíveis efeitos colaterais ou protegê-las, frente as incertezas do uso da pílula.

3.2.1 - “É melhor evitar filhos do que ficar por aí passando fome”³⁸: efeitos colaterais, miséria e libertinagem

Ao analisar as principais matérias sobre a pílula dentro do *Diário de Pernambuco* e do *Diário da Manhã* durante a década de 1970, fica perceptível que as vozes femininas não recebem visibilidade para tratar do tema da contracepção. Além dos discursos masculinos que ocupavam espaços diversos nas páginas dos jornais, apenas o *Diário Feminino*, que será apresentado, trazia matérias voltadas especificamente para o público feminino e com a assinatura de jornalistas mulheres. Como a questão da sexualidade feminina sofre com tabus e com o conservadorismo da época, isso não se caracteriza como uma surpresa, porém torna difícil compreender como as mulheres pensavam acerca desse assunto fazendo uso dessas fontes documentais. Dessa maneira, foi escolhida também para análise a edição especial do periódico independente *Jornal da Cidade*, que por meio de entrevistas com mulheres recifenses traz a oportunidade de compreender como mulheres de diferentes raças, classes e gerações enxergavam a questão da contracepção, como respondiam quando perguntadas acerca de algo considerado tão íntimo pela sociedade e as consequências do seu uso na construção de suas famílias.

³⁸ Trecho retirado da edição especial nº 38 do *Jornal da Cidade* (A mulher recifense..., 1975, p.10).

Antes de analisar as falas dessas mulheres é importante pontuar que os trabalhos de Fátima Quintas, *Sexo e marginalidade*: um estudo sobre a sexualidade feminina em camadas de baixa renda, e de Rose Marie Muraro, em *Sexualidade da Mulher Brasileira – Corpo e Classe Social no Brasil*, são fundamentais para se pensar o tipo de informação que circulava na sociedade pernambucana da década de 1970 e como algumas mulheres passaram a conviver com essa nova tecnologia.

O trabalho selecionado da antropóloga Fátima Quintas traz uma oportunidade de compreender como mulheres de comunidades pobres do Recife utilizavam a pílula e o que pensavam acerca da contracepção e as implicações nas suas vidas. Esse trabalho foi realizado na Favela do Formigueiro, localizada na década estudada no bairro do Poço da Panela, zona norte do Recife. O primeiro contato da autora com a comunidade se deu em 1979, sendo a sua pesquisa do início da década de 1980. O objetivo da autora era estudar camadas de baixa renda, sobretudo, no que se refere a sexualidade feminina. Analisando os seus resultados, percebe-se que as trajetórias dessas mulheres mais pobres são marcadas por diversos obstáculos no que se refere ao controle de natalidade e a autonomia dessas entrevistadas sobre seu próprio corpo. Compreender as experiências dessas mulheres é conhecer um pouco mais sobre as dificuldades, a opinião e o acesso aos contraceptivos modernos na época.

Fátima Quintas mostra, com o auxílio da sua pesquisa, que a temática da contracepção e da pílula fazia parte do cotidiano da cidade do Recife. As suas entrevistadas, em razão da sua classe social, eram mulheres que enfrentavam diretamente a fome. A pobreza vivenciada por elas traz particularidades de gênero, como o a preocupação com os cuidados dos filhos, a manutenção de relacionamentos muitas vezes abusivos e trajetórias marcadas por gestações compulsórias. Dentro desse cenário a religiosidade é uma questão central. Conforme a autora, 79,08% dessas mulheres são católicas e demonstram desconhecimento sobre a sua sexualidade, desde a questão da menstruação até o ato sexual. Sobre a contracepção, Quintas (1986, p. 148) revela que

A tentativa de um planejamento familiar racional escapa aos anseios da população pesquisada. Em algumas famílias, captei o desejo de limitar o número de filhos, mas esse projeto ainda é feito de forma inteiramente aleatória, assistemática e desordenada. Quando interoguei “quem decide o número de filhos”, as respostas foram fantasiosas e até mesmo “transcendentais”, responsabilizando Deus pela fatalidade da maternidade.

Os relatos a respeito do uso da pílula anticoncepcional são marcados pelas dificuldades relacionadas aos efeitos colaterais provocados nas mulheres e com relação a postura dos

companheiros, que chegavam a impedir o uso do contraceptivo por motivos diversos. Além disso, os métodos contraceptivos eram utilizados muitas vezes de forma errada e o preconceito ligado a pílula e a pressão dos maridos por uma vida sexual ativa estão entre as causas que dificultavam que essas mulheres se prevenissem de uma gravidez (QUINTAS, Fátima, 1986, p. 150).

A autora chama atenção ao apontar algo existente no imaginário da época e presente também na imprensa local, ao associar diretamente o uso de contraceptivos orais e o controle da reprodução a libertinagem sexual. Em depoimento, uma das entrevistadas afirma:

Tenho vontade de cortar as trompas e pendurar na janela. Só assim fico sossegada. Mas os médicos do INPS não fazem ligação. É preciso arranjar dinheiro por fora e eu não tenho. Dr... me pediu Cr\$ 40.000,00 para fazer. Estou juntando. Mas meu marido não quer. Diz que mulher que liga as trompas fica libertina, engana o marido. Fala sempre que a mulher dele não liga as trompas, nem toma pílulas porque não nasceu para ser chifrudo. É muito ignorante. Todos os dias quer a mesma coisa. E não tem apelação. Também com a ignorância que ele tem (QUINTAS, Fátima, 1986, p. 146)

O medo de uma mulher livre sexualmente, nesse caso, está conectado a uma ideia de perda para o próprio homem, já que o mesmo não poderia mais confiar na companheira e isso o deixaria com medo de ser traído. Ademais, uma mulher que se preocupa menos com uma gestação indesejada se torna livre para vivenciar outras experiências e em uma sociedade que visa o controle dos corpos femininos não vai aceitar facilmente essa mudança. A entrevistada cita a ignorância do marido como um fator para sua postura conservadora, no entanto, através dos periódicos analisados, observa-se que isso vai além de uma falta de conhecimento, pois médicos e outros membros da sociedade com maior nível educacional também discutiam essa suposta relação e buscavam, a partir disso, frear o processo de emancipação feminina.

As participantes trazem informações acerca dos efeitos colaterais, que também estão presentes, mostrando como as mulheres sofriam com o uso desse anticoncepcional e a falta de conhecimento sobre o mesmo. Por meio dos comentários percebe-se como a pílula afetava a saúde de algumas mulheres da comunidade, resultando em dores de cabeças, tonturas, entre outras questões. O que estabelece de forma concreta, para algumas mulheres, uma associação entre o uso do contraceptivo e doenças (QUINTAS, Fátima, 1986, p. 150). É possível notar a partir disso, que apesar do avanço da popularização da pílula e sua distribuição entre as camadas mais pobres, as mulheres pouco sabiam sobre sua composição e sobre as consequências para os seus corpos e a sua saúde.

Sobre essa falta de informação a pesquisadora Maria Betânia Ávila, em seu texto biográfico para o livro “Explosão Feminista”, afirma que na cidade do Recife

Nós descobrimos, nos bairros, um controle de natalidade que era absolutamente destruidor para o corpo dessas mulheres. Naquela época, distribuía-se pílulas anticoncepcionais numas cartelas cinzas que não tinham nem a composição das pílulas. As mulheres só falavam de enxaquecas, dores, varizes, era um terror (ÁVILA, Maria Betânia, 2018, p. 487).

Essas situações são encontradas em alguns depoimentos colhidos por Fátima Quintas e mostra a relação que parte das recifenses tiveram nas primeiras décadas de uso da pílula anticoncepcional. Esse trabalho é importante, sobretudo, para se pensar como as mulheres mais pobres não enxergavam na pílula uma tecnologia que traria sua liberdade, pois a pressão dos maridos para a realização do ato sexual, o que possivelmente gerava situações de estupro marital em alguns casos, a fome constante, a miséria e as falhas e efeitos colaterais do medicamento deixam diferentes marcas.

A autora afirma ainda que essas mulheres pouco tinham contato com jornais da época em circulação. Dado fundamental para se pensar quais mulheres entravam em contato com os textos e notícias sobre esse assunto nos jornais recifenses. Conforme a autora,

Os meios de comunicação de massa não ficam fora deste contexto dualista. Basta salientar que a nenhuma das mulheres (com exceção de Rosália Antônia) interessa manusear o jornal, ou pelo menos participar de suas informações. Declaram-no como um instrumento masculino, chato de ser lido, desinteressante e sempre com as mesmas notícias [...] (QUINTAS, Fátima, 1986, p. 110).

O que nos mostra que as discussões apresentadas anteriormente não atingiam necessariamente todas as classes sociais e que muitas mulheres, sobretudo, as mais pobres, não acompanharam os debates sobre a saúde da mulher e a pílula, as opiniões apresentadas pelos religiosos, pelos médicos e, também, pelos representantes políticos.

Já o livro de Rose Marie Muraro traz entrevistas, que foram realizadas no início da década de 1980, com mulheres do agreste e da zona da mata pernambucana. Não é o recorte espacial analisado neste trabalho, mas oferece uma ideia geral sobre como esse debate se dava em áreas mais afastadas da capital pernambucana, aqui em análise. De acordo com esse trabalho, no Agreste pernambucano o uso da pílula anticoncepcional não era popular. Nessa região, segundo a autora, das vinte mulheres entrevistadas

Apenas cinco dissertam, sem explicações, que não usavam método anticoncepcional. Mais dez também não evitavam filhos [...] cinco (25%), ainda, usaram métodos anticoncepcionais e explicaram o que usaram, por que e como funcionaram (MURARO, Rose Marie, 1996, p. 180).

O receio de tomar o remédio e ter algum problema de saúde, em razão da vida precária, era um fator que influenciava diretamente nesse dado apresentado pela autora. Assim como aponta Fátima Quintas, o papel do marido é fundamental para a não utilização da pílula pela mulher, e até mesmo do uso da tabelinha. Fica exposto, por meio de várias entrevistadas que os maridos não respeitavam o esforço das mulheres que desejavam acompanhar o seu período fértil (MURARO, Rose Marie, 1996, p. 180).

Conforme as informações reunidas pela autora, o contato das mulheres do agreste pernambucano com a pílula anticoncepcional se dava por meio de amigas. No entanto, o trabalho da BEMFAM também aparece como responsável pelo acesso de algumas mulheres ao contraceptivo (MURARO, Rose Marie, 1996, p. 182). A atuação da entidade de planejamento familiar não é aprovada por todas, existiam questionamentos sobre se a pílula deveria ou não ser compartilhada pela BEMFAM com a autorização do governo (MURARO, Rose Marie, 1996, p. 187). Além disso, muitas das pernambucanas que responderam ao questionário são a favor do uso de contraceptivos. Essas mulheres apoiavam, especialmente, o uso da pílula para o controle de natalidade, com o objetivo de ter menos filhos, diminuindo a miséria e a fome da família. É compreensível que essa seja uma questão central para essas mulheres, em razão da sua situação de vida. Já na zona da mata a situação é ainda mais difícil para a pílula (MURARO, Rose Marie, 1996, p. 182). Conforme a autora, das vinte mulheres entrevistadas “Cinco não sabiam da distribuição da pílula, das quais uma nem sabia da existência da pílula; três já haviam ouvido falar. Sete acham ruim ou não tomariam, oito tomam e gostariam de tomar ou acham certo” (MURARO, Rose Marie, 1996, p. 189).

Esses trabalhos apontam que os conflitos vivenciados pelas mulheres mais pobres pernambucanas são semelhantes, apesar da diferente localização dentro do estado. A pressão pelo sexo marital, o preconceito do marido com os contraceptivos, a falta de apoio para o uso da pílula com segurança e a miséria existente são alguns dos elementos marcantes desse processo que também pode ser observado nas mulheres entrevistadas pelo *Jornal da Cidade*.

Como foi apresentado no primeiro capítulo, o periódico independente *Jornal da Cidade* trouxe, em 1975, uma edição especial criada com a finalidade de discutir a mulher recifense e mostrar a sua visão de mundo. Questões importantes para as mulheres naquele período foram apresentadas, contudo, os comentários acerca da pílula anticoncepcional serão analisados nesse tópico. O jornal entrevistou algumas mulheres com origens e situações de vida muito diferentes.

Estão presentes mulheres casadas, solteiras, estudantes, profissionais de diversas áreas e classes sociais.

O debate acerca da sexualidade feminina também é apresentado pela edição, sobretudo, no valor da virgindade na vida da mulher. Como ocorreu com as outras questões, são variadas as respostas dadas pelas participantes com relação a esse assunto. Pode-se afirmar que algumas mulheres já são influenciadas pelas mudanças ocorridas na década de 1960 e parte de 1970. Por exemplo Ironete Barros, afirma existir “[...] coisas muito mais importantes que a virgindade. Mas isso não é um problema da mulher não. O homem também poderia tentar botar abaixo esse tabu” (A mulher recifense..., 1975, p. 9). Para ela, o homem poderia ser um aliado na desconstrução desse preconceito para com as mulheres não virgens.

Como foi citado com Luiza Maria, o impacto da perda da virgindade no discurso de algumas mulheres entrevistadas é visível. A garçõete Maria Eunice também apresenta a sua trajetória a partir desse acontecimento. Ela afirma que a sua família só soube que isso ocorreu em razão da sua gestação e que isso foi fundamental para a sua permanência em casa e a sua relação com a família. Apesar disso, ela afirma não considerar a virgindade uma coisa importante e que não está ligada ao sucesso ou não de um casamento (A mulher recifense..., 1975, p. 9). Já outras mulheres, como Maria Luisa Barreto Campelo e Lucia Helena Pinheiro Lins, estabelecem uma relação entre perda da virgindade e vulgaridade, ligação comum para a moral da época. Chama atenção o fato de Maria Luisa ter 55 anos, enquanto Lucia Helena tem 22. São de gerações distintas, mas compartilham de uma posição tradicional no que se refere a essa questão, mostrando a dificuldade de superação desse tabu e as aproximações causadas pela visão de mundo estabelecida pela classe social a que essas mulheres pertencem.

Os principais comentários acerca da pílula anticoncepcional passam pelo seu uso, a recusa de algumas mulheres a sua utilização, a defesa de uma vida sexual apenas após o casamento (ressaltando a valorização da virgindade), receio dos efeitos colaterais e da vulgarização feminina com a chegada desse tipo de tecnologia. São temas discutidos no *Diário de Pernambuco* e no *Diário da Manhã*, só que a partir das opiniões pessoais de mulheres de idades diversas que estavam vivenciando esse momento de popularização do contraceptivo oral na cidade do Recife.

A primeira entrevistada, Ironete Barros de 27 anos, é uma jovem estudante recifense que também estava no mercado de trabalho. Para ela, a pílula é “uma necessidade”, assim como o divórcio. Ela afirma, que “A mulher agora está botando para valer, agora não tem mais medo,

é pra valer mesmo” (A mulher recifense..., 1975, p.9). Esse trecho de sua fala aponta para um movimento que estava crescendo durante os anos de 1970. Mulheres mais independentes, acompanhando as mudanças que a sociedade estava sofrendo com a ampliação do mercado de trabalho, uma maior presença de algumas mulheres dentro das universidades e também a chegada de novos métodos contraceptivos que tornam a opção da contracepção uma realidade.

Ironete é uma mulher com opiniões e uma postura progressista, no entanto, fica exposto que a mesma sofre com o comportamento do companheiro, que critica as suas atividades, sobretudo, a sua permanência no trabalho e a sua vontade de estudar. Não é difícil supor que o desejo desse marido era que ela ficasse em casa com o filho do casal, ocupando apenas as funções de mãe, esposa e dona-de-casa.

De um perfil distante do de Ironete, a operária Maria Josefa da Silva, de 40 anos, também se diz a favor do uso desse contraceptivo, apesar de ser de uma geração diferente. Ela afirma estar “[...] de acordo com a pílula. É melhor evitar filhos do que ficar por aí passando fome” (A mulher recifense..., 1975, p.10). Assim como as mulheres apresentadas por Fátima Quintas, Maria Josefa também aprova o uso da pílula quando relaciona o controle de sua reprodução a uma possibilidade de diminuir a miséria em que vive. Esse debate mostra como as classes sociais vivenciaram a chegada da pílula de forma distinta. Enquanto algumas mulheres de classe média e alta encontravam nela uma possibilidade de maior planejamento familiar e de liberdade para o sexo feminino, as mulheres mais pobres justificavam o seu uso visando um maior controle da natalidade para diminuir a fome e a pobreza.

Pensando nessa diferença é interessante observar que Michel Foucault, ao historicizar a sexualidade, aponta a existência de uma “sexualidade de classes” (FOUCAULT, 2017, p. 139). Conforme o filósofo,

[...] foi necessário o conflito no espaço urbano, conflitos econômicos, tecnologias para controlar a população. Ou seja, a sexualidade burguesa já era uma realidade enquanto a do proletariado se formou através de questões “alheias” a própria sexualidade. Ele – o proletário – estava longe de tomar consciência do seu corpo e o seu sexo” (FOUCAULT, 2017, p. 138).

Foucault (2017, p. 139) traz em sua análise que esse dispositivo possui particularidades que não permite que ele seja aplicado da mesma forma em grupos diferentes. Ele considera que

[...] deve-se dizer que existe uma sexualidade burguesa, que existem sexualidades de classe. Ou antes, que a sexualidade é originária e historicamente burguesa e que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classe específicos (FOUCAULT, 2017, p. 139).

A partir dessa compreensão sobre a sexualidade e do processo histórico da criação e popularização da pílula anticoncepcional, fica visível que mulheres de diferentes classes sociais, e no Brasil não se pode esquecer também do aspecto racial, fizeram uso da pílula anticoncepcional por motivos diversos e lidavam com a sua sexualidade a partir de processos distintos.

O contraceptivo oral como algo importante para o planejamento familiar também é aparece nos depoimentos das mulheres. Mariangela de Castro, universitária e trabalhadora de 27 anos, defende “[...] que a pílula deveria ser usada pelos dois. Não para diminuir a densidade demográfica, mas para um planejamento familiar” (A mulher recifense..., 1975, p.12). É uma opinião interessante se pensarmos como, nesse momento, o uso da pílula no Brasil estava constantemente sendo associado ao controle de natalidade e a uma imposição do seu uso por mulheres mais pobres, por intermédio de entidades de planejamento familiar. Além de que o peso da contracepção acompanha a vida da mulher sexualmente ativa, muitas vezes sendo o seu parceiro alheio a esse acontecimento.

A matéria traz ainda algumas opiniões contrárias a pílula e alguns depoimentos que fogem da questão central, mas não deixam de mostrar o conservadorismo ainda presente ao tratar desse assunto. Os principais pontos negativos levantados são os efeitos colaterais da pílula para a saúde feminina e a libertinagem causada pelo uso de contraceptivos. A dona de casa Maurinita Cavalcanti Barradas, de 52 anos, afirma que “A pílula faz mal ao organismo da mulher, há outras formas de evitar filhos” (A mulher recifense..., 1975, p.10).

Algumas mulheres não se posicionam diretamente sobre o assunto, mas isso não impede que seja possível compreender os conflitos que elas vivenciavam. Uma fala que se destaca nesse sentido é a de Maria Margarida Krause Gonçalves de Moura Cavalcanti, primeira dama do estado na época. Provavelmente por ser uma figura pública, ela se coloca como uma mulher conservadora, mas que está conectada com o que existe de moderno na ciência. Ela afirma ser

[...] uma pessoa de uma geração mais conservadora. Creio que é desejável manter-se pura. Isso é um símbolo, sabe? Sou pela conservação da pureza. No entanto, veja bem, o fato de ser virgem não faz ninguém mais puro e o fato de não ser, também não quer dizer uma perdição sem remédio. Eu digo que é desejável a pureza, é melhor ser pura. A pílula é uma conquista da ciência e seu uso envolve problemas até religiosos. Acho que é um assunto muito pessoal, mas ser simplesmente contra não me parece de bom senso (A mulher recifense..., 1975, p.11).

A resposta dada é elaborada para que a primeira dama não se coloque de forma clara e não se indisponha com nenhum grupo importante da sociedade pernambucana. Sabendo que a

temática da pílula envolve questões políticas, religiosas e sociais, o cuidado apresentado por ela é de se esperar e o caminho escolhido segue uma postura mais conservadora. Maria Margarida expõe uma opinião bastante comum com relação a questão da virgindade na época e mesmo buscando não julgar diretamente outras mulheres, ela deixa claro qual é a sua visão, que vai de acordo com o que era considerado moral naquele momento. No entanto, com relação a pílula anticoncepcional, a primeira dama revela que para ela “ser simplesmente contra não me parece de bom senso” (A mulher recifense..., 1975, p.11). É possível conjecturar que apesar de se considerar conservadora, Maria Margarida tem cuidado ao falar sobre a pílula. Um dos motivos pode ser em razão da aprovação, liberada pelo seu esposo Moura Cavalcanti, governador do estado de Pernambuco (1975-1979), do convênio com a BEMFAM, permitindo que essa entidade distribuísse a pílula anticoncepcional para as pernambucanas, fazendo uso da estrutura fornecida pelo estado (REGO, Luzanira, 1977, p. D-8).

Ainda apontando essas respostas evasivas, Dulce Chacon, 76 anos, se coloca como uma mulher cristã e isso revela bastante do seu comportamento enquanto mulher. Sobretudo, ao afirmar que “A pílula é um problema sociológico e eu não sou socióloga” (A mulher recifense..., 1975, p.11). Não é possível afirmar exatamente o que a mesma queria dizer com essa fala, no entanto, parece uma forma de não responder diretamente a questão, mas ressaltar que a mesma faz parte de algo maior, no caso as implicações do uso desse contraceptivo para além do seu uso individual.

Outras duas entrevistadas não falam sobre sua aprovação ou não da pílula anticoncepcional, mas trazem comentários que mostram como o assunto circulava entre as mulheres na capital. Maria Francisca da Silva, 24 anos e empregada doméstica, por ser uma mulher religiosa faz questão de defender o valor da virgindade, mas ao falar de filhos, após um possível casamento, ela afirma que “Com essa vida que a gente leva, tudo tão caro, eu posso querer muitos filhos? Se vierem, só vêm dois” (A mulher recifense..., 1975, p.12). Fica claro que ela demonstra um interesse em realizar um planejamento familiar, mesmo não entrando diretamente no assunto. Por fim, destaco Luiza Maria de Souza, mulher negra de 29 anos, que trabalha como prostituta, e que afirma que nunca tomou a pílula. Conforme a entrevista, ela comenta,

Nunca tomei pílula, também nunca tive filho nem mesmo sinal. Já ouvi falar nela, mas acho que a mulher deve ter um ou dois filhos, que é quem anima a casa. Minha alegria é a menina. Fora disso não satisfação nenhuma, não há homem que eu goste dele (A mulher recifense..., 1975, p.12).

Os discursos dessas recifenses, portanto, são um resultado do cruzamento dessas diferenças e sofrem como afirma Michel Foucault, com interdições que são passadas para os leitores dos periódicos e ajudam a construir o debate dentro da sociedade acerca do sexo e da contracepção. Conforme Foucault,

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala [...]. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e da política [...] (FOUCAULT, 1996, p. 9-10)

Apesar do tabu que envolve a temática da contracepção, é possível identificar, a partir desses depoimentos, o quanto a classe, a raça e a geração dessas mulheres interferem diretamente nas suas trajetórias e opiniões com relação ao contraceptivo em destaque. Mostrando a necessidade de se encarar esse debate e essas fontes a partir da interseccionalidade, cruzando esses marcadores e aprofundando as questões ao compreender que em cada caso algum aspecto acaba pesando mais ou menos, dependendo da situação em que a mulher se encontra.

3.3 - “Médicos e religiosos discutem o controle da natalidade”: os discursos masculinos dentro dos jornais

Por meio de uma análise geral dos jornais selecionados observa-se que dois grupos se destacam quando o assunto é contracepção: a comunidade médica e religiosa. Não é de se surpreender que as mulheres não estão presentes na construção desses discursos predominantes. São os homens que ocupam esse espaço e apontam os caminhos seja para uma contracepção segura ou para assinalar os pecados atrelados ao uso de anticoncepcionais. Ao possibilitar uma presença cotidiana de médicos e religiosos tratando sobre este assunto, os jornais demonstram a importância das falas desses sujeitos para a sociedade e também solidificam as opiniões e informações apresentadas por eles.

Tabela nº 7 – A Igreja Católica e a comunidade médica sobre os anticoncepcionais (1970-1979)

TÍTULO	ASSUNTO	JORNAL	DATA	ANO/Nº
Mulher em Roma abortou 15 filhos de uma só vez depois de tomar anticoncepcional	Supostos efeitos colaterais da pílula	<i>Diário da Manhã</i>	26 de julho de 1971	XLIV/6873
Anticoncepcionais são prejudiciais à saúde	Comunidade médica sobre a pílula	<i>Diário de Pernambuco</i>	16 de janeiro de 1972	147/13

Anticoncepcional está deformando as crianças	Supostos efeitos colaterais da pílula	<i>Diário de Pernambuco</i>	12 de março de 1972	147/59
Os Católicos e a pílula	Igreja Católica e Anticoncepcionais	<i>Diário da Manhã</i>	15 de abril de 1972	XLV/1330
Médico adverte contra uso indiscriminado de novos anticoncepcionais	Comunidade médica sobre a pílula	<i>Diário de Pernambuco</i>	3 de outubro de 1974	149/265
Entidades contribuem para planejamento familiar, embora a Igreja não concorde	Igreja Católica e Anticoncepcionais	<i>Diário de Pernambuco</i>	7 de junho de 1976	151/152
Especialista refuta efeitos colaterais de anticonceptivos	Comunidade médica sobre a pílula	<i>Diário de Pernambuco</i>	26 de setembro de 1976	151/260
Padre Melo: críticas e dúvidas sobre a BEMFAM	Igreja Católica e Anticoncepcionais	<i>Diário de Pernambuco</i>	1 de junho de 1977	152/146
Médico condena governo por distribuir pílulas	Comunidade médica sobre a pílula	<i>Diário de Pernambuco</i>	28 de julho de 1978	153/203
Médicos e religiosos discutem o controle da natalidade	Igreja Católica e Comunidade Médica sobre Anticoncepcionais	<i>Diário de Pernambuco</i>	21 de setembro de 1979	154/256

A presença de religiosos nos jornais se encontra, principalmente, nas opiniões contrárias ao uso da pílula anticoncepcional, entre outros contraceptivos, seguindo diretamente a postura adotada pelo Vaticano e sua encíclica *Humanae Vitae*. Já a comunidade médica traz um discurso menos homogêneo ao surgir com posicionamentos divergentes sobre o assunto durante toda a década estudada. Profissionais, contrários e favoráveis a pílula, dividiam as páginas do *Diário da Manhã* e do *Diário de Pernambuco*, mostrando discordâncias com bases científicas e de costumes. Para os especialistas na área da saúde os temas normalmente giravam em torno dos efeitos colaterais da pílula, sua eficácia, novas pesquisas para a criação de outros métodos, entre outras questões.

É possível afirmar que o posicionamento principal da Igreja Católica era pela proibição do uso de qualquer método contraceptivo artificial, sendo permitida apenas a abstinência sexual. Como foi apontado no primeiro capítulo, a segunda metade do século XX, trouxe muitas mudanças para a sociedade brasileira no que diz respeito à composição das famílias e das relações de gênero. O historiador Aujôr de Souza Júnior (2006, p. 71) aponta que a Igreja acompanhou esse processo e buscou trabalhar diretamente nos assuntos relacionados ao debate da sexualidade. Dessa forma, membros da Igreja falam acerca do tema nos jornais de todo o

país e, em Pernambuco, isso não foi diferente, como mostram as edições dos periódicos selecionados.

Historicamente sabe-se que a Igreja Católica aborda as questões da sexualidade humana, especialmente, a sexualidade feminina, de forma conservadora. Não surpreende, portanto, a sua participação nas discussões que permearam o uso da pílula anticoncepcional desde a década de 1960. O discurso religioso, nas fontes analisadas, é voltado para uma manutenção do que deveria ser a mulher e o homem na sociedade ocidental: criados para o matrimônio e para a procriação, sendo essa cobrança direcionada principalmente para a mulher. Esse posicionamento se fortalece, com a publicação da Encíclica *Humanae Vitae*, em 1968, que versa sobre assuntos relativos à vida sexual dos casais católicos e sobre controle de natalidade. Nesse documento fica estabelecido a postura contrária da Igreja Católica à contracepção realizada por meio de métodos considerados artificiais. Aponta ainda as possíveis consequências negativas dessa utilização para a relação dos casais. Conforme a Carta Encíclica,

Considerem, antes de mais, o caminho amplo e fácil que tais métodos abririam à infidelidade conjugal e à degradação da moralidade. Não é preciso ter muita experiência para conhecer a fraqueza humana e para compreender que os homens - os jovens especialmente, tão vulneráveis neste ponto - precisam de estímulo para serem fiéis à lei moral e não se lhes deve proporcionar qualquer meio fácil para eles eludirem a sua observância. É ainda de recear que o homem, habituando-se ao uso das práticas anticoncepcionais, acabe por perder o respeito pela mulher e, sem se preocupar mais com o equilíbrio físico e psicológico dela, chegue a considerá-la como simples instrumento de prazer egoísta e não mais como a sua companheira, respeitada e amada³⁹.

Em razão do momento de publicação desse documento, o novo papel da mulher também é salientado e o lugar ocupado pelas autoridades governamentais ao permitir a comercialização de contraceptivos, além de incentivar o seu uso por possíveis interesses que, segundo a Igreja, trariam malefícios para as famílias, sendo o uso de algum método algo considerado pela encíclica apenas de responsabilidade do casal. Conforme Souza Júnior (2006, p. 71),

Desta maneira, em relação ao controle da fecundidade, a *Humanae Vitae* aceitou a contracepção somente em casos onde houvesse a real necessidade em limitar o número de filhos, somente utilizando os métodos estabelecidos pela Igreja Católica, ou seja, os métodos naturais (método do ritmo ou tabelinha). Os métodos artificiais foram contestados, pois seria caminho “amplo e fácil (...) à infidelidade conjugal e à degradação da “moralidade”, segundo Magistério.

³⁹ Trecho da Carta Encíclica do Papa Paulo VI. Documento completo em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html. Acesso em: 29 de jan. de 2022 às 10:15.

O momento de publicação dessa encíclica é o mesmo de popularização da pílula anticoncepcional em vários países, o que justifica a sua presença constante na mídia local. Ainda segundo esse historiador,

A encíclica *Humanae Vitae* sobre moral no casamento, veio a público num momento de expectativa em relação à posição da Igreja Católica sobre a pílula anticoncepcional. Como solução para o problema da explosão demográfica, este documento ordenava o progresso econômico e social, bem como a justiça social, promovendo a elevação do nível de vida da população. Assim, seriam evitados os desastres previstos pela ameaça de bomba demográfica (SOUZA JÚNIOR, 2006, p. 66).

Sendo a posição da Igreja a valorização da relação entre o amor conjugal e a procriação, não é difícil entender a perseguição pela instituição ao uso da pílula e de outros métodos, já que estes possibilitam uma quebra entre o ato sexual e a fecundação. Souza Júnior (2006, p. 89) destaca que essa proibição é mais uma forma encontrada pela Igreja de controlar os corpos femininos e a sexualidade no geral. Por isso, que ao pensar a questão da contracepção historicamente é impossível não identificar a relevância do papel da Igreja e o seu impacto nessas discussões. Todavia, Joana Maria Pedro chama atenção para o fato de que cada geração de mulheres recebe os posicionamentos da Igreja de uma forma diferente. Ela afirma, que as mulheres dependendo das suas idades lidavam de formas diferenciadas com as proibições aos métodos contraceptivos. A geração das décadas de 1920 e 1930 sofreu com uma maior influência desse discurso do que a chamada “geração pílula” (PEDRO, Joana Maria, 2003, p. 239). Conforme a autora, foi

[...] importante a posição da Igreja Católica para uma geração anterior àquela do surgimento dos novos contraceptivos hormonais, e como as mulheres da “geração pílula” resolveram os impasses que tanto afligia a geração de suas mães e avós (PEDRO, Joana Maria, 2003, p. 240)

Dentro das edições dos jornais *Diário da Manhã* e *Diário de Pernambuco* é possível perceber esse posicionamento oficial da Igreja Católica e afirmar que o mesmo chegou à população pernambucana, o que possivelmente afetou a relação das mulheres com os contraceptivos hormonais. São frequentes as matérias que recebem visibilidade informando sobre a reprovação da pílula anticoncepcional e outros métodos.

Em 7 de junho de 1976, o *Diário de Pernambuco* apresenta uma reportagem intitulada “Entidades contribuem para planejamento familiar, embora a Igreja não concorde”. O texto traz informações sobre a atuação da BEMFAM em Pernambuco destacando a oposição da Igreja a atuação dessa entidade. Percebe-se ainda que a atuação da BEMFAM não recebia desaprovação apenas por divulgar métodos contraceptivos proibidos pela Igreja, mas também pela forma como isso ocorria (Entidades contribuem para planejamento..., 1976, p. 6). A Igreja enxerga a

atuação da BEMFAM como problemática, principalmente, com relação ao verdadeiro interesse da entidade ao controlar a reprodução das mulheres pobres que eram atendidas em suas clínicas.

Uma entrevista realizada pelo *Diário de Pernambuco*, em 1 de junho de 1977, apresenta bem essa dinâmica. Em sua seção Regional o periódico traz uma entrevista com um membro da Igreja Católica, conhecido como Padre Antônio Melo Costa. Ele atuava em uma cidade do interior do estado de Pernambuco, denominada Amaraji, que fica a 96 km da capital na Zona da Mata Sul. Ao se posicionar sobre a atuação da BEMFAM o Padre mostra que em alguns momentos a crítica da Igreja, além da proibição dos contraceptivos, também era direcionada para a forma como a entidade trabalhava.

De acordo com o texto o Padre Melo afirma:

Eu não defendo a Bemfam porque tenho medo de estar fazendo o jogo do charlatanismo a serviço da burguesia internacional. Eu não ataco a Bemfam porque tenho receio de estar fazendo o jogo da burguesia nacional, que quer mão-de-obra barata e abundante, e que, no fundo, não deseja que os pobres tenham condições de limitar filhos como os ricos. Diante da Bemfam, não sou contra nem a favor, muito antes pelo contrário (Padre Melo..., 1977, p. E-5).

Por meio desse comentário o clérigo demonstra conhecimento sobre os diversos aspectos que permeiam a temática da contracepção e como o controle da reprodução feminina interessa a diversos grupos. Por isso ele compreende que a atuação da BEMFAM pode estar relacionada a alguma questão específica, o que ele não aprova. Padre Melo aponta também como, até para um representante da Igreja Católica, o tema pode se mostrar complexo, ao falar que

Se eles limitam por egoísmo estão cometendo um pecado, se eles limitam por necessidade até estão cumprindo o dever de serem racionais. Porém, se desta limitação eles usam métodos que põem em grave risco a saúde dos cônjuges estão cometendo suicídio. Se estão colocando em perigo uma vida de uma criança, uma vida já gerada, estão cometendo homicídio. Fora do suicídio ou do homicídio, nenhuma opinião a Igreja pode dar, porque foge à sua responsabilidade de orientação (Padre Melo..., 1977, p. E-5).

A entrevista revela que o Padre acusa a entidade de prestar atendimentos sem cumprir com o que ele chama de “requisitos científicos necessários” (Padre Melo..., 1977, p. E-5). Abrindo espaço para o jornal apresentar algumas informações sobre como a distribuição de pílulas anticoncepcionais ocorriam na cidade de Amaraji.

O jornal traz o médico Wilson Coelho, que por trabalhar na cidade, se diz preocupado com as implicações do uso do contraceptivo sem maiores cuidados e exames médicos,

afirmando que além dos efeitos colaterais da pílula, é preciso pensar nos aspectos psicológicos do uso desse método pelos cidadãos amarijenses (Padre Melo..., 1977, p. E-5). Com essas denúncias o texto exhibe ainda a informação de que a distribuição das pílulas acontecia em Amaraji, a partir de duas professoras, sendo uma delas Zilda França da Silva, que diz acreditar na importância do seu trabalho (Padre Melo..., 1977, p. E-5). Quando questionada sobre os requisitos necessários para começar a usar o contraceptivo, elas alegam que

[...] não têm condições de realizar nenhum tipo de exame. Entretanto, afirmam, sempre perguntamos se as clientes têm varizes, pressão alta, tumores mamários ou estão anêmicas. Em caso positivo, são encaminhadas ao médico, pois não damos anticoncepcionais a quem apresentar qualquer problema orgânico (Padre Melo..., 1977, p. E-5).

Essas entrevistas com o religioso, o médico e as representantes da entidade de planejamento familiar mostram a complexidade da distribuição e do uso da pílula anticoncepcional, quando não existe um trabalho aprofundado acerca da realidade local e uma preocupação real com a saúde das mulheres. A BEMFAM, ao iniciar seu trabalho na cidade apontada, apenas entrega na mão de mulheres desinformadas um contraceptivo, muitas vezes desconhecido, e que pode trazer sérios danos às suas vidas. Sabemos que mulheres estiveram prisioneiras de remédios e outras substâncias que não fazem bem para a sua saúde, mas que evitam gestações indesejadas. Os efeitos colaterais da pílula trazem problemas que colocam em risco a vida das mulheres, no entanto, a maneira como a BEMFAM atuou no estado demonstra que isso parece ser algo menor se comparado a necessidade urgente de controle da população.

É possível afirmar, a partir disso, que a comunidade religiosa estava informada sobre essa situação tal qual a comunidade médica. Por intermédio dessa matéria, se observa não só a importância dada a opinião de um clérigo sobre o assunto, pois ele é entrevistado para comunicar a sua desaprovação da maneira como a pílula estava sendo distribuída na sua cidade, mas também traz informações com relatos de como esse processo se dava no estado. Ao admitir uma distribuição sem maiores critérios, as representantes da BEMFAM mostram que as mulheres pernambucanas tinham acesso a contraceptivos hormonais sem maiores informações e cuidados.

O *Diário da Manhã* também traz esse debate e apresenta logo no início da década de 1970 uma matéria intitulada “Os católicos e a pílula” em sua seção denominada “Vida Católica”. O texto apresenta a discussão direcionada para a comunidade católica, analisando a

importância do amor e da procriação como algo fundamental para o casal. Recebe destaque o conceito de uma procriação “responsável” e o uso de métodos naturais. A coluna afirma, que

Aos fiéis, o Papa recorda que meios naturais (o autodomínio, a criação de um clima favorável à castidade, o próprio aprimoramento de método) e sobrenaturais (a oração e vida sacramental), poderão ser de grande valia (Os católicos e a pílula, 1972, p. 5).

É interessante observar que nesse texto se apresenta o que um verdadeiro católico deve refletir sobre essas questões, trazendo informações sobre a postura oficial da Igreja acerca do tema e o que se encontra na encíclica *Humanae Vitae*, citada anteriormente. É reiterado ainda que

[...] para os católicos, em vigor, o que está publicado no resumo feito pelo SEDOC (Serviço de Documentação), ou seja, “a formal condenação de qualquer método ARTIFICIAL na regulação da natalidade. Explicitamente o Papa exclui: o aborto direto sob qualquer forma, por qualquer método, sob qualquer pretexto; a esterilização direta definitiva ou temporária, no homem ou na mulher; ações que impossibilitem a procriação, sejam elas realizadas antes (e em previsão) do ato conjugal, durante êle ou depois dele quando êle ainda produz seus efeitos (Os católicos e a pílula, 1972, p. 5).

Além de mostrar que para católicos resta seguir as regras estabelecidas e enfrentar ao mesmo tempo o dilema que vem da relação sexo-procriação, o texto afirma que o Papa espera pelo avanço nos estudos do método natural permitido, para que essa situação melhore, ou seja, fica exposto que a aprovação aos métodos contraceptivos artificiais não seria uma possibilidade (Os católicos e a pílula, 1972, p. 5). É possível afirmar, que uma matéria como essa é esperada por uma parcela considerável da sociedade pernambucana, pois de acordo com os dados do IBGE de 1970, os recifenses eram em sua maioria católicos⁴⁰, por isso a importância desse discurso e de textos como esse para a comunidade local.

O discurso médico também ocupa as páginas dos jornais, durante a década de 1970. Assim como os membros da Igreja Católica, os médicos são considerados autoridades, nesse caso ao comentar os aspectos científicos das pílulas, mas também com relação a moral e aos costumes. Eles não só são importantes como profissionais de sua área, mas também representam um grupo bem conceituado pela sociedade e suas opiniões são consideradas como referência.

⁴⁰ Em 1970 foram entrevistados pelo IBGE 5.160,625 pessoas no estado de Pernambuco. Entre elas 2.489,651 homens (sendo 2.339,597 deles católicos) e 2.670,974 mulheres (sendo 2.502,416 delas católicas). Em Recife o total é de entrevistados é de 1.729,126 milhão, sendo 725,306 (Homens Católicos) e 807,113 (Mulheres Católicas) (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico Pernambuco. 1970. (VII Recenseamento Geral, Volume I, p. 10).

É possível afirmar que esse grupo desempenha um papel importante ao informar as mulheres recifenses, e também aos homens, as vantagens e desvantagens da pílula anticoncepcional.

Como a década de 1970 é marcada pelo avanço de estudos sobre esse contraceptivo, diariamente novas informações chegam aos periódicos e são debatidas por profissionais da saúde, que apresentavam discursos diferentes, não existindo um consenso sobre a questão. Conforme a historiadora Cristiane Vanessa da Silva (2017, p. 108),

Os atores que detinham o conhecimento técnico e científico sobre as pílulas eram os médicos, sobretudo os ginecologistas, e os farmacêuticos. Enquanto os ginecologistas monopolizavam a autoridade clínica, vinculando o uso da tecnologia à prescrição e ao acompanhamento médico, os farmacêuticos mediavam a comercialização, ambos exercendo a vigilância moral e articulando novas associações com o universo feminino.

A importância da posição dos médicos dentro desse assunto é analisada por essa historiadora que aponta, a partir das suas entrevistas, que o médico era uma figura central dentro dessa dinâmica mulher-contracepção. No entanto, sabe-se que isso depende da classe social da mulher, já que mulheres pobres não tinham fácil acesso aos tratamentos de saúde. Para as que podiam obter esse tipo de informação, o processo era diretamente relacionado a chegada do casamento. O noivado era um momento, segundo Cristiane Silva, em que essas mulheres recebiam informações de seus ginecologistas e uma “autorização” para iniciarem o uso da pílula (SILVA, Cristiane Vanessa, 2017, p. 109-110) mostrando que mulheres solteiras poderiam enfrentar obstáculos na tentativa de obter uma receita para compra de um anticoncepcional.

Uma das principais preocupações desses profissionais era relacionada aos efeitos colaterais da pílula e, por isso, esse assunto ocupa uma forte presença dentro dos periódicos analisados. Ainda conforme Cristiane Vanessa Silva (2017, p. 113), esse era um fator importante para a não indicação do uso da pílula por alguns médicos, mas não era o único motivo. É possível afirmar que médicos católicos e conservadores também não aprovavam o contraceptivo ao pensar na manutenção da tradição e o receio das consequências da liberdade sexual feminina. Segundo essa autora,

Nos anos de 1960, o posicionamento médico em relação às prescrições de pílulas para mulheres solteiras perpassava pelas complexas discussões acerca da moralidade feminina. Enquanto médicos “mente abertas” prescreviam pílulas, outros mais tradicionais achavam que a pílula era uma semente nefasta à moralidade das mulheres (SILVA, Cristiane Vanessa, 2017, p. 115).

Como foi apontado anteriormente, muitas mulheres recebiam a pílula anticoncepcional com o auxílio das entidades de planejamento familiar que estavam presentes no país. Entretanto, isso não diminui a centralidade dos profissionais de medicina dentro desse processo, já que

vários deles atuavam dentro dessas entidades e defendiam o seu trabalho nos jornais locais. Mesmo com a forte atuação dessas instituições, os consultórios médicos e a relação de confiança que a mulher depositava na figura de autoridade em questão, também marcam esse processo e se tornam fatores importantes para a discussão. Para Francine Cavalieri (2017, p. 34),

A prescrição da pílula anticoncepcional pode ser compreendida como uma forma de medicalização do corpo feminino, na medida que os discursos e repertórios construídos sobre o medicamento se configuram como forma de saber e controle sobre a reprodução e o corpo das mulheres.

A valorização dos discursos religioso e médico pelos jornais selecionados é frequente. Membros da Igreja e profissionais de medicina são convidados com assiduidade para debater o assunto e assumir dessa forma um protagonismo nessa discussão, sendo as mulheres deixadas de lado na maior parte das edições. Esse destaque fica exposto em uma matéria que traz como título “Médicos e religiosos discutem o controle da natalidade”.

Figura n.º 6



Fonte: Diário de Pernambuco, Recife, 21 de setembro de 1979.

Fernanda D’Oliveira, autora do texto, apresenta o debate entre a comunidade médica sobre o trabalho da BEMFAM em Pernambuco. Conforme os dados apresentados, a entidade atuava em todos os municípios do Estado, fazendo um trabalho educativo em defesa do planejamento familiar (D’OLIVEIRA, 1979, p. 1). Esse trabalho foi questionado por diversos setores da sociedade. No Estado, de acordo com os dados fornecidos pela instituição, a BEMFAM contava com oito supervisores médicos regionais, 141 médicos ligados ao programa e 60 médicos voluntários. Além das 504 voluntárias que atuavam na distribuição dos

medicamentos para mais de 200 mil mulheres inscritas no programa (D'OLIVEIRA, 1979, p. 1).

De acordo com a coordenadora da BEMFAM-PE, a médica Maria Vilma de Oliveira, entrevistada para a reportagem, a atividade do grupo era bem recebida pela comunidade local e pelos políticos, mas não pela Igreja Católica. A matéria também traz a opinião do Conselho Regional de Medicina sobre a atuação da entidade. Em razão da afinidade da BEMFAM com possíveis interesses internacionais, o presidente do conselho afirma ter dúvidas sobre os seus trabalhos. Essa entrevista ajuda a entender como era popular o conflito entre os que eram a favor do controle populacional e os que eram contra, por receio dos objetivos suspeitos da entidade (D'OLIVEIRA, 1979, p.1).

A segurança da pílula não era uma problemática apenas local, mas também internacional, com diversas reportagens publicadas trazendo esse debate pelo mundo. Como a comercialização da pílula no Brasil iniciou-se apenas em 1962, pode-se afirmar que o assunto era recente e os jornais buscavam esclarecer dúvidas acerca desse método, com matérias de caráter informativo. Apesar disso, os periódicos analisados não podem ser considerados, na época selecionada, progressistas e, por isso, a presença constante de especialistas e membros da Igreja Católica ressaltando os aspectos negativos dos novos métodos contraceptivos, sobretudo, a pílula. Além disso, informações sobre dificuldades para engravidar após o uso do anticoncepcional eram frequentes (Mulher em Roma abortou..., 1971, p. 1) e a possibilidade de bebês deformados, um dos mitos divulgados na época, também surge entre as matérias (VALDIRA, 1972, p. 10).

É importante ressaltar, que as pesquisas científicas noticiadas eram bastante contraditórias e chegavam a conclusões diferentes. Provavelmente, isso ocorria por ser um momento de modificações nas fórmulas das pílulas e também devido aos conflitos entre os estudos que comprovavam os aspectos negativos de seu uso e os discursos de profissionais a favor da pílula, seja em razão de interesses mercadológicos ou relacionados ao objetivo de controle da natalidade no território brasileiro.

Uma matéria intitulada “Anticoncepcionais são prejudiciais à saúde”, de 16 de janeiro de 1972, publicada pelo *Diário de Pernambuco*, traz os comentários do médico Gérson

Rodrigues do Lago, na época Presidente da Associação Médica do estado da Guanabara⁴¹. Suas opiniões são contrárias ao uso da pílula e ele chama atenção para os efeitos silenciosos desse medicamento, mostrando que a pílula anticoncepcional trazia modificações para a vida e para a saúde das mulheres que nem sempre ficavam expostas (Anticoncepcionais são prejudiciais..., 1972, p. 5). Ele afirma que

É inadmissível que, ainda hoje, médicos especialistas em ginecologia, obstetrícia e endocrinologia possam ter dúvidas se as pílulas anticoncepcionais são ou não nocivas às mulheres. Ainda é comum ouvir-se de um colega a pergunta: é a favor ou contra as pílulas? Como se isto pertencesse a conceitos filosóficos. Não cabe dúvidas quanto à nocividade dos anovulatórios (Anticoncepcionais são prejudiciais..., 1972, p. 5).

Nesse mesmo texto o médico faz uma crítica aos pedidos realizados ao Papa Paulo VI para liberação da pílula. Pois além do prejuízo a saúde da mulher, ele aponta que essa discussão deve ficar restrita aos médicos, sobretudo, os que estudam essa temática (Anticoncepcionais são prejudiciais..., 1972, p. 5).

Em 3 de outubro de 1974, o *Diário de Pernambuco* apresenta o Professor Luís Ferreira dos Santos, médico e docente da Universidade Federal de Pernambuco, para falar sobre os males da pílula para as mulheres. Ele comenta acerca da dosagem e sobre a qualidade dos novos anticoncepcionais que estavam surgindo (Médico adverte contra o uso..., 1974, p. 2). Observa-se, ao longo da década, uma forte presença dos profissionais se posicionando de forma contrária ao medicamento. A preocupação com os costumes da sociedade local também se torna frequente. O que demonstra os receios conservadores até mesmo dos médicos e o próprio interesse do jornal em manter o discurso progressista mais afastado das suas edições.

Ao longo da década analisada também surgem matérias favoráveis ao contraceptivo e profissionais que buscam defender o seu uso e a sua segurança. Em 26 de setembro de 1976, o *Diário de Pernambuco* apresenta a opinião do médico Jaime de Queiroz Lima, presidente na época da Sociedade Brasileira de Cancerologia, que defende que não há relação entre a pílula e o câncer se houver uma utilização responsável do contraceptivo com autorização médica. Essa era uma associação presente nas críticas ao contraceptivo. Queiroz Lima busca salientar em sua fala que mulheres que apresentam algumas condições, como idade avançada, diabetes, doenças cardiovasculares, entre outras, devem ficar longe da pílula (Especialista refuta efeitos..., 1976, p. A-3). Ele defende fortemente o cuidado na prescrição do medicamento e afirma que em

⁴¹ O estado da Guanabara existiu até 1975 e ficava localizado no território hoje ocupado pela cidade do Rio de Janeiro.

Pernambuco a lei que proíbe a venda da pílula sem receita médica segue sendo cumprida (Especialista refuta efeitos..., 1976, p. A-3).

A comunidade médica também se posicionou em alguns momentos com relação a distribuição de pílulas anticoncepcionais para mulheres por intermédio da atuação do governo com as entidades de planejamento familiar. Em matéria de 28 de julho de 1978, o *Diário de Pernambuco*, traz essa discussão. O texto afirma,

A distribuição indiscriminada de pílulas anticoncepcionais nas camadas populacionais mais pobres desta cidade, sem qualquer orientação médica, foi condenada pelo médico João Miranda, que também postula uma vaga na Assembléia Legislativa do Estado. Ele alertou as autoridades para o perigo que está sendo exposta toda a população feminina, em idade fértil, do município e de todo o Estado, onde está implantado o programa de controle da natalidade, “disfarçada sob o eufemismo de Planejamento Familiar” (Médico condena governo..., 1978, p. E-5).

Informações sobre a distribuição de pílulas anticoncepcionais na cidade de Caruaru, localizada em Pernambuco a 130 km da capital, recebem destaque:

No ano passado em Caruaru, de acordo com fontes da secretaria de Saúde do município, cerca de 8.796 mulheres recebiam mensalmente cartelas de pílulas com 21 drágeas, através de 16 postos de saúde, instalados nos bairros mais pobres e nos distritos. Ainda segundo o departamento de Saúde, durante o ano de 77, um total de 96.756 cartelas foram distribuídas (Médico condena governo..., 1978, p. E-5).

O médico demonstra sua preocupação com o acesso indiscriminado dessas mulheres a pílula anticoncepcional, deixando de lado os efeitos colaterais que podem prejudicá-las. Ele ainda faz críticas ao governo, que na sua opinião, faz uso da distribuição de contraceptivos como se isso fosse resolver problemas sociais mais graves enfrentados pela população.

Desse modo, discussões sobre os efeitos colaterais do uso da pílula também são frequentes nas edições e mostram que é possível, como no caso do *Diário de Pernambuco*, o jornal ter visões distintas sobre a mesma questão, dependendo do entrevistado ou do espaço em que a matéria ou notícia se localiza dentro do periódico. É relevante observar que os títulos de algumas matérias trazem os termos ‘especialistas’, ‘cientistas’, ‘médicos’, em destaque. O que pode ser interpretado como uma forma do jornal legitimar o discurso apresentado no texto, com um profissional considerado referência no assunto. Dessa forma, de acordo com Foucault,

[...] dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mas precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala. (FOUCAULT, 1996, p. 11).

Percebe-se que a contracepção como tema não está à disposição, dentro do jornal, para todos os grupos da sociedade. Algumas falas são consideradas mais importantes e outras

silenciadas, chegando aos leitores o que é interessante aos grupos representados pelos jornais, que buscam atender os desejos das classes dominantes locais.

3.4 - A pílula no espaço do Diário Feminino: vozes femininas do Diário de Pernambuco

Como foi mostrado no primeiro capítulo, o Diário Feminino era uma coluna do *Diário de Pernambuco* que durante a década estudada, foi coordenada pelas jornalistas Tereza Halliday e Zenaide Barbosa. Sendo um espaço de discussões direcionado para mulheres mais jovens, a coluna apresenta diversas temáticas que perpassam as vidas das recifenses, recebendo maior atenção o mercado de trabalho, a moda, os relacionamentos e também a discussão da contraceção, com um lugar para a pílula anticoncepcional.

A jornalista e professora Tereza Halliday, foi a responsável pela sua publicação durante a década de 1960, até que em junho de 1971 ela passa essa função para a também jornalista Zenaide Barbosa. As publicações do Diário Feminino possuem, durante o período de Halliday, uma maior presença de discussões sobre sexualidade e contraceção com análises que podem ser consideradas mais modernas do que a de Barbosa. Apesar de ter ficado apenas dois anos como a representante feminina do periódico durante a década estudada, essa primeira coordenadora traz textos importantes para informar as recifenses acerca da pílula anticoncepcional e os principais debates que permeavam essa questão.

Tabela nº 8 – A contraceção no Diário Feminino (1970-1979)

TÍTULO	ASSUNTO	JORNAL	DATA	Ano/Nº
A pílula causa danos ao fígado	Diário Feminino	<i>Diário de Pernambuco</i>	22 de janeiro de 1970	145/19
A pílula em julgamento	Diário Feminino	<i>Diário de Pernambuco</i>	5 de fevereiro de 1970	145/31
Sexo na década de 1960	Diário Feminino	<i>Diário de Pernambuco</i>	18 de março de 1970	145/64
Contra um anticoncepcional temerário e criminoso	Diário Feminino	<i>Diário de Pernambuco</i>	6 de março de 1971	146/53
Os exageros das mulheres	Diário Feminino	<i>Diário de Pernambuco</i>	26 de janeiro de 1972	147/21
Revolução sexual na Suécia?	Diário Feminino	<i>Diário de Pernambuco</i>	10 de fevereiro de 1973	148/39
Os perigos da pílula	Diário Feminino	<i>Diário de Pernambuco</i>	3 de outubro de 1975	150/266
Pílulas: tumores sim, mas todos benignos	Diário Feminino	<i>Diário de Pernambuco</i>	8 de julho de 1977	152/182
A pílula conduz adolescentes ao homossexualismo	Diário Feminino	<i>Diário de Pernambuco</i>	22 de novembro de 1977	153/316

Mulheres estão preferindo o DIU como anticoncepcional	Diário Feminino	<i>Diário de Pernambuco</i>	23 de julho de 1978	153/198
Mulheres tomam a pílula mas temem consequências	Diário Feminino	<i>Diário de Pernambuco</i>	21 de maio de 1979	154/135

Matérias como “A pílula causa danos ao Fígado” (HALLIDAY, Tereza, 1970a, Segundo Caderno, p. 3) e “A pílula em julgamento” (HALLIDAY, Tereza, 1970b, Segundo Caderno, p. 3), ambas de 1970, expõe como a temática da saúde da mulher recebia atenção. A primeira traz informações sobre os efeitos colaterais da pílula, ou seja, dando destaque ao seu lado negativo. Entretanto, assim como em outras edições, Halliday faz questão de ressaltar os benefícios desse contraceptivo, além das suas preocupações com relação ao uso da pílula.

Na segunda matéria citada, ela aponta a pluralidade de estudos e informações sobre esse método contraceptivo, mostrando as muitas informações sobre os efeitos das pílulas que estavam circulando na época (HALLIDAY, 1970b, Segundo Caderno, p. 3). Com o auxílio dos jornais é possível compreender que a década de 1970 foi um momento de ampliação e de novas pesquisas sobre a pílula. Sobre esse cenário, Paul Preciado destaca que após a sua criação novos estudos mostraram a falta de segurança provocada por essa tecnologia e que isso não interferiu na sua popularidade. Conforme o autor,

Gradualmente, será revelado que os estrogênios e progesterona administrados em altas doses durante esse período são tóxicos e cancerígenos, culpados por várias alterações cardiovasculares, embora essas descobertas nada façam para diminuir o consumo da pílula (na realidade, seu consumo aumenta exponencialmente no começo da década de 1970) ou para a alterar as recomendações da Organização Mundial da Saúde (PRECIADO, 2018, p. 232).

Mesmo apontando as suas preocupações, Halliday não deixou de observar à importância desses métodos para as mulheres. Aspecto normalmente deixado de lado nas matérias do jornal. Em seus textos, ela apresentou pesquisas científicas da época e se posicionou a favor de uma contracepção responsável como uma forma de não se chegar ao aborto (HALLIDAY, Tereza, 1971a, Segundo Caderno, p. 3).

Em março de 1970, a jornalista traz o texto “Sexo na década de 1960” (HALLIDAY, Tereza, 1970c, Segundo Caderno, p. 3). Conforme a autora, “A presença constante de elementos sexuais de modo aberto ou disfarçado na vida cotidiana, acentuou-se na década de sessenta e vai se intensificando nesta nova década” (HALLIDAY, Tereza, 1970c, Segundo Caderno, p. 3). Ela aponta com isso o processo de discussão a respeito da sexualidade que toma o ocidente durante a década de 1960, como foi analisado anteriormente, e segue durante a

década de 1970, processo que atinge as mulheres recifenses e os seus comportamentos. De acordo com a jornalista,

Nunca se falou tanto em tabus e quebra deles, em pílula anticoncepcionais, inseminação artificial, virgindade sim ou não, casamento, divórcio, felicidade ou insatisfação sexual. Foi como se tivessem tirado o assunto sexo de um esconderijo coberto por sete capas bolorentas, para jogá-lo à luz de refletores demasiado penetrantes, deixando todo mundo suado com a intensidade da luz e do calor (HALLIDAY, Tereza, 1970c, Segundo Caderno, p. 3).

Apesar desses assuntos estarem presentes nas discussões entre os recifenses, os debates nem sempre eram de viés progressistas. Como no caso da pílula, por exemplo, textos apresentados pelos jornais trazem posturas que buscam tratar do assunto como algo voltado para o controle de natalidade, como se não estivesse diretamente atrelado a forma como as mulheres vivenciam a sua sexualidade, como se observou no tópico anterior.

Com a chegada de Zenaide Barbosa como coordenadora da coluna a temática da contraceção continuou recebendo atenção, a partir de matérias sobre os novos métodos, efeitos colaterais, entre outros impactos na vida das mulheres. Mesmo apresentando uma conduta mais conservadora, essa jornalista assina uma das poucas matérias com posicionamento sobre o uso de anticoncepcionais que traz questionamentos sobre o papel da mulher como a única responsável pela contraceção. Ela ressalta o sofrimento que surge em razão dessa responsabilidade e defende uma mudança de comportamento no texto “Revolução Sexual na Suécia?” (BARBOSA, Zenaide, 1973, p. 11). Os periódicos trazem com certa frequência matérias sobre vasectomia, pílulas masculinas, além de comentários sobre paternidade responsável, contudo são poucos os textos que buscam levantar esse assunto de forma mais séria o que torna possível afirmar que a discussão da contraceção é direcionada para mulher e busca cobrar apenas dela os cuidados relacionados aos métodos escolhidos.

Em matéria de outubro de 1975, as consequências do uso da pílula anticoncepcional pelas mulheres continua sendo um importante debate. O texto destaca a falta de segurança e aponta que “as mulheres que utilizam anticoncepcionais, portanto, precisam tomar consciência desses riscos, naturalmente para se precaverem. E o melhor, em todos os casos, é somente tomar pílulas anticoncepcionais mediante conselho médico” (BARBOSA, Zenaide, 1975, Segundo Caderno, p. 7). Entretanto a realidade vivenciada pelas mulheres recifenses e de outros locais do país, de maneira geral, é a formada por dificuldades no acesso aos consultórios médicos. Isso fica restrito para um grupo de mulheres de classe média e alta, deixando as mais pobres sem informações de qualidade sobre o que pode acontecer dentro do seu próprio corpo. Essas

diferentes trajetórias acontecem com a autorização do Estado brasileiro, o qual permite que mulheres pobres tenham acesso a contraceptivos entregues por entidades de planejamento familiar. Além dos aspectos gerais desse processo, a vida individual de cada mulher também sofre consequências ao fazer uso de um medicamento que faz mal para muitas delas, que desconhecem sua fórmula e seus efeitos.

Essa edição citada, traz os principais riscos conhecidos até então como trombose embólica, hipertensão, infecções vaginais, entre outras possibilidades, como “defeito de nascimento”. Segundo o texto,

Muita atenção: a maioria das mulheres que engravidam depois do uso da pílula têm filhos normais. Mas alguns médicos suspeitam que pode haver uma relação entre as mulheres que tomam a pílula durante os primeiros meses de gravidez e o nascimento de bebês com deformações físicas. É por isso que muitos médicos, ao prescreverem a pílula, certificam-se primeiro se a paciente não está grávida. (BARBOSA, Zenaide, 1975, Segundo Caderno, p. 7).

A possibilidade de fetos anormais é mencionada em alguns textos e em informações de estudos sobre as implicações da pílula. É por meio desse tipo de colocação que se percebe uma postura ambígua do jornal com relação ao contraceptivo. Nota-se, por meio das edições analisadas, que muitos estudos sobre a segurança da pílula foram realizados na década de 1970, por isso, existe uma necessidade em apresentar todas as informações que circulavam na época. No entanto, o *Diário de Pernambuco* oscila entre matérias que buscam mostrar os benefícios de seu uso e matérias que trazem e ressaltam o lado negativo, incluindo questões como essa, que podem assustar as mulheres e afastá-las do desejo de utilizar esse tipo de método. É importante afirmar que em cada espaço do jornal a discussão apresenta suas particularidades e o local de maior diversidade de opiniões e informações é o Diário Feminino.

Outro exemplo que mostra a quantidade de informações que circulava no período, além do objetivo do jornal em apresentar as conexões mais sensacionalistas, é uma edição de novembro de 1977. A notícia recebe atenção primeiramente na capa do periódico, com a chamada “A pílula e as lésbicas”, mostrando que o Diário tinha interesse em que as pessoas tivessem contato com essa matéria. O texto em questão “A pílula conduz adolescentes ao homossexualismo” traz a informação de que a pílula estaria causando uma tendência lésbica ao modificar o cérebro, segundo o renomado cientista francês Jerome Lejeune (BARBOSA, Zenaide, 1977f, B-2).

Conforme a notícia, “Tal suspeita nasceu no decorrer das experiências realizadas recentemente nos Estados Unidos, quando as cobaias começaram a manifestar uma estranha

aversão pelo sexo oposto” (BARBOSA, Zenaide, 1977f, B-2). De acordo com o cientista, “Por enquanto – disse o especialista francês – ainda não estamos em condições de afirmar, com absoluta certeza, que a mesma coisa poderia ocorrer com as adolescentes. Mas também não podemos excluir, por completo, esta eventualidade...” (BARBOSA, Zenaide, 1977f, B-2). É importante refletir sobre o interesse da jornalista responsável pela coluna em publicar tal estudo, que não traz nenhuma comprovação e apenas especulações sobre os efeitos da pílula. Ao ser colocada uma menção na capa, nota-se que o jornal desejava chamar atenção dos leitores a partir da curiosidade sobre essa suposta conexão, mesmo sem comprovação, o que possivelmente despertava um medo entre as que utilizavam o contraceptivo ou desejavam utilizar. Diversas matérias informativas acerca da pílula não receberam tal atenção.

O debate sobre a segurança desse contraceptivo continua e em 1977 o *Diário de Pernambuco* traz uma nota na capa “Pílulas: muitos pontos a favor” (BARBOSA, Zenaide, 1977c, A-1). O texto é apresentado no Diário Feminino, com o título “Pílula: tumores sim, mas todos benignos” (BARBOSA, Zenaide, 1977d, B-2), e traz informações sobre a relação entre pílula e câncer, temática bastante citada ao falar sobre efeitos colaterais. Nessa matéria em questão é apresentado um estudo que afirmava não existir essa conexão, existindo a possibilidade apenas de tumores benignos. As incertezas enfrentadas pelas recifenses eram muitas e, com auxílio das edições analisadas fica exposto que era de interesse da população local saber mais sobre esses aspectos que geram preocupações nas mulheres. Na coluna em discussão existe um certo equilíbrio entre a quantidade de notícias que versam sobre a falta de segurança e as que garantem a segurança do contraceptivo. Pode-se afirmar que existe uma tentativa de informar as mulheres dos riscos e ao mesmo tempo da importância de se utilizar esse contraceptivo.

As notícias a respeito desse debate pelo mundo também encontram espaço na coluna em análise, principalmente, informações sobre como as mulheres de outros países estão vivenciando esse processo de popularização da pílula anticoncepcional, a revolução sexual, posições governamentais e novos padrões de comportamento. Em maio de 1979, é publicado um texto sobre o medo das mulheres britânicas com relação aos problemas de saúde atrelados a pílula. A pesquisa foi realizada por uma revista feminina chamada *Realm*. Segundo a publicação,

[...] a conclusão mais surpreendente da pesquisa que realizou com mil mulheres que tomam a pílula regularmente é a de que a maioria das mulheres tem medo dos efeitos que esse método anticoncepcional pode acarretar para sua saúde (BARBOSA, Zenaide, 1979, C-2).

A pesquisa exhibe números alarmantes que expõem a desinformação das mulheres sobre o contraceptivo: “A pesquisa também mostrou que uma em cada quatro mulheres não sabe como a pílula age sobre o organismo; duas em cada três não sabe que tipo de pílula usam; e a maioria não consulta o ginecologista regularmente” (BARBOSA, Zenaide, 1979, C-2). Além disso, é citada a preocupação das mulheres que usam esse método, apesar dos pontos negativos, em razão da sua vida conjugal ou por não escolher outro contraceptivo mais adequado. Conforme a revista, “Parece injusto que muitas mulheres acreditam agora que estão colocando a felicidade marital e da família antes de sua própria saúde” (BARBOSA, Zenaide, 1979, C-2).

É possível indicar que as duas jornalistas, que coordenaram a coluna durante o período estudado, possuem características distintas e isso interfere diretamente no conteúdo dos textos publicados. Fazendo uma análise de algumas edições do jornal, observa-se que temáticas sofrem mudanças de abordagem com a troca entre as jornalistas. Com Tereza Halliday são apresentadas as pautas citadas anteriormente, contudo, o tom das suas publicações pode ser considerado distinto do de Zenaide Barbosa. Halliday busca trazer mais discussões sobre as mulheres no mundo e os seus avanços, sobre sexualidade e contraceptivos, de forma mais progressista do que Barbosa, que aborda algumas dessas questões com uma perspectiva mais conservadora e, até mesmo, antifeminista em alguns momentos. Por exemplo, ela questiona em diversas edições, algumas pautas feministas e as práticas do movimento em outros países, como nos Estados Unidos (BARBOSA, Zenaide, 1972c, p. 3). Apesar disso, Barbosa também apresentou a temática da contracepção em sua coluna, discutindo os novos métodos, entre outros assuntos. O período ocupado por Zenaide Barbosa nessa década abordada também é maior do que o de Halliday, o que dificulta elencar outras possíveis diferenças entre as jornalistas.

Em vista disso, por ser um espaço reservado para as mulheres, o *Diário Feminino* traz uma proposta mais voltada para as jovens recifenses, o que provavelmente influenciou suas opiniões de forma mais decisiva do que das matérias que ocupavam outros espaços dentro dos jornais, apesar de tratarem do mesmo tema. A abertura para o assunto era maior, independente de validar ou não o uso de contraceptivos e as vantagens da pílula anticoncepcional. É nesse espaço do jornal que o assunto surge com mais frequência e com argumentos selecionados para informar e moldar a opinião das mulheres. Por isso, a importância de se analisar de forma específica essa coluna do *Diário de Pernambuco*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos acerca da história das mulheres e de sua vida íntima, entre outras questões vinculadas ao seu gênero, surgiram em meados da segunda metade do século XX. No Brasil, a sexualidade e a contracepção são temáticas que contam com trabalhos relevantes, mas que podem ser ampliadas com novas pesquisas. Em razão disso, buscamos com esse trabalho mostrar que a pílula anticoncepcional foi um fator central para transformações concretas na vida das brasileiras a partir da década de 1960, sendo uma discussão que envolve questões diversas que devem ser historicizadas para uma melhor compreensão das trajetórias das mulheres no país.

A pesquisa investiga como o tema da contracepção foi se tornando parte do cotidiano das brasileiras, atraindo o interesse de grupos diferentes, que se posicionavam contra e a favor do controle feminino da reprodução. Esse embate ainda se faz presente na contemporaneidade e por isso o trabalho não só apresenta como se deu a popularização e discussão da pílula anticoncepcional no Recife, mas também nos ajuda a pensar na construção histórica desse debate e nos obstáculos que permanecem dificultando a autonomia feminina desde a chegada do contraceptivo ao país. É importante salientar, que apesar do Brasil ter passado por um processo de rápida comercialização e de fácil acesso aos contraceptivos modernos, isso não quer dizer que eles foram destinados para melhorar a vida sexual das mulheres e o seu bem-estar, como fica evidente por meio das fontes selecionadas.

Desse modo, foram investigados ao longo do texto, os interesses que permearam a distribuição e o acesso a pílula no Recife. Na capital, o conservadorismo da imprensa tradicional promoveu discursos que silenciavam a liberdade sexual feminina, incentivando a associação do uso da pílula ao controle de natalidade e ao planejamento familiar, autorizados por figuras masculinas, principalmente, religiosos e profissionais da medicina. Sendo esses médicos em alguns casos representantes de entidades como a BEMFAM, que tinham pautas voltadas para o controle populacional. Sendo os jornais também responsáveis pela construção do imaginário da população acerca da pílula e os efeitos do seu uso.

No caso do *Diário da Manhã* e do *Diário de Pernambuco*, apesar do espaço reservado para vozes femininas, o debate ficou pautado na maior parte das edições por questões de saúde, controle de natalidade e de costumes. A discussão era, na maioria das vezes, direcionada para as mulheres casadas, pois outras situações eram apontadas a partir da ideia de libertinagem e de

imoralidade. Portanto, a pílula como algo relacionado à liberdade feminina não é uma questão frequente, até mesmo nos textos assinados por jornalistas mulheres. Ainda assim, textos do Diário Feminino abordam a possibilidade do uso de métodos contraceptivos como uma decisão responsável e importante para as mulheres, principalmente, por ser uma forma de se evitar o aborto.

Essas matérias noticiadas pelos jornais de grande circulação da cidade estavam presentes no cotidiano das recifenses, assim como o uso desse contraceptivo, a necessidade do planejamento familiar e a presença da autoridade masculina na vida de muitas mulheres. Com as entrevistas apresentadas pelo *Jornal da Cidade* alguns desses conflitos vivenciados são revelados, mostrando que a pílula anticoncepcional era uma realidade na capital pernambucana até mesmo para as mulheres que não a utilizavam. As problemáticas relacionadas ao uso dessa tecnologia também acompanhavam esse processo sendo enfrentadas pelas mulheres que colocavam em risco a sua saúde ou que afrontavam os maridos numa tentativa de controlar a reprodução.

Dessa forma, em um primeiro momento, a partir das fontes e do referencial teórico selecionados, buscamos tratar das mudanças vivenciadas pelas mulheres ao longo do século XX, especialmente, na década de 1970. Esse período fica caracterizado por mudanças no mercado de trabalho, na área da educação e nas relações de gênero. A pílula se populariza durante esse momento histórico, portanto, se torna fundamental compreender essas transformações e o tipo de mulher que era apresentado pela imprensa local, pois essa representação construída pelos jornais reflete na maneira como parte da sociedade se comporta, sobretudo, o público alvo dos periódicos.

A temática da contracepção é diretamente influenciada pelas questões raciais, de classe social e de geração. Não é possível construir um estudo sobre a pílula no Recife, sem ressaltar que as recifenses mais pobres eram em sua maioria mulheres negras e que tinham acesso a pílula por meio de entidades de planejamento familiar, colocando muitas vezes sua saúde em risco, pois não tinham o acompanhamento médico necessário. Situação diferente da vivenciada por mulheres de classe social mais elevada, que tinham como visitar consultórios médicos regularmente. Essas informações ficam expostas na imprensa recifense, por meio de matérias que investigavam a atuação e expansão da BEMFAM no estado e a sua falta de estrutura médica. Desse modo, a partir da análise de Paul Preciado, e também dos trabalhos de Michel

Foucault sobre biopolítica, é possível compreender como o regime farmacopornográfico criou corpos que são afetados de formas distintas durante a sua vida.

Nesse sentido, o processo de criação da pílula nos revela que os corpos de mulheres latinas e negras foram violados de diversas formas, desde sua utilização como cobaias para os primeiros testes com a pílula, como também o fácil acesso as primeiras versões do contraceptivo. Para as brasileiras, a pílula era uma forma de controle de seus corpos, de sua maternidade, de sua sexualidade e com diversos impactos hormonais, numa trajetória que muitas vezes acabava em esterilizações forçadas direta ou indiretamente.

Por meio dos jornais percebe-se, no último capítulo, que a pílula foi se popularizando na década de 1970, sendo de interesse das/os recifenses, já que não deixava de aparecer regularmente nas edições locais. As análises e comentários apresentados eram em sua maioria de caráter conservador, voltados para os problemas relacionados aos efeitos colaterais e sociais. Apesar disso, informações relevantes sobre o andamento de novas pesquisas, investigações sobre a popularização do contraceptivo no Brasil e textos denúncias sobre a BEMFAM mostram que o debate envolveu várias áreas, mesmo sendo monopolizado pelos mesmos grupos ao longo da década. Já nas entrevistas obtidas com a edição do *Jornal da Cidade*, observa-se como o tema circulava entre as diferentes classes sociais no Recife. Possibilitando compreender que a pílula não era apenas uma imposição, mas também uma escolha por uma contracepção consciente das mulheres, que sofriam com a interferência masculina nas suas decisões, nos tabus que envolviam a vida sexual e a procriação.

Nesse sentido, a pesquisa apresenta aspectos diversos da vida das mulheres ao analisar as edições dos jornais de grande circulação na cidade do Recife, compreendendo, portanto, como esse debate chegava as recifenses, interferindo na maneira como elas viviam a sua sexualidade e contracepção. A temática abrange fatores diversos como mudanças sociais e de gênero, controle de natalidade e planejamento familiar, interesses econômicos e políticos, entre outras questões que foram apresentadas. Sendo essas discussões ainda pertinentes na contemporaneidade, a pesquisa se torna parte de uma discussão maior sobre direitos reprodutivos buscando mostrar que é um tema com questões profundas e atuais, que precisam avançar para além das pautas morais e religiosas, para compreender os interesses diversos que existem pelos nossos corpos.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Diário da Manhã:

22 môças querem ser policiais. **Diário da Manhã**, Recife, ano XLIV, n. 6193, 23 nov. 1970, p. 1.

Ano Internacional da Mulher. **Diário da Manhã**, Recife, ano XLVII, n. 6179, 25 jan. 1975, p. 7.

A super-fêmea no roteiro erótico da semana. **Diário da Manhã**, ano XLVII, n. 5845, 20 abril 1974, p. 10.

BARBOSA, Valdete. Desquitado: Nelson Carneiro quer anular seu casamento. **Diário da Manhã**, ano XLIV, n. 6894, 09 jun. 1971, p. 5.

Câncer ginecológico. **Diário da Manhã**, ano XLVII, n. 6194, 14 fev. 1975, p. 7.

Catarinense estranha que liderança nordestina não denuncie Bemfam. **Diário da Manhã**, Recife, ano XLIX, n. 9082, 04 jun. 1977, p. 1.

Denúncia do programa familiar da BEMFAM – Perigo de câncer no planejamento. **Diário da Manhã**, Recife, ano XLIX, n. 9078, 31 maio 1977, p. 1.

Empregada doméstica é tema erótico da semana. **Diário da Manhã**, Recife, ano XLVI, n. 7472, 6 jul. 1973, Cinema, Música & Variedade, p. 7.

LEAL, Nilse Cintra. Da “Lee” as Pamplonas. **Diário da Manhã**, Recife, ano XLII, n. 6165, 4 maio 1970. Moda, p. 8.

Médico quer homem consumindo pílula. **Diário da Manhã**, Recife, ano XLIII, n. 6169, 01 jun. 1970, p. 1.

MOURA, Mário Aguiar. Transformação da estrutura da família. **Diário da Manhã**, ano LII, n. 10528, 15 e 16 jul. 1979, p. 4.

Mulher em Roma abortou 15 filhos de uma só vez depois de tomar anticoncepcional. **Diário da Manhã**, ano XLIV, n. 6873, 26 jul. 1971, p. 1.

Os Católicos e a pílula. **Diário da Manhã**, ano XLV, n. 1330, 15 abril 1972, p. 5.

Perula faz aumentar as doenças venéreas. **Diário da Manhã**, ano XLVII, n. 5878, 27 jul. 1974, p. 7.

Diário de Pernambuco:

Aborto ilegal causa grande mortalidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 149, n. 283, 21 out. 1974, p. 3.

ANDRADE, Gilberto Osório de. Planejamento familiar: agora de utilidade pública. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 146, n. 107, 12 maio 1971, p. 4.

Anticoncepcionais são prejudiciais à saúde. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 147, n. 13, 16 jan. 1972, p. 5.

BARBOSA, Zenaide. Os exageros das mulheres. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 147, n. 21, 26 jan. 1972a, Diário Feminino, p. 3.

BARBOSA, Zenaide. A moda negra. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 147, n. 49, 1 mar. 1972b, Diário Feminino, p. 3.

BARBOSA, Zenaide. Igualdade de Direitos. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 147, n. 80, 7 abril 1972c, Diário Feminino, p. 3.

BARBOSA, Zenaide. Libertação Sexual – Origem da impotência masculina. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 147, n. 177, 27 jul. 1972d, Diário Feminino, p. 3.

BARBOSA, Zenaide. Revolução Sexual na Suécia? **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 148, n. 39, 10 fev. 1973, Diário Feminino, p. 11.

BARBOSA, Zenaide. A mulher brasileira não tem mercado de trabalho. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 149, n. 231, 29 ago. 1974, Diário Feminino, p. 5.

BARBOSA, Zenaide. Os perigos da pílula. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 150, n. 266, 03 out. 1975, Diário Feminino, p. 7.

BARBOSA, Zenaide. Até que ponto o homem é dono e ‘senhor’ da mulher?. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 152, n. 106, 21 abril 1977a, Diário Feminino, p. B-2.

BARBOSA, Zenaide. Os problemas da mãe solteira. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 152, n. 124, 10 maio 1977b, Diário Feminino, p. B-2.

BARBOSA, Zenaide. Pílulas: muitos pontos a favor. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 152, n. 182, 08 jul. 1977c, Diário Feminino, p. A-1.

BARBOSA, Zenaide. Pílulas: tumores sim, mas todos benignos. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 152, n. 182, 08 jul. 1977d, Diário Feminino, p. B-2.

BARBOSA, Zenaide. Mulher latina amadurece cedo. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 153, n. 308, 13 nov. 1977e, Diário Feminino, p. B-2.

BARBOSA, Zenaide. A pílula conduz ao homossexualismo. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 153, n. 316, 22 nov. 1977f, Diário Feminino, p. B-8.

BARBOSA, Zenaide. Mulheres tomam a pílula mas temem consequências. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 154, n. 135, 21 maio 1979, Diário Feminino, p. C-2.

Bemfam apresenta obstáculos ao planejamento familiar. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 153, n. 299, 2 nov. 1978, p. 2.

BEMFAM denuncia aborto provocado. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 147, n. 13, 16 jan. 1972, p. 16.

Bispos criticam a BEMFAM. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 147, n. 08, 11 jan. 1972, p. 1

Brasil diante da opção: aborto legal ou família planejada. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 145, n. 243, 16 out. 1970, p. 2.

COSTA, Veloso. Por que planejamento. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 153, n. 157, 12 jun. 1979, p. A-11.

Deputado denuncia a BEMFAM. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 147, n. 109, 13 maio 1972, p. 5.

Entidades contribuem para planejamento familiar, embora a Igreja não concorde. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 151, n. 152, 7 jun. 1976, p. 6.

É racional conter a explosão demográfica? **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 149, n. 207, 05 ago. 1974, p. 8.

Especialistas são favoráveis ao uso de anticoncepcional. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 147, n. 287, 14 dez. 1971, p. 3.

GOUVEIA, Graça. Bemfam orienta a maternidade responsável. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 154, n. 265, 30 set. 1979, p. A-13.

HALLIDAY, Tereza. A pílula causa danos ao fígado. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 145, n. 19, 22 jan. 1970a, Diário Feminino, p. 3.

HALLIDAY, Tereza. A pílula em julgamento. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 145, n. 31, 5 fev. 1970b, Diário Feminino, p. 3.

HALLIDAY, Tereza. Sexo na década de 1960. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 145, n. 64, 18 mar. 1970c, Diário Feminino, p. 3.

HALLIDAY, Tereza. Planejamento Familiar. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 145, n. 113, 19 maio 1970d, p. 3.

HALLIDAY, Tereza. Rapaz casou, o tratamento mudou. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 145, n. 176, 28 jul. 1970e, Diário Feminino, p. 11.

HALLIDAY, Tereza. Contra um anticoncepcional temerário e criminoso. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 146, 6 mar. 1971a, Diário Feminino, p. 3.

HALLIDAY, Tereza. Planejou família e teve gêmeas. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 146, n. 74, 31 mar. 1971b, p. 3.

HALLIDAY, Tereza. Revolução Sexual. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 147, n. 78, 5 abril 1972, Diário Feminino, p. 3.

HANA, Samir Abou. A pílula e a gravidez. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 145, n. 28, 1 fev. 1970a, p. 2.

HANA, Samir Abou. A pílula e a Gravidez II. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 145, n. 38, 15 fev. 1970b, p. 3.

Ibope apura: recifenses apoiam uso da pílula. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 145, n. 102, 3 maio 1970, p. 11.

Médico adverte contra uso indiscriminado de novos anticoncepcionais. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 149, n. 265, 3 out. 1974, p. 2.

Médico chileno acha que DIU é eficiente. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 148, n. 99, 14 abril 1973, p. 2.

Médico condena governo por distribuir pílulas. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 153, n. 203, 28 jul. 1978, p. E-5.

Médico diz: liberdade sexual aumenta doenças venéreas. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 149, n. 270, 8 out. 1974, p. 3.

Médicos e religiosos discutem o controle da natalidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 154, n. 256, 21 set. 1979, C-1.

MORAIS, Pessoas de. Em torno de um Simpósio Científico. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 146, n. 267, 13 nov. 1970, p. 4.

Mulheres estão preferindo o DIU como anticoncepcional. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 153, n. 198, 1978, Diário Feminino, p. B-2.

Padre Melo: críticas e dúvidas sobre a BEMFAM. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 152, n. 146, 1 jun. 1977, p. E-5.

Pílula do homem muito procurada. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 154, n. 220, 12 ago. 1979, p. A-6.

Planejamento Familiar. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 146, n. 106, 11 maio 1971, p. 4.

Planejamento familiar é combatido por Ferreira. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 152, n. 153, 08 jun. 1977, p. A-4.

REGO, Luzanira. Quantos menos filhos menor (ou como dar lucro às indústrias farmacêuticas e usar mulheres como cobaias). **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 152, n. 245, 11 set. 1977, p. D-8.

ROSEIRA. Queres ser feliz com teu marido?. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 145, n. 48, 28 fev. 1971, Suplemento Feminino do Clube de Leitoras, p. 9.

Seminário defende controle da natalidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 145, n. 240, 13 out. 1970, p. 2.

Sífilis vem aumentando de forma assustadora no Brasil. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 147, n. 289, 16 dez. 1971, p. 2.

Sociedade Médica condena ação da Bemfam. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 146, n. 243, 21 out. 1971, p. 13.

STUDART, Heloneida. Por que lutam as mulheres?. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 149, n. 123, 10 maio 1974, Diário Feminino, p. 7.

Um 'papo' de brotos... **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 147, n. 264, 14 nov. 1971, Suplemento Feminino do Clube de Leitoras, p. 5.

VALDIRA, Maria. Anticoncepcional está deformando as crianças. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 147, n. 59, 12 mar. 1972, p. 10.

Jornal da Cidade:

A mulher recifense não é só o que você pensa. Comprove. **Jornal da Cidade**, Recife, n. 38, 13 a 19 de jul. 1975, p. 9-12.

Filme:

A SUPER FÊMEA. Direção: Aníbal Massaini Neto. Produção de Aníbal Massaini Neto. Brasil, 1973.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: a invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940).** São Paulo, Intermeios, 2013.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Revista Aedos**, v. 3, n. 8, p. 9-30, 2011.

ALMEIDA, Heloísa Buarque de. Trocando em Miúdos: gênero e sexualidade na TV a partir de Malu Mulher. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), v. 27, n. 79, p. 125-137, 2012.

ÁVILA, Maria Betânia. Maria Betânia Ávila. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Sexualidade e reprodução: estado e sociedade. In: BILAC, Elisabete Dória (Org.); ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Saúde Reprodutiva na América Latina e no Caribe.** Campinas: PROLAP, ABEP, NEPO/UNICAMP / São Paulo: Ed. 34, p. 147-181, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida, volume 2.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEMFAM: 40 anos de história e movimento no contexto da saúde sexual e reprodutiva. Org., Ney Francisco Pinto Costa, Rio de Janeiro: BEMFAM, 2005.

BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1941-1940.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BLOCH, Marc. **A apologia da história, ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** 15. ed. São Paulo, Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre a fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019, p. 213-230.

CARNEIRO, SUELI. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 271-289.

CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CAVALIERI, Francine Even de Sousa. **A prescrição da pílula anticoncepcional na década de 1960: a perspectiva de médicos ginecologistas.** Dissertação de Mestrado em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro, FGV, 2006, p. 215-218.

COELHO, Edméia de Almeida Cardoso; LUCENA, Maria de Fátima Gomes de; SILVA, Ana Tereza de Medeiros. O planejamento familiar no Brasil no contexto das políticas públicas de saúde: determinantes históricos. **Rev.Esc.Enf.USP**, v. 34, n.1, p. 37-44, 2000,

COIMBRA JR., Carlos E. A; GARNEL, Luiza. Questões de saúde reprodutiva da mulher indígena no Brasil. *In*: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Livio (Org.) **Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004 [on-line].

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2020.

CORRAL, Thaís. Controle de população no Brasil: o fracasso de um sucesso. *In*: SCAVONE, Lucila (Org.). **Tecnologias reprodutivas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 99-111, 1996.

CORTÊS, Iáris Ramalho Cortês. A trilha legislativa da mulher. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013, p. 260-285.

CRUZ, Heloisa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007.

DIAS, Tânia Maria, *et. al.* “Estará nas pílulas anticoncepcionais a solução” Debate na mídia entre 1960-1970. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 1-19, 2018.

DINIZ, Debora. Aborto e contracepção: três gerações de mulheres. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013, p. 313-332.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 25-48.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 13-38, 2017.

FERREIRA, Mary. Feminismos no Nordeste brasileiro, **Polis.** Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/1176>. Acesso em: 17 set. 2020.

FISCHER, Brodwyn Michelle. A ética do silêncio racial no contexto urbano: políticas públicas e desigualdade social no Recife, 1900-1940. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, vol. 28, 2020, p.1-45.

FONSECA SOBRINHO, Délcio. **Estado e População**: uma história do planejamento familiar no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos FNUAP, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREITAS, Marcel de Almeida. Entre estereótipos, transgressões e lugares comuns: notas sobre a pornochanchada no cinema brasileiro. **Intexto**, Porto Alegre, RS, n. 10, p. 65-91, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico Pernambuco. 1970. (VII Recenseamento Geral, Volume I).

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 1º ed. Porto Alegre: L&PM, 2010,

GELLACIC, Gisele Bischoff. **Despindo corpos**: uma história da liberação sexual feminina no Brasil 1961-1985. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

GONÇALVES, Letícia. Reprodução humana na gestão populacional: útero e biopolítica. **Indisciplinar**, vol. 4, n.2, 2018, p. 184-199.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 237-258.

HITA, Maria Gabriela; SILVA, Maria das Graças. Esterilização feminina no Nordeste brasileiro: uma decisão voluntária? In: BILAC, Elisabete Dória (Org.); ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Saúde Reprodutiva na América Latina e no Caribe**. Campinas: PROLAP, ABEP, NEPO/UNICAMP / São Paulo: Ed. 34, p. 291-333, 1998.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KLÖPPEL, Bruna. A pílula em debate: revisão bibliográfica das controvérsias em torno das pílulas anticoncepcionais entre 1960 e 1980. **Anais da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Brasília, 2018. Disponível em: http://www.evento.abant.org.br/rba/31RBA/files/1541455331_ARQUIVO_31RBA-BrunaKloppel.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, 121-156.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LEME LOPES, André Pereira. Virada digital? Pesquisa histórica no ciberespaço. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 136-169, 2018.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. Pela efetivação dos direitos das mulheres: associações femininas no Recife dos anos 50. **Revista Esboços**, v. 17, p. 91-110, 2007.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da; NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. Liberdade, transgressão e trabalho: o cotidiano das mulheres na cidade do Recife (1987-1914). In: LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da; NASCIMENTO, Alcileide Cabral do (Org.). **As mulheres na cidade do Recife: Feminismo, Cultura e Transgressão (1870-1935)**. Recife: EDUFRPE, 2015, p. 11-62.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. **Cadernos AEL**, n. 3/4, p. 45-67, 1995.

MELLO, Soraia Carolina de. **Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista Cláudia e o trabalho doméstico (1970-1989)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MENANDRO, Leila Marchezi T., Planejamento Familiar e controle da natalidade no capitalismo. **Anais do 6º Encontro Internacional de Política Social e 13º Encontro Nacional de Política Social**, Vitória, 2018.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Com a palavra, o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 1960**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2008.

MENEZES, Valderiza Almeida. **“Fiquei Homem”**: Maternidade, conhecimento e contracepção entre mulheres pobres de Fortaleza (1960-1980). Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social da mulher brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos; 1996.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 265-270.

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do. **Inventário dos feitos modernizantes na cidade do Recife (1969-1975)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

NUCCI, Marina. Seria a pílula anticoncepcional uma droga de “estilo de vida”? Ensaio sobre o atual processo de medicalização da sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 10, p. 124-129, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Entre a ameaça da “bomba populacional” e a emancipação das mulheres: o debate sobre a contracepção no Brasil e na França (1960-1970). **Projeto História (PUCSP)**, São Paulo, v. 25, p. 243-256, 2002.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, julho. 2003.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PEDRO, Joana Maria. A trajetória da pílula anticoncepcional no Brasil (1960-1980). *In*: MONTEIRO, Yara Nogueira (Org). **História da saúde: olhares e veredas**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010, p. 151-156.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 238-259.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PETERSEN, Janine. Feminismo e a polemica da contracepção no Brasil (1970-1980). **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. 135-144, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013a, p. 469-512.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013b, p. 513-543.

PONTUAL, Virgínia. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 417-434, 2001.

PRECIADO, Paul B. **Texto Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

QUINTAS, Fátima. **Sexo e Marginalidade: um estudo sobre a sexualidade feminina em camadas de baixa renda**. Petrópolis: Vozes, 1986.

REZENDE, Antonio Paulo. **O Recife: os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as tentações da memória e as inscrições do desejo**. Projeto História Espaço e Cultura, São Paulo, v. 18, p. 155-166, 1999.

REZENDE, Antonio Paulo. **O Recife: histórias de uma cidade**. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2005.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. "Sempre Bela". *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 105-125.

SANTANA, Joelma Ramos; WAISSE, Silvia. Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962-1972: qual informação foi disponibilizada às usuárias potenciais?, **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 203-218, 2016.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 12, p. 35-50, 2004.

SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. **Gênero**, Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-62, 2010.

SCAVONE, Lucila; BRETIN, Hélène; THÉBAUD-MONY, Annie. Contracepção, Controle Demográfico e Desigualdades Sociais: análise comparativa franco-brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, p. 257-272, 1994.

SCOTT, Joan Wallach. História das Mulheres. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 63-95.

SCOTT, Ana Sílvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 15-42.

SILVA, Bianca Nogueira da. **O ser e o fazer: os intelectuais e o povo no Recife dos anos 1960**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

SILVA, Josilene da. Contraceção e Masculinidade. **Revista Esboços**, Florianópolis, n. 11, p. 157-166, 2004.

SILVA, Sandro José da. **Quando ser gay era uma novidade: aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVA, Cristiane Vanessa da. **Histórias de utilização de pílulas anticoncepcionais no Brasil, na década de 1960**. Dissertação de Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, nº 22, p. 270-283, 2011.

SOUZA JÚNIOR, Aujôr de. **A política demográfica da Igreja Católica e a medicalização da contraceção (1960-1980)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SWAIN, Tania Navarro. **Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade**. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/chapitres/bresil/utero.htm>, 2007. Acesso em: 16 jan. 2021.

XAVIER, Ivonete Batista. Os programas de planejamento familiar no Nordeste: Considerações críticas. **Tópicos Educacionais**, Recife, p. 65-86, 1984.